



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Instituto de Economia

HAYEK E A TEORIA DAS INSTITUIÇÕES

Eduardo Angeli

Dissertação apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia, sob orientação do Prof. Dr. David Dequech.

Este exemplar corresponde ao original da dissertação defendida por Eduardo Angeli em 20/04/2007, sob orientação do Prof. Dr. David Dequech.

CPG, 20 / 04 / 2007

Campinas

2007

UNIDADE BC
Nº CHAMADA: _____
T/UNICAMP An43h
V. _____ EX. _____
TOMBO BCCL 75163
PROC 16.145-07
C _____ D X
PREÇO 11,00
DATA 03/12/07
BIB-ID 418205

**Ficha catalográfica elaborada pela biblioteca
do Instituto de Economia/UNICAMP**

Angeli, Eduardo.
An43h Hayek e a teoria das instituições / Eduardo Angeli. – Campinas, SP : [s.n.], 2007.

Orientador : David Dequech Filho.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Hayek, Friedrich A. von (Friedrich August), 1899- 2. Incerteza. 3. Instituições. I. Dequech Filho, David. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

07-043-BIE

Título em Inglês: Hayek and the theory of institutions

Keywords: Hayek, Friedrich A. von (Friedrich August), 1899- ; Uncertainty ; Institutions

Area de Concentração : _____

Títuloção: Mestre em Ciências Economicas

Banca examinadora: Prof. Dr. David Dequech Filho

Prof. Dr. Rogerio Pereira de Andrade

Prof. Dr. João Luiz Simas Pereira de Souza Ponde

Data da defesa: 20-04-2007

Programa de Pós-Graduação: Ciências Economicas

Dissertação de Mestrado

Aluno: EDUARDO ANGELI ✓

"Hayek e a Teoria das Instituições" ✓

Defendida em 20 / 04 / 2007 ✓

COMISSÃO JULGADORA

Prof. Dr. DAVID DEQUECH FILHO
Orientador – IE / UNICAMP

David Dequech ✓

Prof. Dr. ROGÉRIO PEREIRA DE ANDRADE
IE / UNICAMP

R. Andrade ✓

Prof. Dr. JOÃO LUIZ SIMAS PEREIRA DE SOUZA PONDÉ
UFRJ

João Luiz Simas Pereira de Souza Pondé ✓

A meus avós,
Oscar (*in memoriam*) e Aparecida Campos,
Adalmiro e Iolanda Angeli

AGRADECIMENTOS

Muitos contribuíram, direta ou indiretamente, para a confecção deste trabalho, tendo paciência com quem, durante os dois últimos anos, invariavelmente estive em débito em termos de dedicação e atenção. A eles declaro minha profunda e sincera gratidão.

A Deus, por ter feito e poder fazer infinitamente mais do que eu poderia pedir ou pensar. A conclusão do mestrado é um exemplo disso.

Ao professor e mestre David Dequech, pelo exemplo de seriedade, pela tolerância, pelo apoio e pela direção. Admito que muitas vezes não me senti à altura de tê-lo como orientador.

Aos professores Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes e Rogério Pereira de Andrade, pelas valiosas sugestões feitas durante o exame de qualificação.

Ao professor João Luiz Pondé e novamente ao professor Rogério, pelas pertinentes críticas e observações por ocasião da defesa da dissertação.

Aos meus professores do mestrado, Antônio Carlos Macedo e Silva, Daniela Prates, David Dequech, Frederico Mazzucchelli, José Carlos de Souza Braga, José Maria da Silveira, Luciano Coutinho, Mariano Laplane, Paulo Fracalanza, Plínio de Arruda Sampaio Jr., Ricardo Carneiro, Rodolfo Hoffmann e Rosângela Ballini, por terem me proporcionado uma formação ímpar e um ambiente estimulante e enriquecedor. Em particular ao professor Paulo, por, ao lado do professor David, primeiro ter me incentivado à leitura de Hayek.

Aos meus avós, a quem dedico esta dissertação. Aos meus pais, Mauro e Salete, pelo amor e pelo exemplo de vida. Às minhas irmãs, Michelle e Andrea, e ao meu cunhado, Altamir, por me suportarem nos dias mais tensos. Aos meus sobrinhos, Gabriel e Davi, por alegrarem minha vida.

Aos meus irmãos da Comunidade Cristã das Boas Novas, pelo apoio e pelas orações.

Aos camaradas dos tempos de graduação, João Paulo e Massao, e ao meu companheiro de casa, Marcelo, pelo ombro amigo.

Aos meus fraternos amigos da turma de mestrado, Andrea, Bruno, Diegues, Fred, Juan (membro honorário), Léo, Lu, Marcela, Pedro, Rafa e Zana, por terem ajudado a fazer do curso de mestrado um saudável “choque heterodoxo”, e destes dois anos em Campinas um tempo maravilhoso em minha vida pessoal e intelectual. Especialmente ao Bruno e ao Diegues, por termos compartilhado quase diariamente as angústias de se escrever uma dissertação.

Aos funcionários do Instituto de Economia, em especial ao Ademir, ao Alberto, ao Alex, à Cida, à Isabel, à Lourdes e à Marinete, pela permanente disposição para ajudar.

À Fecamp, pelo indispensável apoio financeiro durante o mestrado.

RESUMO

O objetivo da dissertação é contribuir ao estudo do pensamento econômico e social de Friedrich August von Hayek, focalizando em aspectos institucionais. Parte-se de taxonomia proposta por David Dequech, buscando-se estabelecer com quais tipos de incerteza Hayek lidava e a causa pela qual ele afirmava que a realidade é complexa. A partir desta plataforma é esclarecido o que Hayek entendia por instituição, regra, cultura e outros termos correlatos e, então, de que forma ele pensava que as instituições atuam sobre o comportamento econômico individual. Por fim, vemos o que significam o “racionalismo crítico” hayekiano e a teoria evolucionária de mudança institucional, pilares da filosofia política liberal de Hayek, em oposição ao que ele chamava de “racionalismo construtivista” e “Darwinismo Social”.

ABSTRACT

The dissertation aims to contribute to the study of the economic and social thought of Friedrich August von Hayek, focusing on institutional aspects. It starts with a taxonomy of varieties of uncertainty proposed by David Dequech, trying to identify those with which Hayek dealt and why he stated that reality is complex. Based on this, the dissertation examines what Hayek understood by terms such as institutions, rules, culture and the like, and how he thought that institutions act upon individual economic behavior. Finally, it studies the meaning of Hayek’s “critical rationalism” and his evolutionary theory of institutional change, foundations of Hayek’s liberal political philosophy, in opposition to what he called “constructivist rationalism” and “Social Darwinism”.

“The ideas of economists and political philosophers, both when they are right and when they are wrong, are more powerful than is commonly understood. Indeed the world is ruled by little else. Practical men, who believe themselves to be quite exempt from any intellectual influences, are usually the slaves of some defunct economist”

John Maynard Keynes

“Economics should be a passion and an obsession, not merely a 'job' if you hope to make progress in understanding the world”

Peter Boettke

ÍNDICE

Introdução	1
Capítulo 1 O Conceito de Incerteza em Hayek	9
1.1. Variedades de incerteza	9
1.2. Complexidade e incerteza procedimental em Hayek	17
1.3. Incerteza Fundamental em Hayek	24
Capítulo 2 As Instituições, sua Influência no Comportamento Individual e sua Contribuição para a Ordem: a Visão de Hayek	33
2.1. The Use of Knowledge in Society	35
2.2. The Constitution of Liberty	40
2.3. Law, Legislation and Liberty	51
2.4. Instituições em Hayek: uma breve tentativa de sistematização	61
2.5. Hayek e normas	63
2.6. O conceito de ordem em Hayek	67
Capítulo 3 Racionalismo Crítico e Mudança Institucional em Hayek	77
3.1. Racionalismo Crítico <i>versus</i> Racionalismo Construtivista	80
3.2. A Abordagem Evolucionária da Mudança Institucional	90
3.3. “Darwinianos antes de Darwin”	97
Conclusão	105
Bibliografia	111

INTRODUÇÃO

A obra de Friedrich August von Hayek (1899-1992) deixou marcas profundas na Ciência Econômica desde as primeiras décadas do século XX. Hayek, discípulo de Ludwig von Mises, profícuo autor (publicou aproximadamente 30 livros e 250 artigos¹) e debatedor fez avançar a teoria desenvolvida por seu mestre, aprofundando-a, estendendo-a por novos campos, e reformulando-a quando necessário².

Hayek tornou-se famoso no meio acadêmico ainda muito jovem, especialmente a partir da *London School of Economics* na década de 1930, devido a seus textos que buscavam lançar novos conceitos para o entendimento dos sistemas econômicos, e a seu embate com John Maynard Keynes (que, segundo John Hicks, foi um “grande drama”) e Piero Sraffa³. Fora da academia, a popularidade veio com o seu alerta à sociedade britânica de que a aceitação de um maior controle econômico-social estatal, após o fim da 2ª Guerra Mundial, representava, na verdade, um “caminho para a servidão” (Hayek, 1945a).

Com sua firme defesa do liberalismo clássico e da metodologia de inspiração Austríaca para a análise econômica, Hayek foi sendo progressivamente marginalizado pelo *mainstream* que ascendeu a partir dos keynesianos neoclássicos e sua crença na capacidade estatal de fazer a “sintonia fina” da economia.

¹ Boettke (2000) fornece a lista completa dos trabalhos publicados de F. A. Hayek.

² Sobre a relação pessoal e intelectual entre Mises e Hayek, ver Ebenstein, 2003, cap. 4. Segundo Boettke (2004), Mises teria sido a principal influência sobre Hayek, graças a seu programa de pesquisa em teoria monetária e dos ciclos, os problemas do socialismo e do intervencionismo, e o exame de sistemas econômicos e sociais alternativos. Boettke (2004) coloca como influências decisivas sobre o pensamento de Hayek, ao lado de Mises, Adam Smith e Carl Menger e a idéia das ordens sociais como conseqüências não-intencionais da ação humana, Friedrich von Wieser e a noção de custo de oportunidade, e Knut Wicksell e o papel das expectativas individuais e da taxa de juros na coordenação (intertemporal) entre os agentes na economia (cf. Carvalho, 2007).

³ Ver Caldwell (org.), 1995.

Isolado, Hayek teve momentos difíceis em sua vida particular, longos anos de depressão, alguma dificuldade financeira (o que o fez vender sua biblioteca particular) e declínio em seu prestígio intelectual, não tendo sequer renovado seu contrato de trabalho com a Universidade de Chicago no início da década de 1960. Tal estado durou até 1974, quando foi laureado, ao lado de Gunnar Myrdal, com o Prêmio Nobel de Economia, “por seu trabalho pioneiro em teoria monetária e das flutuações econômicas, e por sua penetrante análise acerca da interdependência entre fenômenos econômicos, sociais e institucionais”, segundo o comitê que o premiou.

De fato, Hayek estudou e contribuiu para o progresso de uma vasta gama de campos do conhecimento humano, da Psicologia ao Direito, passando pela Ética, Epistemologia e, claro, Economia. A extensão e multidisciplinaridade de sua obra, ao mesmo tempo em que torna fascinante e desafiadora a missão de estudar seu pensamento, obriga o investigador a delimitar, talvez mais do que seria desejado, o escopo dos campos e obras objetos de análise. Eduardo Giannetti da Fonseca coloca que “[a]o contemplar o legado de Hayek, o estudante de sua contribuição ao pensamento moderno é levado à conclusão de que nenhuma mente individual teria condições de dominar plenamente a extraordinária torrente de teses, pistas, críticas e informações contida em sua obra” (Fonseca, 1992, p. 37).

Alguns desses estudiosos da contribuição hayekiana costumam dividir o conjunto da obra do autor vienense em etapas. Caldwell (1988), por exemplo, fala da “transformação de Hayek”. Segundo ele, o artigo “Economics and Knowledge” (Hayek, 1937) significaria o rompimento de Hayek com suas obra anterior, na medida em que marcaria o seu definitivo afastamento de temas mais técnicos em Teoria Econômica a partir de sua rejeição da ferramenta

central utilizada na análise econômica convencional, qual seja, o conceito de equilíbrio. A negação da análise equilibrada se deveria ao crescente interesse do austríaco, também transcrito no artigo de 1937, no problema da coordenação entre os agentes possuidores de conhecimento imperfeito e incompleto como objeto central de estudo do cientista social, para o que aquele instrumental pouco contribui, na visão de Hayek.

De acordo com Caldwell (1988), a inserção de Hayek no debate sobre a possibilidade do cálculo econômico socialista teria motivado essa transformação. A suposta derrota de Mises em seu embate com Oskar Lange e outros “socialistas de mercado” dentro de uma plataforma marginalista teria levado Hayek a buscar reformular de forma radical o argumento em favor do livre mercado. Daí seu movimento em direção aos problemas de coordenação e de conhecimento, e a conseqüente e irrefutável conclusão da superioridade dos princípios de mercado sobre os do planejamento estatal, para a organização da sociedade.

Ora, a aceitação de conhecimento imperfeito, incompleto, subjetivo e disperso era incompatível com a análise marginalista e de equilíbrio até então amplamente difundida nos círculos de economistas, inclusive em boa parte dos Austríacos. O que Caldwell (1988) chama de “transformação de Hayek” é esse abandono do instrumental usual de um economista, particularmente o conceito de equilíbrio (que o próprio Hayek anteriormente defendia), rumo a uma abordagem que adota a hipótese de conhecimento imperfeito por parte dos indivíduos e que vê o mercado como um processo competitivo de criação, descoberta e experimentação, provocado pela participação de Hayek no debate sobre o cálculo econômico socialista e tipificado em seu artigo de 1937.

Há outras tentativas de periodização da obra de Hayek além da apresentada por Caldwell (1988), como, por exemplo, a de Fleetwood (1995), que vê os trabalhos do austríaco

divididos em três momentos: “Hayek I”, até 1936, positivista e economista adepto do conceito de equilíbrio; “Hayek II”, “idealista subjetivo”, entre 1937 e 1960, que rejeitaria o conceito de equilíbrio e o positivismo, mas não teria desenvolvido uma teoria que pudesse substituí-los; e “Hayek III”, a partir de 1960, “realista quase-transcendental”, que ligaria temas como conhecimento, ignorância, regras e sistema de comunicação (sistema de preços) para elaborar uma sofisticada teoria sobre ordem socio-econômica espontânea.

Já Soromenho (1994) defende uma visão diferente das de Caldwell e Fleetwood. Segundo ele, os primeiros trabalhos de Hayek fariam uma revisão crítica do conceito de equilíbrio. Para Soromenho, a análise hayekiana sobre os ciclos econômicos e a moeda adotaria a idéia de equilíbrio como referencial, mas já seria, em essência, uma análise de processo, e não estática. “Economics and Knowledge”, assim, não marcaria qualquer rompimento de Hayek com seu trabalho anterior; antes, seria a consequência natural de sua obra especificamente sobre o ciclo econômico, mostrando a evolução do pensamento do autor ao desenvolver de maneira mais clara e explícita idéias que já anteriormente estavam latentes em seus trabalhos. Por isso, a tentativa de se estabelecer uma periodização da obra de Hayek seria incorreta ou, no mínimo, pouco rigorosa; a posição correta seria enxergar uma unidade nos trabalhos de Hayek ao longo de sua vida⁴.

Não é nosso objetivo nesta dissertação explorar tal controvérsia. O corte feito das obras de Hayek estudadas aqui (todas posteriores a 1937) se deve, em primeiro lugar, ao fato de que os conceitos aqui abordados estão explícitos nos textos após “Economics and Knowledge”, independente de estarem presentes em algum grau, ou não, nas obras anteriores; em segundo lugar, como dito anteriormente, a extensão e profundidade da contribuição hayekiana faz com

⁴ Boettke (1990b) e Butos (1985) parecem compartilhar da posição de Soromenho (1994) a esse respeito.

que o pesquisador prudente delimite seu campo de estudo.

Feita esta ressalva, esclarecemos que o objetivo geral deste trabalho é contribuir ao estudo do pensamento econômico e social de Friedrich August von Hayek, focalizando em aspectos institucionais. A opção pela abordagem institucional para o estudo do pensamento hayekiano tem um duplo intento.

Em primeiro lugar, trata-se de livrar Hayek da interpretação vulgar de quem o vê essencialmente como um expoente do ultraconservadorismo e de posições políticas tidas como reacionárias, um paladino do Estado “vigia noturno”, ou um dos precursores das escolas contemporâneas de Economia, como a novo-clássica, com sua pobre abordagem dos eventos sociais e históricos, seu viés ultra-formalizante, suas hipóteses irrealistas e seu descolamento do mundo real; este *mainstream* comumente ligado ao nome de Hayek, contudo, o têm geralmente como mais um capítulo empoeirado na história do pensamento econômico, que teve sua contribuição relevante incorporada ao estado atual da ciência econômica, concebida como uma “hard science”⁵. O Hayek usualmente apresentado aos estudantes de Economia e de outras

⁵ O próprio Robert Lucas (1977) advoga que seu trabalho é uma continuidade da contribuição hayekiana ao estudo dos ciclos econômicos, feita especialmente na década de 1930, com a distinção de que esta enfatizava que os agentes se enganavam por falsos sinais transmitidos sobretudo por mudanças “artificiais” na taxa de juros, enquanto aquele coloca que os próprios preços das mercadorias, com uma política monetária excessivamente frouxa, são os responsáveis por “enganar” os atores econômicos. Lucas (1995) afirma também que faltou a Hayek o conhecimento de modernas ferramentas matemáticas que permitissem a ele avançar mais na análise dinâmica dos ciclos, e daí suas deficiências. Butos (1985) procura avaliar criticamente o argumento de Lucas de que a contribuição de Hayek teria sido por ele incorporada e desenvolvida, dizendo que ele é, na verdade, correto mas mal entendido. Este mal entendido é fruto da adesão de Lucas à visão (errada) de que a obra de Hayek pode ser dividida em duas partes: “economia técnica” e “outras áreas”. Assim, segundo Butos (1985, p. 342), “Lucas and others are correct to see in the early Hayek important similarities with their own work. They do not see, however, that what for them is an objective was for Hayek a beginning”. Soromenho (1998) também é crítico desta visão de suposta recuperação, pelos novos-clássicos, da agenda hayekiana em temas mais técnicos em economia, mas de uma forma mais radical que Butos. Seu argumento é que esta tentativa se baseia numa incorreta compreensão do conceito de “equilíbrio” nas primeiras obras de Hayek. Para ele, Hayek pretendia formular uma teoria do desequilíbrio para explicar o fenômeno do ciclo econômico, colocando-se na discussão sobre, em termos modernos, as questões da unicidade e da estabilidade do equilíbrio em economias monetárias. Hayek buscava apreender o funcionamento e as especificidades de uma economia monetária em oposição a uma economia real, como era tratada pelo *mainstream* da época e pela própria teoria novo-clássica, emergente a partir da década de

ciências humanas é vulgar, elementar, panfletário e raso⁶. De fato, seu legado é muito pouco investigado e menos ainda compreendido, especialmente no Brasil. Uma hipótese deste trabalho é que, ao contrário da visão dominante a seu respeito, Hayek pode fornecer importantes *insights* para uma investigação de inspiração não-ortodoxa aos fenômenos econômicos e sociais.

Assim, em segundo lugar, trata-se de buscar em Hayek os pilares para uma abordagem que se proponha a compreender o comportamento humano a partir não de axiomas de maximização ou racionalidade perfeita, ou do paradigma do equilíbrio geral. Ao contrário, é baseada na “economia do tempo e da ignorância” (O’Driscoll & Rizzo, 1996) que reside a contribuição fundamental de Hayek ao pensamento econômico e ao entendimento da ação humana num mundo não totalmente conhecido, onde exista incerteza a respeito do futuro e inevitáveis erros por parte dos agentes. Nessas condições, veremos que para Hayek as instituições possuem uma importante influência na maneira como os indivíduos interpretam a realidade que os rodeia, bem como no tipo de resposta que dão a esse ambiente.

O estudo das instituições sociais e da cognição humana tem ganhado prestígio e adeptos, tanto no Brasil quanto no exterior⁷, e é de se esperar que esse movimento aumente sua força nos próximos anos. Por isso, torna-se pertinente buscar incorporar as contribuições de um economista sofisticado como Hayek a este plano de pesquisa. Avanços nesse sentido têm sido

1970. Sobre o tratamento hayekiano a uma economia essencialmente monetária, onde o crédito e a moeda (não-neutra) possuem papel central na compreensão do ciclo econômico, ver Carvalho (2007).

⁶ Sobre a pobreza com que Hayek em particular, e a Escola Austríaca em geral, são ensinados e tratados na academia, ver Santos (1996, seção 5.2). Boettke chega a afirmar que “[w]e must resist the general consensus that appreciates Hayek as an ideological icon, rather than as the source for a series of scientific propositions. It is my contention that if Hayek’s scientific contribution were understood, then economics as a discipline would be transformed in both its theoretical and empirical orientation” (Boettke, 2004, p. 2).

⁷ Haja vista, por exemplo, a atribuição do Prêmio Nobel de Economia, ao longo dos últimos 20 anos, a pesquisadores comprometidos com essas linhas de investigação, como Douglass North, Vernon L. Smith, Daniel Kahneman, James Buchanan e Ronald Coase.

feitos por economistas como, por exemplo, Peter Boettke (e.g. 1989a). No Brasil, no entanto, tal faceta de Hayek ainda é pouco conhecida, mas contribuições têm sido dadas por estudiosos como Rogério Pereira de Andrade e Celia Kerstenetzky. Esta dissertação busca primordialmente fazer a leitura de diversos textos de Hayek a partir desse enfoque, e de seus comentadores que investiguem o mesmo tema. Nesse sentido, não é um exercício de construção ou avanço de uma teoria institucionalista de inspiração hayekiana, mas sim uma tentativa de se recuperar o pensamento de Hayek a respeito de e através de uma lente que privilegie as questões institucionais.

Como veremos ao longo do trabalho, o próprio Hayek (e.g. 1967c) afirma que suas idéias, em diversos aspectos que serão adiante detalhados, encaixam-se numa linha histórica de pensamento que ele chama de “racionalismo crítico” (a ser tratado detalhadamente no capítulo 3), existente desde a Grécia Antiga com Aristóteles, passando pela filosofia medieval e atingindo seu ápice no iluminismo escocês. Segundo ele, a escola Austríaca de Economia também faz parte de tal linha de pensamento. Qual o elo que permite essa conexão defendida por Hayek?

Horwitz (2001) explicita que o correto entendimento das idéias existentes na tradição Smith-Menger-Hayek deve ter o foco sobre três pontos: os limites da razão humana ligados ao conhecimento incompleto e não-articulado, o arcabouço institucional que permite aos indivíduos se beneficiarem do conhecimento disperso e incompleto pertencente aos diversos membros da sociedade, e as maneiras pelas quais tais instituições surgem e mudam ao longo do tempo. Cada um dos três capítulos da presente dissertação se ocupa em esclarecer a posição de Hayek a respeito de cada um dos três pontos elencados por Horwitz.

Para Hayek, a adesão das pessoas às instituições se dá devido à inescapável incerteza com que se deparam. Por isso, no primeiro capítulo deste trabalho buscaremos compreender o

que Hayek tinha em mente quando falava de incerteza como característica do mundo e do conhecimento possuído pelas pessoas. O desenvolvimento do conceito de incerteza de Hayek consistirá numa aplicação à sua obra da tipologia de variedades de incerteza desenvolvida por Dequech, bem como dos refinamentos por esse autor de diversos conceitos de incerteza (2006a, 2004).

Admitida a existência de conhecimento imperfeito e incerteza, o passo seguinte é a incorporação do arcabouço institucional como mecanismo socialmente compartilhado para lidar com aquelas características. Assim, no segundo capítulo o objetivo será verificar, em três dos principais trabalhos do austríaco, o que Hayek entendia por instituições e outros conceitos correlatos, e de que forma elas afetam o comportamento individual, especialmente numa sociedade que ele classifica como “livre”, onde melhor as pessoas fazem uso do conhecimento disperso entre seus pares e que lhes é importante no dia-a-dia.

Uma vez compreendido o que Hayek queria dizer quando falava de instituições, qual o modo ideal em que elas se apresentam e de que maneira as pessoas são influenciadas por elas, resta a pergunta de como elas surgem, se transformam e se propagam. Por isso, o terceiro capítulo procurará mostrar como duas linhas de pensamento respondem a esta questão, e por que Hayek fala de uma abordagem evolucionária à mudança institucional como a correta. Procurará também entender por que Hayek colocava-se contra uma analogia entre a abordagem evolucionária no campo das ciências naturais, popularizada a partir da obra de Charles Darwin, e no campo das ciências sociais.

CAPÍTULO 1

O CONCEITO DE INCERTEZA EM HAYEK

A existência de incerteza enquanto propriedade tanto do mundo quanto do conhecimento detido pelas pessoas é central ao pensamento de Hayek, e está essencialmente ligada ao próprio fulcro da ciência econômica, qual seja, o problema da coordenação entre os agentes que possuem conhecimento limitado. Assim, assumir conhecimento perfeito por parte dos indivíduos desloca o verdadeiro objeto de estudo da Economia. Nas palavras de Boettke (2000, p. 28-29), escrevendo de uma perspectiva hayekiana, “[i]t is the limits of man’s knowledge and interests which poses the economic problem to Hayek (...). [E]conomics must resist the temptation to presume that everyone knows everything”.

Isso vem crescentemente sendo reconhecido pela Escola Austríaca⁸, especialmente a partir da terceira e da quarta geração de Austríacos⁹.

1.1. Variedades de incerteza

A discussão do conceito de incerteza em Hayek consistirá numa aplicação à sua obra

⁸ Segundo Dequech (2006a, p. 115a), “[t]he concern with uncertainty has long been a mark of Austrian economics”. Schmidt (*apud* Dempster, 1999, p. 75) segue a mesma linha ao afirmar que “uncertainty is a logical implication of the methodological options of the Austrian School”, assim como Boettke (1989a, p. 83): “[t]he theoretical framework they [Austrian economists] employ in their analysis of social interaction stresses time and ignorance”. Garrison e Kirzner (1987, p. 611) ao tratarem especificamente de Hayek afirmam que “[w]hat Hayek showed was that much modern economics misconstrues the nature of the economic problem facing society by assuming away the problems raised by the fact of dispersed information”.

⁹ Santos (1996, cap. 2) distingue quatro gerações de economistas Austríacos. A primeira, entre fins de século XIX e início do XX, foi formada especialmente por Carl Menger e seus discípulos Eugen von Böhm-Bawerk e Friedrich von Wieser. Na segunda geração, a partir da década de 1920, destaca-se o nome de Ludwig von Mises, que inicia uma “diáspora” de economistas austríacos rumo, principalmente, aos EUA (ver Vaughn, 1998, cap. 4), onde forma-se a quarta geração, de Israel Kirzner e Murray Rothbard. Entre ambas, a terceira geração foi marcada pelos nomes de Friedrich August von Hayek e Ludwig M. Lachmann.

da tipologia de variedades de incerteza desenvolvida por Dequech (1997, 2000, 2004, 2006a), bem como dos refinamentos por esse autor de diversos conceitos de incerteza. Em síntese, tal classificação estabelece o seguinte.

1. Incerteza substantiva versus incerteza procedimental: incerteza substantiva é aquela que se origina da “lack of all the information which would be necessary to make decisions with certain outcomes”, enquanto incerteza procedimental (ou procedimental) surge de “limitations on the computational and cognitive capabilities of the agents to pursue unambiguously their objectives, given the available information” (Dosi e Egidi, *apud* Dequech, 2006a, p.112)¹⁰.

(1a) A *incerteza procedimental* surge em função da limitação dos agentes em lidar plenamente com a realidade complexa¹¹ que os rodeia. Ou seja, a capacidade mental e/ou computacional das pessoas não é totalmente apta a captar, interpretar e analisar corretamente todas as facetas e dados do mundo. Isso envolve tanto a impossibilidade de coletar todos os dados quanto a de processá-los, inclusive através de computadores (que também são limitados).

A incerteza procedimental é questão de grau: ela pode diminuir com a adaptação dos indivíduos diante da realidade complexa, com o avanço da capacidade dos computadores ou com a existência de instituições que ajam sobre o comportamento dos

¹⁰ Os termos “incerteza procedimental” e “incerteza substantiva” são análogos à racionalidade procedimental e à racionalidade substantiva de Simon (cf. Dequech, 2006a, p. 112). “[B]ounded rationality is largely characterized as a residual category - rationality is bounded when it falls short of omniscience. And the failures of omniscience are largely failures of knowing all the alternatives, uncertainty about relevant exogenous events, and inability to calculate consequences” (Simon, 1978, p. 356). Este autor procurou enfatizar, no início da Economia Comportamental, estes dois tipos de racionalidade limitada em seu trabalho crítico à teoria neoclássica: “[t]he classical theory of omniscient rationality is strikingly simple and beautiful. (...) The environment, combined with the assumptions of perfect rationality, fully determines the behavior. Behavioral theories of rational choice - theories of bounded rationality - do not have this kind of simplicity. (...) [T]hey make modest and realistic demands on the knowledge and computational abilities of the human agents, but they also fail to predict that those agents will equate costs and returns at the margin.” (Simon, 1978, p. 347).

¹¹ Adiante exploraremos o que Hayek entendia por complexidade.

agentes. Alguns autores afirmam que esse tipo de incerteza pode desaparecer com o correr do tempo; outros¹², porém, negam a possibilidade de tal tendência, argumentando inclusive pela possibilidade de aumento mais rápido da complexidade da realidade com que os indivíduos deparam do que de sua capacidade de lidar com ela¹³.

(1b) A *incerteza substantiva* se desdobra em diversos tipos de incerteza, que serão listadas abaixo. Dependendo de como são tratadas, incerteza substantiva e incerteza procedimental não são mutuamente exclusivas.

2. Incerteza fraca versus incerteza forte: distinção entre tipos de incerteza substantiva.

Incerteza forte, em oposição à fraca, “is characterized by the absence of unique, additive and fully reliable probability distributions” (Dequech, 2006a, p. 112). Ou seja, há um contraste entre presença (fraca) e ausência (forte) de uma distribuição de probabilidade numérica e pontual (precisa; cada estado de mundo associado a uma probabilidade), que tenha soma igual a 1 e que seja estável e passível de ser conhecida.

(2a) Com *incerteza substantiva fraca* a lista de estados de mundo possíveis é pré-determinada; as pessoas não são criativas (ou seja, seus atos não criam novos eventos, estados são definidos independente de atos, em particular de mudança tecnológica) e têm (ou agem como se tivessem) mentes e computadores poderosos (em oposição à incerteza procedimental). As pessoas não sabem como será o futuro, mas conhecem corretamente as probabilidades associadas a cada estado de mundo possível. Como

¹² Entre eles Hayek, como veremos adiante.

¹³ “Depending on how it is interpreted, procedural uncertainty may (...) conceivably disappear with the passage of time, as long as people’s capability increases faster than the complexity of the decision situation. However, not all scholars emphasizing procedural uncertainty would find this possibility likely to materialize” (Dequech, 2006a, p. 112).

coloca Fitzgibbons (*apud* Belluzzo, 2000, p. 16), comentando sobre a economia neoclássica, “as teorias do comportamento ‘racional’ pressupõem que os agentes são movidos pelo auto-interesse e pelo conhecimento quantificável. Eles fazem escolhas inteligentes entre vários futuros possíveis”.

Dequech (1997) propõe uma divisão entre dois tipos de incerteza fraca encontrados, em geral, na literatura de inspiração neoclássica¹⁴:

- (i) O risco knightiano apresenta probabilidade objetiva conhecida *a priori* (como num jogo de dados), teoricamente pré-estabelecida, ou probabilidade estatística (como na teoria da frequência)¹⁵, baseada em dados passados, determinada de forma empírica;
- (ii) A incerteza de Savage, por outro lado, é o tipo de incerteza associado à teoria *standard* da utilidade esperada subjetiva. Este tipo de incerteza parece ser mais comumente tratado nos manuais contemporâneos de microeconomia neoclássica, especialmente em nível de pós-graduação. Alguns autores adotam uma espécie de “subjetivismo radical”, rejeitando a possibilidade de haver uma probabilidade objetiva, enquanto outros

¹⁴ Por exemplo, ver Varian (2000, p. 227): “O consumidor está usualmente preocupado com a distribuição de probabilidades de obter cestas diferentes de bens. A distribuição de probabilidades consiste em uma lista de diferentes resultados – nesse caso, cestas de consumo – e na probabilidade associada a cada resultado. Quando o consumidor decide quanto em um seguro de automóvel comprar, ou quanto investir no mercado de ações, ele está, na verdade, decidindo sobre um padrão de distribuição de probabilidades sobre diferentes quantidades de consumo”.

¹⁵ “There are two fundamentally different ways of arriving at the probability judgement of the form that a given numerical proportion of *X*'s are also *Y*'s. The first method is by *a priori* calculation, and is applicable to and used in games of chance. (...) It must be strongly contrasted with the very different type of problem in which calculation is impossible and the result is reached by the empirical method of applying statistics to actual instances. (...) The important of this distinction (...) is that the first, mathematical or *a priori*, type of probability is practically never met with in business, while the second is extremely common.” (Knight, 1957, p. 213-214). A rigor, Knight (1957, p. 225) adota mais um tipo de probabilidade além dos dois aqui citados (e que são usualmente chamadas de risco knightiano): “[e]stimates. The distinction here is that there is *no valid basis of any*

aceitam a existência de probabilidade objetiva, mesmo que não seja conhecida¹⁶.

(2b) Com *incerteza substantiva forte* não existe distribuição de probabilidade pontual, aditiva (soma das probabilidades é igual a 1) e confiável. A incerteza knightiana talvez possa ser um exemplo de incerteza substantiva forte¹⁷. Esse tipo de incerteza substantiva faz mais sentido ao ser desdobrado em ambigüidade e incerteza fundamental.

3. Ambigüidade versus incerteza fundamental: distinção entre dois tipos de incerteza substantiva forte. Camerer e Weber (*apud* Dequech, 2006a, p. 112) definem ambigüidade como “uncertainty about probability, created by missing information that is relevant and **could be known**” (grifo meu), enquanto incerteza fundamental “is characterized by the possibility of creativity and non-predetermined structural change. The list of possible events is not predetermined or knowable *ex-ante*, as the future is yet to be created” (Dequech, 2006a, p. 112).

(3a) Com *ambigüidade* a incerteza recai sobre a própria distribuição de probabilidade. É possível haver distribuição de probabilidade sobre um determinado evento futuro;

kind for classifying instances”. Para um tratamento mais profundo sobre Knight, ver Runde (1998).

¹⁶ Por exemplo, escrevendo dentro do paradigma do equilíbrio geral, Arrow e Debreu propõem a abordagem dos mercados contingentes, onde a cada período sucessivo todos os agentes ficam sabendo qual estado de mundo prevalece naquele período, sem, no entanto, saberem qual será o estado final. Os autores, contudo, não descartam duas hipóteses cruciais: “[c]ontingent contracts, to speak generally, can be written only on mutually observed events, not on aspects of the state of the world which may be known to one but not both the parties” (Arrow, 1972, p. 128) e “[b]efore consumption at date *T* [o último período] takes place, consumers will know which state *s* from a **finite state space** *S* prevails” (Kreps, 1990, p. 217, grifo meu). O próprio Kreps (1990, p. 221-222) reconhece que, ao tentar inserir os fatores tempo e incerteza num modelo de equilíbrio geral, “we assume consumers are *hyperrational*, both in their predictive powers and in their planning abilities. These are very strong assumptions”.

¹⁷ Ligada à situação de probabilidade que Knight chama de “estimativa” (ver nota 14 acima). Dequech (2006a) discute a utilização da incerteza knightiana como incerteza substantiva forte na literatura econômica.

contudo o indivíduo não tem confiança nela, não há bases completas para que ela seja tomada como verdadeira. Nesse mundo, a lista de estados futuros é pré-determinada; o futuro (ou a lista de futuros possíveis), por assim dizer, já está criado. O problema com que a pessoa se defronta não é apenas desconhecer o que sucederá, mas é não saber as probabilidades associadas a cada ambiente possível. Essa incerteza quanto ao futuro chamada ambigüidade, então, surge em decorrência da falta de informação que existe e poderia ser conhecida, pois o futuro já está “definido”, apesar de não se fazer conhecido pelos indivíduos.

A idéia de incerteza enquanto ambigüidade apresenta a deficiência de não ser capaz de lidar satisfatoriamente com a mudança estrutural do ambiente, com criatividade dos agentes¹⁸ ou com conseqüências não-intencionais da ação humana, fatos por suas próprias naturezas incapazes de serem conhecidos (inexistentes) antes de suas concretizações¹⁹. O exemplo principal de ambigüidade na literatura econômica é o

¹⁸ Como no caso da abordagem de Schumpeter ao desenvolvimento econômico, no clássico capítulo 2 de sua *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. “Na medida em que as ‘novas combinações’ podem, com o tempo, originar-se das antigas por ajuste contínuo mediante pequenas etapas, há certamente mudança, possivelmente há crescimento, mas não um fenômeno novo nem um desenvolvimento em nosso sentido. Na medida em que não for este o caso, e em que as **novas combinações aparecerem descontinuamente**, então surge o fenômeno que caracteriza o desenvolvimento. (...) O desenvolvimento, no sentido que lhe damos, é definido então pela realização de novas combinações. Esse conceito engloba os (...) casos seguintes: (1) Introdução de um **novo bem** (...). (2) Introdução de um **novo método de produção**, ou seja, um método que ainda não tenha sido testado pela experiência no ramo próprio da indústria de transformação (...). (3) Abertura de um **novo mercado**, ou seja, de um mercado em que o ramo particular da indústria de transformação do país em questão não tenha ainda entrado, **quer esse mercado exista antes, quer não** (...)” (Schumpeter, 1996, p. 76, grifos meus). Ao tratar da ação do empresário inovador, Schumpeter (1996, p. 91-92, grifos meus) acrescenta: “cada passo fora da rotina diária encontra dificuldades e **envolve um elemento novo** (...). A natureza dessas dificuldades pode ser enfocada nos três seguintes pontos. Primeiro, fora desses canais habituais **o indivíduo está desprovido de dados para as suas decisões** e das regras de conduta que em geral são conhecidos por ele de modo muito acurado dentro deles. É claro que ele deve julgar com base na sua experiência. Mas muitas coisas devem permanecer **incertas**, outras talvez só possam ser determináveis dentro de limites amplos, outras talvez só **possam ser ‘adivinhadas’**”.

¹⁹ “A serious limitation of the notion of ambiguity is that it does not allow one to properly deal with creativity or with structural change in the decision-making environment, particularly a change due either creativity itself or to

chamado “paradoxo de Ellsberg”²⁰.

Dequech (2000, p. 49) destaca que sob ambigüidade num ambiente dinâmico é possível que a quantidade de informação disponível aumente com a passagem do tempo. Assim, os agentes podem decidir esperar nova informação que mude suas distribuições de probabilidade e os façam ter mais confiança em um sub-conjunto delas (até que potencialmente a ambigüidade desapareça).

(3b) A característica principal da *incerteza fundamental* é que “[t]he future cannot be anticipated by a fully reliable probabilistic estimate because *the future is yet to be created*” (Dequech, 2000, p. 48, grifo no original); e, a partir disso, não se pode ter uma distribuição de probabilidade confiável, verdadeira.

A questão vai além da falta de informação: o problema é a sua *inexistência*. Com ambigüidade, a informação existia, apesar de não ser conhecida; já com incerteza fundamental, a informação não existe porque o futuro é aberto, impossível de ser plenamente conhecido e até concebido. Já que todos os cenários futuros não podem ser

the unintended consequences of people’s actions” (Dequech, 2000, p. 46).

²⁰ O “paradoxo de Ellsberg” (Ellsberg, 1961) parte do famoso jogo das cores das bolas dentro das urnas. As cores já estão definidas antes da pessoa decidir apostar ou não, e essa informação poderia ser conhecida, mas não é. Com base nas informações fornecidas, o potencial apostador cria em sua mente um conjunto de probabilidades possíveis e, a partir disso, toma sua decisão. “[T]he state of information in our urn example can be characterized neither as ‘ignorance’ nor ‘risk’ (...). Each subject does know enough about the problem to *rule out* a number of possible distributions (...). He *knows* (by the terms of the experiment) that there are red balls in the urn; in fact, he knows that exactly 1/3 of the balls are red. Thus, in his ‘choice’ of a subjective probability distribution over red, yellow, black – if he wanted such an estimate as a basis for decision – he is limited to the set of potential distributions between (1/3, 2/3, 0) and (1/3, 0, 2/3): i.e., to the infinite set (1/3, λ , 2/3 - λ), $0 \leq \lambda \leq 2/3$ ” (Ellsberg, 1961, p. 657-658, grifos no original). A decisão dentre os estados de mundo que deverá prevalecer, a partir dessas probabilidades possíveis, é tomada com base em uma informação incerta, a partir da experiência, da sensibilidade, da indução do potencial apostador (“The subject can always ask himself: ‘What is the likelihood that the experimenter has rigged this urn? Assuming that he has, what porportion of red balls did he probably set? If he is trying to trick me, how is he going about it? What other bets is he going to offer me? What sort of results is he after?’” (Ellsberg, 1961, p. 658)).

imaginados, não se pode associar a cada um deles uma certa probabilidade²¹.

A noção de incerteza fundamental supre a deficiência do conceito de ambigüidade acima exposta, qual seja, a possibilidade de criatividade dos agentes e de mudança estrutural do ambiente. Não à toa, o conceito de incerteza fundamental é especialmente caro aos círculos pós-keynesianos e neo-schumpeterianos, assim como parte dos Austríacos, como logo veremos²². Ele se encaixa no mundo onde as ações humanas alteram estados futuros, sendo que essas ações (e seus resultados não necessariamente intencionais) não podem ser antecipadas, como no caso do empresário schumpeteriano exposto acima. Nas palavras de Dequech (1999, p. 416), “[i]n an environment where there is fundamental uncertainty, future actions can be created by today’s decisions”, e, assim, o futuro é sempre mutável, continuamente (re)construído.

A incerteza fundamental pode diminuir, mas não desaparecer, pela própria natureza das economias capitalistas. Ainda que cultura, instituições e regras tenham papel na redução da incerteza fundamental ao serem “ilhas de segurança num oceano de incerteza”, o processo de concorrência intercapitalista e de busca incessante pelo lucro impulsiona as pessoas a inovarem e a procurarem novas maneiras de comportamento e produção.

Cabe salientar que a imprevisibilidade do futuro, característica da incerteza fundamental, não necessariamente implica que os indivíduos não imaginem futuros possíveis em suas mentes²³. Eles podem atribuir probabilidades a certos estados de

²¹ “As we cannot imagine it in the present, we cannot attribute to it any probability” (Dequech, 2000, p. 48).

²² Nem todos desta última escola, no entanto, aceitam esse tipo de incerteza. Dempster (1999, p. 78), por exemplo, afirma que “the question of whether the future is predetermined is irrelevant from an Austrian standpoint”.

²³ “[A] world of uncertainty clearly is not a world of chaos. To say that economic phenomena cannot be predicted in the sense we expect such activity from a science is not to say that men are unable to form expectations about the future outcome of the actions they presently are planning” (Lachmann, 1986, p. 139).

mundo futuro (claro que não a todos os estados possíveis); contudo, estas probabilidades serão “imaginárias”, sem uma base no “mundo real” futuro (exceto pelo papel das instituições e de algumas propriedades do processo de mudança tecnológica²⁴), e os próprios agentes poderão ter ciência dessa limitação de suas previsões²⁵.

Posto isto, cumpre-nos responder como Hayek via incerteza. A nosso ver, os conceitos de incerteza procedimental e incerteza substantiva fundamental são aqueles que conseguem abarcar melhor o pensamento hayekiano a respeito²⁶.

1.2. Complexidade e incerteza procedimental em Hayek

Em sua palestra por ocasião do recebimento do prêmio Nobel de Economia, Hayek (1974) faz um breve sumário da “teoria do fenômeno complexo”²⁷. Esta é uma crítica à economia neoclássica e seu tratamento simplificador da estrutura econômica e, a partir disso, sua forma de intervenção via política econômica. Segundo ele, a teoria econômica convencional se enveredou por um caminho perigoso. Em sua ânsia por prestígio e suposto rigor científico, os economistas passaram a adotar os métodos das ciências físicas: esta é a chamada “atitude

²⁴ Ver Dequech (2004).

²⁵ “It is not denied here that decision-makers may still construct subjective probability distributions in these situations, if they so wish, but they should acknowledge the unknowability of a list of all possible events and the consequent limited guidance provided by these probability distributions” (Dequech, 2000, p. 48).

²⁶ Estes conceitos não são mutuamente exclusivos se o conceito de incerteza procedimental admitir a possibilidade de mudança estrutural que não seja pré-determinada (*à la* Schumpeter, por exemplo). A realidade pode ser complexa e sujeita a mudanças não-predeterminadas, enquanto os indivíduos tiverem capacidades mentais/computacionais limitadas e forem criativos (cf. Dequech, 2006a, p. 112-113).

²⁷ Tema também abordado em Hayek (1964). Ver também Vaughn & Poulsen (1998).

cientificista”. Nas palavras de Hayek (1974, p. 23), tal atitude é “decidedly unscientific in the true sense of the word, since it involves a mechanical and uncritical application of habits of thought to fields different from those in which they have been formed”. Num texto anterior, ele havia escrito:

“There is a glamour about the natural sciences which expresses itself in the spirit and the atmosphere in which it is pursued and received, in the prizes that wait for the successful as in the satisfaction it can offer to most. What I want to say to you tonight is a warning that, if you want any of this, if to sustain you in the toil which the prolonged pursuit of any object requires, you want these clear signs of success, you had better leave economics now and turn to one of the more fortunate other sciences. (...) [E]ven (...) to aim at praise or public recognition, is almost certain to spoil your intellectual honesty in this field” (Hayek, 1944, p. 36).

Para Hayek, a realidade econômica é determinada por um número muito grande de variáveis: “[t]hese data, or variables, which determine the particular form which the pattern described by the theory will assume in the given circumstances, will be more numerous in the case of complex wholes and much more difficult to ascertain and control than in the case of simple phenomena” (Hayek, 1964, p. 27).

Essas variáveis são não apenas numerosas, como algumas podem não ser passíveis de mensuração, dado que o mercado é formado por muitos indivíduos, e que o importante, segundo a Escola Austríaca, são o conhecimento e as motivações subjetivas que provocam as ações destes indivíduos e os impulsionam²⁸, e não relações físicas entre “fatores de produção” ou

²⁸ A tradição subjetivista entre os Austríacos se inicia com a teoria do valor subjetivo de Menger, em contraposição à teoria do valor-trabalho, dominante no pensamento econômico clássico (“Conclui-se, pois, que o valor não é algo inerente aos próprios bens; não é uma propriedade dos mesmos e muito menos uma coisa independente, subsistente por si mesma. O valor é um juízo que as pessoas envolvidas em atividades econômicas fazem sobre a importância dos bens de que dispõem para a conservação de sua vida e de seu bem-estar; portanto, só existe na consciência das pessoas em questão. (...) [N]a realidade, o valor é por sua própria natureza algo totalmente *subjetivo*...” (Menger, 1988, p. 77, grifo no original)). O papel de Hayek (e.g. 1937, 1945b) neste campo foi ampliar a idéia de valor subjetivo de Menger de forma a captar o caráter subjetivo do conhecimento. Lachmann

dados macroeconômicos objetivos ou quantificáveis e as pretensas interações entre eles²⁹.

“The hope of becoming more ‘empirical’ by becoming more macroeconomic is bound to be disappointed, because these statistical magnitudes – which are alone ascertainable by ‘measurement’ – do not also make them significant as the cause of actions of individuals who do not know them. Economic phenomena are not mass phenomena of the kind to which statistical theory is applicable” (Hayek, 1983, p. 251).

Hayek (1937; 1952, cap. 3) destaca, em conformidade com o subjetivismo da Escola Austríaca, a distinção fundamental entre os dados *objetivos* e a forma como as pessoas os captam, os dados *subjetivos*, e que estes nem sempre correspondem àqueles. Em outras palavras, as informações que os indivíduos possuem, justamente por serem construções de suas mentes, serem resultado de percepções e/ou interpretações da realidade, podem ser, e em geral são, diferentes dos dados “objetivos”, ou seja, podem ser erradas³⁰. Segundo Hayek, as pessoas abstraem dos objetos e da realidade que as rodeia certas características e conexões, atribuindo a estas manifestações certas propriedades ou potências; a questão que se levanta é que nem sempre essas propriedades, de fato, são reais (daí porque chega a afirmar que seria preferível usar o termo “atribuído” ao invés de “subjetivo”, em contraposição a “objetivo”, cf. Hayek, 1952, p. 49). Por isso o austríaco afirma:

“[T]he concrete knowledge which guides the action of any group of people never exists as a consistent and

(e.g. 1986), posteriormente, deu um passo além, ao destacar o papel subjetivo das expectativas. Iorio (1997, p. 47) sintetiza o subjetivismo: “para os economistas ‘austríacos’ e para os subjetivistas em geral, a teoria econômica deve lidar, antes de mais nada, com os fatores que determinam as escolhas e não com as interações entre magnitudes objetivas”. Segundo Hayek, “every important advance in economic theory during the last hundred years was a further step in the consistent application of subjectivism” (Hayek, 1952, p. 52).

²⁹ “The economist is not primarily concerned (or should not be) with any physical properties of the world as such, but rather the meaningful constructions of social actors” (Boettke, 1990a, p. 37).

³⁰ Como Barbieri (2006) corretamente argumenta, a principal crítica de Hayek no artigo de 1937 se dirige aos economistas que usualmente tratam o conhecimento detido pelos indivíduos como perfeito, os “dados” como “dados” a todos os participantes do mercado. Assim, eles ignoram o processo de aprendizado a que os agentes estão sujeitos por sua participação no processo de mercado, e supõem a correspondência entre a realidade objetiva e os dados, essencialmente subjetivos, detidos pelas pessoas.

coherent body. It only exists in the dispersed, incomplete, and inconsistent form in which it appears in many individual minds, and the dispersion and imperfection of all knowledge are two of the basic facts from which the social sciences have to start” (Hayek, 1952, p. 49-50).

Outra característica de um ambiente complexo como a economia é a *dispersão* do conhecimento existente na sociedade sobre as condições de produção, demanda, etc³¹. Este conhecimento, “a body of very important but unorganized knowledge which cannot possibly be called scientific” (Hayek, 1945b, p. 521), não se encontra, e nem pode se encontrar, concentrado ou integrado numa espécie de comitê central de planejamento; antes, permanece difuso entre os diversos agentes da economia. Nas palavras de Hayek (1945b, p. 519),

“[T]he knowledge of the circumstances of which we must make use never exists in concentrated or integrated form, but solely as the dispersed bits of incomplete and frequently contradictory knowledge³² which all the separate individuals possess”.

Além de disperso, é próprio do conhecimento existente na sociedade sua incapacidade de ser plenamente transmitido. Muito do conhecimento que os indivíduos possuem e utilizam não pode ser repassado deliberadamente, formulado em forma de texto ou apostilas, ou transmitido em salas de aula; ele é uma espécie de “conhecimento tácito”, que só é adquirido com a presença e a experiência em certa tarefa ou determinado ambiente, e através do contato pessoal. Lavoie (1986, p. 220) coloca que “[t]he problem is rather that the relevant knowledge is inarticulate. The producers know more than they can explicitly communicate to others”.

Hayek (e.g. 1964, 1974) insiste que, por ser uma um campo de estudos que lida com

³¹ Andrade (2004) destaca que o conceito de complexidade de Hayek diz respeito à quantidade de dados econômicos existentes e à sua dispersão espacial, ou seja, a quantidade de informações é muito grande e muito espalhada para que possa ser conhecida e processada por uma só mente: “[t]heories of complexity, such as Hayek’s and Simon’s, emphasise the space dimension – ignorance concerning the vast number of interacting events taking place at the same time in a given complex environment; ignorance of the interactions among the sub-systems of this sub-environment, and so on” (Andrade, 2004, p. 130).

³² Pelo caráter subjetivo dos dados, conforme exposto anteriormente.

fenômenos essencialmente complexos, a Economia não pode fazer previsões pontuais de “variáveis macroeconômicas”, mas apenas de padrões ou tendências gerais que o sistema econômico apresentará a partir da ocorrência de certos fatos³³. Exemplificando: enquanto um astrônomo pode **precisamente** determinar qual a velocidade que uma nave espacial irá desenvolver no espaço, de acordo com sua massa, velocidade de lançamento e um número limitado de outras características mensuráveis da própria nave e de seu lançamento, um economista dificilmente é capaz de fazer o mesmo tipo de afirmação precisa sobre qual será o crescimento do PIB de um país de acordo com gastos do governo e variação dos agregados monetários. Por enquanto, podemos associar tal incapacidade à impossibilidade de se recolher e medir todas as variáveis que seriam importantes na determinação do valor preciso³⁴.

A questão central é que nas chamadas “ciências naturais”³⁵ o pesquisador tem possibilidade de medir todas aquelas variáveis consideradas importantes para seu estudo, mas o mesmo não acontece (ou não deveria acontecer) na Economia. Isso leva muitos economistas a buscarem construir suas teorias sobre variáveis objetivas e passíveis de mensuração; e isso é o que obtém prestígio no meio acadêmico e político, a despeito do empobrecimento trazido à teoria econômica e ao entendimento do próprio objeto economia³⁶.

“[I]n economics and other disciplines that deal with essentially complex phenomena, the aspects of the

³³ Witt (1995) argumenta que, para Hayek, o método falsificacionista é compatível com a abordagem dos fenômenos complexos defendida pelo austríaco, uma vez que a teoria, ainda que de forma limitada, é capaz de fazer algum tipo de previsão que possa ser testada e, assim, falsificada.

³⁴ Mais à frente, contudo, conceitos como o de ordem espontânea ou a abordagem evolucionária às instituições e padrões de pensamento e comportamento fornecerão novos argumentos contra tal impossibilidade.

³⁵ Hayek (1964, p. 25) refere-se a “the relatively simple phenomena with which the natural sciences deal”.

³⁶ “My criticism of the recent tendencies to make economic theory more and more formal is not that they have gone too far, but that they have not yet been carried far enough to complete the isolation of this branch of logic” (Hayek, 1937, p. 35).

events to be accounted for about which we can get quantitative data are necessarily limited and may not include the important ones” (Hayek, 1974, p. 24).

A *incerteza procedimental*, portanto, é uma característica intrínseca à economia enquanto objeto e enquanto disciplina, fruto da combinação entre a complexidade do ambiente e a limitação dos agentes e dos economistas em conhecer as inúmeras particularidades do mercado. A mente humana é incapaz de captar e compreender correta e plenamente a realidade complexa, e esta é a essência da incerteza procedimental em Hayek: “human intelligence is quite insufficient to comprehend all the details of the complex human society” (Hayek, 1965, p. 88).

Como veremos adiante, para Hayek uma sociedade livre é marcada pela complexidade, característica ausente daquelas que são fruto do planejamento ou da vontade expressa de uma mente humana. Naquela, tantas são as relações, as conexões entre os agentes, as características particulares de cada mercado, que o pleno planejamento econômico acaba por se tornar muito difícil:

“Since a spontaneous order results from the individual elements adapting themselves to circumstances which directly affect only some of them, and which in their totality need not be known to anyone, it may extend to circumstances so complex that no mind can comprehend them all” (Hayek, 1960, p. 41).

Segundo Hayek, tal tipo de incerteza não pode desaparecer ao longo do tempo, mesmo com o avanço da capacidade computacional. Isto porque o cerne do problema não é tanto a capacidade de “rodar” um modelo com várias equações e variáveis³⁷, mas a impossibilidade de se conhecer inúmeros *atos particulares* que não podem ser medidos. Como escreve Hayek (1945b, p. 524), “the sort of knowledge with which I have been concerned is knowledge of the kind which by its nature cannot enter into statistics and therefore cannot be conveyed to any

³⁷ Daí o argumento de Hayek, em seu debate com Lange e os “socialistas de mercado”, de que mesmo com o advento de computadores cada vez mais potentes, o planejamento socialista seria impossível.

central authority in statistical form”³⁸.

Para Hayek (1964), a complexidade é questão de grau, no sentido de que certo padrão recorrente é mais ou menos complexo proporcionalmente tanto ao número de elementos que devam ser levados em conta na hora de explicá-lo (ou seja, quanto maior o número mínimo de “variáveis explicativas” necessárias, maior a complexidade do padrão a ser explicado³⁹) quanto à dificuldade de se coletar e controlar essas variáveis.

Como veremos no capítulo seguinte, numa sociedade livre, segundo Hayek, as regras de comportamento se limitam a restringir o leque de ações que o indivíduo pode tomar quando se depara com determinada situação. Assim, não são as regras que determinam o comportamento da pessoa, mas ela própria (apenas restringida na gama de diferentes comportamentos que pode ter).

Hayek coloca que essa espécie de descentralização da decisão de qual comportamento cada pessoa terá gera uma incerteza para os indivíduos. Segundo ele, ao mesmo tempo em que as regras facilitam a coordenação entre os agentes, elas não permitem que se possa saber com exatidão o que cada um dos inúmeros membros da sociedade fará a cada momento. Referindo-se a regras de conduta justa, Hayek afirma: “[s]ince they aim at enabling each individual to act according to his own plans and decisions, they cannot wholly eliminate uncertainty” (1976b, p. 38).

A nosso ver, Hayek aqui está tratando do que foi acima classificado como incerteza

³⁸ Em outro texto, Hayek ilustra: “[a] simple example will show the nature of this difficulty. Consider some ball game played by a few people of approximately equal skill. If we knew a few particular facts in addition to our general knowledge of the ability of the individual players, such as their state of attention, their perceptions and the state of their hearts, lungs, muscles etc. at each moment of the game, we could probably predict the outcome” (Hayek, 1974, p. 32-33).

³⁹ “The minimum number of elements of which an instance of the pattern must consist in order to exhibit all the characteristic attributes of the class of patterns in question appears to provide an unambiguous criterion” (Hayek, 1964, p. 25).

procedimental, haja vista sua referência à impossibilidade de se saber a reação que cada agente terá quando se deparar com determinada situação. Ele parece novamente se referir à complexidade do mundo, com a incapacidade humana de coletar todos os dados das situações particulares enfrentadas por cada indivíduo, bem como suas percepções internas e a forma de interpretação da realidade e maneira de resposta vivenciadas em cada uma das ordens complexas que são as mentes dos homens.

Segundo Hayek, apesar de não eliminarem a incerteza (procedimental) enfrentada pelas pessoas, as regras podem reduzi-la na medida em que, ao constranger o comportamento dos indivíduos, torna-os algo mais previsíveis diante dos demais, garantindo o cumprimento de contratos, a proteção contra o arbítrio e a opressão e outras regras fundamentais para o bom funcionamento da ordem.

“They [rules] can create certainty only to the extent that they protect means against the interference by others, and thus enable the individual to treat those means as being at his disposal. But they cannot assure him success in the use of these means, neither in so far as it depends only on material fact, nor in so far as it depends on the actions of others which he expects. They can, for instance, not assure him that he will be able at the expected price to sell what he has to offer or to buy what he wants” (Hayek, 1976b, p. 38).

Birner & Ege (1999, p. 762), reformulando a posição de Hayek, corretamente colocam que “the perfect information assumption relegates the standard neoclassical analysis at the most to the status of a limiting case, or an idealizing model without empirical content”. A idéia de incerteza procedimental em Hayek já bastaria para que ele concordasse com isso. Mas esse não é o único tipo de incerteza não-neoclássica considerado em suas obras.

1.3. Incerteza fundamental em Hayek

Para Hayek o processo de mercado, a concorrência (em contraposição à visão

tradicional de concorrência como mera estrutura de mercado “estática”⁴⁰), traz à tona a existência da *incerteza fundamental* de duas maneiras⁴¹.

Em primeiro lugar porque, por ser um processo que ocorre ao longo do tempo num ambiente complexo, o processo de mercado pode gerar desequilíbrios e frustrações de expectativas causadas por investimentos incorretos⁴², fruto, segundo a teoria austríaca do ciclo, da expansão monetária realizada pelo governo, que distorce o sistema de preços e “ilude” o empresário. E a falta de previsibilidade destes desequilíbrios não depende apenas da limitação dos agentes, mas do próprio processo de mercado e dos caminhos que ele toma, algo pela sua própria natureza impossível de ser apreendido *ex-ante*.

O afrouxamento da política monetária, ao transmitir falsos sinais aos agentes sobre as condições particulares de oferta e demanda, induz a uma mudança na estrutura temporal do capital “errada”, já que não corresponde à realidade da economia⁴³. A nova estrutura do capital,

⁴⁰ “[M]arket theory often prevents access to a true understanding of competition by proceeding from the assumption of a 'given' quantity of scarce goods. Which goods are scarce, however, or which things are goods, or how scarce or valuable they are, is precisely one of the conditions that competition should discover: in each case it is the preliminary outcomes of the market process that inform individuals where it is worthwhile to search. (...) [T]he absurdity of the conventional approach proceeding from a state in which all essential conditions are assumed to be known — a state that theory curiously designates as perfect competition, even though the opportunity for the activity we call competition no longer exists. Indeed, it is assumed that such activity has already performed its function” (Hayek, 1968, p. 13).

⁴¹ Segundo Lachmann (1986, p. 4), “[n]o market process has a determinate outcome”. Rizzo (1995) cita quatro pontos aos quais os autores identificados com o paradigma Austríaco têm progressivamente caminhado nos últimos anos, em particular após as principais contribuições de Hayek, e que, a nosso juízo, apontam para a aceitação da incerteza fundamental: um reconhecimento mais profundo da importância das forças desequilibradoras, uma maior atenção para os pré-requisitos do comportamento no sentido do equilíbrio, uma maior preocupação com o conceito de mudança produzida endogenamente, e o crescimento da atenção à reconciliação entre as idéias de equilíbrio e de mudança imprevista.

⁴² “This essential time element increases the likelihood of erroneous investment decisions and gives scope for cumulative investment errors” (Garrison & Kirzner, 1987, p. 609). “[I]ts [competition] salutary effects must manifest themselves by frustrating certain intentions and disappointing certain expectations” (Hayek, 1968, p. 10).

⁴³ “Mises and Hayek both felt that the crucial problem that any theory of the trade cycle must illuminate and help us understand is the ‘cluster of errors’ that occurs during a bust. (...) [T]he Mises-Hayek theory suggests that

ainda que temporária, dependerá da demanda pelos produtos oriundos dos diversos estágios de produção, algo que só pode ser determinado *ex-post*, dada a subjetividade das preferências dos indivíduos.

Em segundo lugar, e ainda mais relevante, no processo de mercado, onde as decisões são tomadas de forma descentralizada, acontece a criação, descoberta e utilização de conhecimento novo sobre as condições particulares e locais da economia. Vale dizer, na tentativa de obter maior vantagem em relação a seus concorrentes, o empresário busca novos conhecimentos do mercado em que atua, da demanda com que lida, além de introduzir novas técnicas de produção e novos produtos e estar alerta a quaisquer novas oportunidades de negócios⁴⁴. Esse novo conhecimento só surge por causa da inserção e competição dos agentes no processo de mercado⁴⁵. E os resultados desse processo não são passíveis de previsão, na medida em que seus rumos e resultados vão sendo construídos ao longo do próprio processo, com a passagem do tempo⁴⁶: “[a]s we have seen, the results of a discovery procedure are necessarily

business error occurs because intervention in the loanable funds market (manipulation of the interest rate) produces ‘false’ signals which businessmen act upon. Since most loans, at that time, were lent to business concerns, the artificially lower rate signalled businessmen to borrow money and invest in production processes that otherwise would not have appeared profitable. The corresponding malinvestments reveal themselves when markets adjust to convey the underlying preferences of consumers and producers” (Boettke, 1989b, p. 187). Para uma breve apresentação da teoria austríaca do capital e do ciclo econômico, ver Lewin (1994) e Batemarco (1994), respectivamente.

⁴⁴ A essência do empresário de Kirzner (e.g. 1992, 1994).

⁴⁵ “The Austrians want to emphasize not just the proficient use of existing information, but the discovery and use of new knowledge that comes into being only because of the context in which actors find themselves acting” (Boettke, 2002, p. 267); “[t]he market generates information for plan coordination only within the process itself” (Boettke, 1989a, p. 85, n. 8). Nas palavras de Hayek, “[t]he crucial fact of our lives is that we are *not* omniscient, that we have from moment to moment to adjust ourselves to new facts which we have not known before” (Hayek, 1965, p. 90).

⁴⁶ Pondé corretamente escreve que “[p]or ser um processo adaptativo que envolve descoberta e aprendizado criativos, a coordenação não produz um movimento de ajuste em direção a um ponto de chegada ou repouso pré-estabelecido, mas uma trajetória de aquisição de conhecimentos e atuação dos agentes que vai definindo seu destino a medida em que é percorrida” (Pondé, 2004, p. 8).

unpredictable” (Hayek, 1968, p. 14).

Como complemento a estes dois pontos que mostram Hayek aderindo ao tipo de incerteza classificado como fundamental, podemos apresentar aqui, em linhas gerais, uma discussão que será fruto de estudo mais detalhado no terceiro capítulo deste trabalho: Hayek (e.g. 1973) defendia uma abordagem evolucionária de mudança institucional, cultural, das regras, costumes, etc.

Instituições são continuamente revisadas, imitadas e abandonadas, num processo evolucionário⁴⁷. A mudança se inicia com um indivíduo, que, se bem sucedido, é imitado por outros de seu grupo, até que aquela prática se torne generalizada naquele grupo. As instituições, regras, etc, são então selecionadas por um processo de competição entre elas, conforme proporcionem ao grupo que as adote se adaptar melhor ao ambiente em que vive em relação a outros grupos. Para Hayek, essas instituições (inclusive econômicas, como a tecnologia adotada) são como depósitos de conhecimento acumulado, mostrando à geração presente formas de solução de problemas encontrados anteriormente: “[t]he cultural heritage into which man is born consists of a complex of practices or rules of conduct which have prevailed because they made a group of men successful” (Hayek, 1973, p. 17). Nas palavras de Vaughn e Poulsen,

“It seems reasonable to argue that economic institutions (...) are the product of accumulated knowledge (a form of intellectual as well as physical capital) and also provide, as Lachmann later said, ‘islands of certainty in an uncertain world’. That is, the patterns that are observable in the market are regular strategies of actions like routines and trading relationship that reflect solutions to earlier problems.” (Vaughn & Poulsen, 1998, p. 19)⁴⁸.

⁴⁷ Lavoie, usando um caso particular das instituições (as técnicas de produção adotadas numa economia), afirma que “[p]roduction methods are not so much known as simply practiced, revised and occasionally abandoned in a continuously changing flux of competitive activity” (Lavoie, 1986, p. 225).

⁴⁸ “[W]e should approach inherited traditional rules with modesty and caution because they may well incorporate

A questão é que, como na evolução biológica das espécies, não é possível prever qual será o resultado desse processo. Não há um sentido pré-definido nessa evolução, ela não persegue um objetivo ou fim conhecido, ou seja, é um processo evolucionário *não-teleológico*. E por isso também podemos dizer que a lista de estados do mundo não está pré-determinada, uma característica da incerteza fundamental. Hayek deixa claro que o processo de mudança institucional não segue padrões pré-definidos, e que o resultado final não pode ser apreendido antes, mas é construído com o próprio andamento do processo. Segundo ele,

“[N]either biological nor cultural evolution knows anything like ‘laws of evolution’ or ‘inevitable laws of historical development’ in the sense of laws governing necessary stages or phases through which the products of evolution must pass, and enabling the prediction of future developments. Cultural evolution is determined neither genetically nor otherwise” (Hayek, 1988, p. 26).

O processo de criação, seleção e adesão a novas regras de comportamento e instituições não segue uma espécie de “razão” do tipo humano, que supostamente utiliza certos meios em busca de determinados fins de forma clara e unívoca; antes, gerará uma “ordem espontânea”, que terá características que não podem ser previstas ou antecipadas: “[l]iberalism for this reason restricts deliberate control of the overall order of society to the enforcement of such general rules as are necessary for the formation of a spontaneous order, **the details of which we cannot foresee**” (Hayek, 1973, p. 32, grifo meu).

Como complemento a esta discussão, verificamos que em seu texto “Why I am not a conservative”, pós-escrito ao livro “The Constitution of Liberty”, Hayek (1960) também deixa transparecer que admitia a existência de incerteza fundamental. Nele, o autor austríaco procura mostrar por que um verdadeiro liberal, no sentido clássico do termo, não pode ser tido como um

experience, and perform beneficial functions, of which we are not aware” (Vanberg, 1994, 121).

conservador.

Segundo Hayek, conservador é aquele que teme a mudança, prefere arraigar-se às instituições e costumes vigentes ou outrora já conhecidos: “one of the fundamental traits of the conservative attitude is a fear of change, a timid distrust of the new as such” (Hayek, 1960, p. 400). Essa aversão às transformações se mostra, em particular, sobre a emergência espontânea de novidades nas regras morais ou instituições do grupo: “[t]hey [the conservative] typically lack the courage to welcome the (...) undesigned change from which new tools of human endeavors will emerge” (Hayek, 1960, p. 400).

Já o liberal, de acordo com Hayek, não pensa e nem age assim. Ele não teme a mudança; antes, encara a possibilidade de se deparar com novos ambientes e novas instituições com confiança de que a geração de novos padrões pode ser (mas não necessariamente será, como veremos no terceiro capítulo desta dissertação) benéfica: “there is in the present world very little reason for the liberal to wish to preserve things as they are. (...) the liberal position is based on courage and confidence, on a preparedness to let change run its course even if we cannot predict where it will lead” (Hayek, 1960, p. 399-400).

Note-se na passagem acima que Hayek associa o processo evolucionário de mudanças institucionais pelo qual a sociedade livre passa, ou a emergência espontânea de novas instituições, à dificuldade de se prever qual será seu resultado, qual será o estado de mundo que prevalecerá com o desenrolar de tal processo.

Em particular na economia, o processo (espontâneo) de mercado levará seus participantes a novos cenários, que não podem ser antecipados. Por isso, os agentes não possuem bases concretas ou seguras para fazer cálculos precisos sobre o estado futuro dos mercados: “in the economic field, the self-regulating forces of the market will somehow bring about the

required adjustments to new conditions, although no one can foretell how they will do this in a particular instance” (Hayek, 1960, p. 400).

Assim, parece que Hayek admitiu a existência de grandes obstáculos para se estabelecer *ex-ante* qual será o curso tomado pelo processo evolucionário e espontâneo de geração ou de mudança institucional, em particular nos mercados de diversos bens (como no caso das tecnologias de produção novas ou mais eficientes, por exemplo), e que tal dificuldade não é fruto apenas da incapacidade de processamento mental dos agentes diante da complexidade inescapável que os rodeia, mas também da própria indeterminação de qual será o resultado do processo evolucionário de mudança institucional, ou quais serão as instituições que surgirão de forma espontânea na sociedade⁴⁹.

Se for correto afirmar de uma perspectiva hayekiana que tal quase impossibilidade é verdadeira, se não for permitido às pessoas preverem qual será a verdadeira plataforma em que deverão atuar no futuro (ou ao menos associar corretas probabilidades a cada estado futuro), ou qual a decisão a ser tomada hoje é a mais adequada ao mundo com que se depararão amanhã, então existe incerteza fundamental.

Podemos citar Iorio para resumir nosso entendimento do por que se pode dizer que incerteza fundamental é um conceito simpático aos seguidores do pensamento de Hayek:

“O conceito de incerteza genuína decorre como corolário da aceitação das hipóteses de ignorância e de tempo real. As implicações mais importantes da idéia de incerteza genuína são, primeiro, a impossibilidade inerente de listagem de todos os possíveis resultados provocados por um determinado curso de ação e, segundo, a passagem da incerteza, que na teoria econômica convencional costuma ser tratada como uma variável exógena, para a categoria de variável endógena. (...) **Na verdade, não se trata apenas de um simples desconhecimento das probabilidades associadas aos diversos eventos de um determinado**

⁴⁹ “[T]he ultimate direction that spontaneous orders take is largely unknowable” (Beaulier & Boettke, 2001, p. 3).

conjunto, mas ao fato de que o próprio conjunto não é determinado” (Iorio, 1997, p. 48-49, grifo meu).

CAPÍTULO 2

AS INSTITUIÇÕES, SUA INFLUÊNCIA NO COMPORTAMENTO INDIVIDUAL E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A ORDEM: A VISÃO DE HAYEK

A obra de F. A. Hayek é permeada pela importância conferida por este autor às instituições como elementos determinantes de uma certa ordem social⁵⁰. Para ele, as instituições possuem papel central como objeto de estudo do economista e do cientista social. O correto e completo entendimento da sociedade passa pela busca da compreensão do processo pelo qual as instituições surgem, evoluem, afetam o comportamento humano e contribuem para a ordem. Peter Boettke bem coloca que

“Hayek views the world as continually changing and, therefore, realizes that institutions are forever evolving. The role of economics as a theoretical science is seen to be primarily to understand the evolved institutions in contemporary society, to rationally diagnose their failings, and to offer positive suggestions for their revision. (...) Hayek, and Austrians in general, seek to understand the ongoing evolutionary processes in which institutions change” (Boettke, 1989a, p. 75).

Mas, afinal, o que são instituições? Na literatura econômica, o conceito de instituição é controverso e nenhuma alternativa consensualmente satisfatória existe. Um dos objetivos deste capítulo é caracterizar o entendimento que Hayek tinha de instituições (formais ou não), além de regras, cultura, e outros conceitos correlatos. Além disso, o capítulo busca, em alguma medida e de forma introdutória, relacionar essa discussão conceitual à teoria hayekiana de como as instituições influenciam o comportamento dos indivíduos e de como elas contribuem para gerar ordem. Já o processo de mudança das instituições ao longo do tempo será estudado no próximo capítulo deste trabalho.

⁵⁰ Adiante neste capítulo (seção 6) veremos o que Hayek entendia por ordem.

O conceito hayekiano de instituição e outros correlatos nem sempre se encontram explícitos em seus textos, além de poderem ter evoluído conforme o amadurecimento do autor ao longo dos trabalhos e dos anos. Inicialmente, buscar-se-ão as referências a instituições espalhadas por diversos textos da vasta obra de Hayek (em particular, os de 1945, 1960 e 1973). A princípio, será adotada a hipótese de que Hayek mais ou menos implicitamente tratou instituições como sistemas de regras, como parecem fazer Nelson e Sampat: “[f]or Hayek and modern Austrians, institutions are defined as widespread and widely recognized practices in a society that commonly are deemed appropriate in the circumstances” (Nelson & Sampat, 2001, p. 35).

Essa noção será relacionada em particular com o que Hayek chama de regras aprendidas ou transmitidas culturalmente, que ele distinguiu das que são herdadas geneticamente⁵¹. Para ele, ambos os tipos de regras exercem influência sobre o comportamento tanto de homens quanto de animais, e interagem entre si: “[w]e know that cultural transmission by learning occurs at least among some of the higher animals, and there can be no doubt that men also obey some rules of conduct which are innate. The two sorts of rules will therefore often interact” (Hayek, 1967a, p. 66). No entanto, deve ser ressaltado, o interesse primário deste capítulo estará sobre as regras transmitidas através da cultura⁵², que foram as destacadas por Hayek ao longo de suas obras⁵³.

⁵¹ “[The] behavioural rules fall into two fundamentally-different categories, namely those that are 'innate (or transmitted genetically)' and those that are 'learned (or transmitted “culturally”)'. The first category of rules is part of our biological heritage. It is to be explained as the product of the process of biological evolution” (Vanberg, 1994, p. 111).

⁵² Segundo Vanberg (1994), para os cientistas sociais “these ‘genetic rules’ can be treated as parameters” e por isso “their principal interest is in the learned rules and the manner of their transmission” (Vanberg, 1994, p. 111).

⁵³ “The regularities (or rules) governing the behavior of the agents can be of two different sorts: they can be innate (genetic) or learned (cultural). Innate regularities are formed by biological evolution, learned regularities by

A discussão sobre o que são instituições para Hayek envolve necessariamente considerações sobre que tipo de influência as instituições exercem sobre o comportamento individual na visão desse autor. Dois tipos serão destacados aqui: aqueles que alguns autores institucionalistas classificam como os papéis restritivo e cognitivo das instituições.

Outro aspecto conceitual e teórico a considerar é a relação entre instituições e normas, para Hayek. Para discutir isso, serão utilizados o conceito de norma de decisão introduzido por Dequech (2006b) e a distinção estabelecida por esse autor entre esse tipo de norma e as normas sociais. Hayek parecia tratar várias instituições como normas sociais; e suas referências a algumas dessas mesmas instituições talvez possam ser traduzidas em termos de normas de decisão.

Finalmente, será examinada a relação conceitual e teórica que Hayek estabelece entre instituições e ordens.

2.1. The Use of Knowledge in Society

Em seu clássico artigo “The use of knowledge in society” (1945b), Hayek mostra que o verdadeiro problema econômico com que a sociedade deve lidar é a melhor utilização e comunicação do conhecimento⁵⁴ disperso entre os seus diversos membros, e que não está concentrado em sua totalidade para nenhuma pessoa⁵⁵. Cumprindo ao cientista social explicar como

human civilization. It is possible, of course, that these two sources of rules could be intertwined in a complex way refractory to analysis. Hayek eliminates these problems by concentrating his analysis on learned rules” (Sabooglu & Langlois, 1995, p. 6-7).

⁵⁴ É preciso que fique claro que para Hayek, conhecimento não é meramente o acúmulo de informações pré-existentes, que podem ser classificadas pela sua qualidade *ex-ante* e apresentam um certo custo. Antes, o conhecimento de que Hayek trata é conjectural, falível, tácito e criado e descoberto pela participação dos agentes no processo de mercado. Barbieri (2006) procura fazer a crítica da visão de que Hayek foi um predecessor da contemporânea Economia da Informação.

⁵⁵ Em texto posterior, Hayek coloca: “[t]he sum of the knowledge of all the individuals exists nowhere as an

se dá a existência de coordenação entre os agentes possuidores de conhecimento imperfeito, algo, para Hayek, empírico (Barbieri, 2006).

As mudanças nas condições de demanda ou de produção precisam ser comunicadas aos participantes do mercado de forma que eles possam aumentar ou diminuir a produção ou a utilização de determinado produto. De que maneira essa informação é transmitida a milhões de pessoas que atuam de forma “independente”, sem um comando central? Segundo Boettke (1989a), foi a busca por descobrir qual o ambiente institucional que mais facilita tal transmissão para a coordenação dos planos dos diversos agentes que serviu de norte à maior parte das obras de Hayek.

Hayek argumenta neste artigo de 1945 que o sistema de preços é o mecanismo de comunicação pelo qual essas informações são repassadas e espalhadas para os participantes do mercado interessados em determinada mercadoria⁵⁶. A grande “maravilha” do sistema de preços é que ele consegue repassar as informações que de fato são relevantes e de forma simples, sem grande custo para o agente. Poucas pessoas precisam saber o que causou uma mudança nas condições particulares de determinada mercadoria, mas todos os interessados nela recebem o sinal, via mudanças nos preços, de qual deve ser a postura diante dessa mudança, ainda que não venham a saber, na realidade, o que aconteceu. Boettke (2002) afirma que a maior contribuição de Hayek para o entendimento do sistema de preços é justamente o fato de ele beneficiar as

integrated whole. The great problem is how we can all profit from this knowledge, which exists only dispersed as the separate, partial, and sometimes conflicting beliefs of all men” (Hayek, 1960, p. 25). A respeito do artigo de Hayek de 1945, Horwitz escreve: “[f]or Hayek, the problem of social and economic order is a problem of communication, and the human condition is one of partial, fragmentary, and often incorrect knowledge. We need ways of communicating that allow us to learn from each other and through such learning processes to discover progressively better ways of doing things” (Horwitz, 2001, p. 87).

⁵⁶ “It is always a question of the relative importance of the particular things with which he is concerned, and the causes which alter their relative importance are of no interest to him beyond the effect on those concrete things of his own environment” (Hayek, 1945b, p. 525).

peessoas sem que elas tenham consciência de seu funcionamento.

“The marvel is that in a case like that of a scarcity of one raw material, without an order being issued, without more than perhaps a handful of people knowing the cause, tens of thousand of people (...) are made to use the material or its products more sparingly; i.e., they move in the right direction” (Hayek, 1945b, p. 527).

Como bem coloca Karen Vaughn ao comentar este texto de Hayek, “[c]hanging prices are a way of linking dispersed knowledge (knowledge of time and place) together in an economical way” (Vaughn, 1999, p. 134).

Nosso maior interesse em “The use of knowledge in society”, a esta altura, reside na classificação que Hayek faz do sistema de preços como uma instituição semelhante à língua que falamos ou à herança cultural de um povo: “[t]he problem which we meet here is by no means peculiar to economics but arises in connection with nearly all truly social phenomena, with language and most of our cultural inheritance” (Hayek, 1945b, p. 528). Hayek trata explicitamente o sistema de preços como uma instituição de origem espontânea como a linguagem, por exemplo: “[t]he price system is just one of those formations which man has learned to use (...) after he had stumbled upon it without understanding it” (Hayek, 1945b, p. 528).

Vemos que Hayek parece comparar o sistema de preços, a organização em mercado, a sistemas de regras de comportamento herdadas culturalmente, que não (ou não necessariamente) são plenamente compreendidas para que possam ser utilizadas: “[w]e make constant use of formulas, symbols and **rules** whose meaning we do not understand and through the use of which we avail ourselves of the assistance of knowledge which individually we do not possess” (Hayek, 1945b, p. 528, grifo meu).

Já em 1945, para Hayek o sistema de preços e outras instituições funcionam como

sistemas de regras de comportamento a guiar a ação dos indivíduos, ainda que de forma não plenamente compreendida. Isso é importante na refutação da crítica que alguns seguidores do racionalismo construtivista (discutido mais adiante) fazem ao liberalismo como um sistema irracional de organização econômica. Tanto é assim que Hayek utiliza este argumento neste artigo, onde aparentemente a discussão se dá com Oskar Lange e outros defensores do planejamento econômico central.

A hipótese de Hayek é que mesmo que uma instituição, como o sistema de preços, não seja plenamente compreendida pela razão humana, ou mesmo que ela não seja fruto da vontade deliberada do homem, ela pode ser preferível e mais “eficiente” que outra que se proponha à mesma tarefa, mas não tenha origem espontânea e seja plenamente compreendida em suas funções e desígnios, e cuja adesão seja feita de forma consciente ou deliberada: “[c]ivilization advances by extending the number of important operations which we can perform without thinking about them” (Hayek, 1945b, p. 528).

Como exposto anteriormente, Hayek associa instituições a práticas e hábitos. Para ele, instituições são sistemas de regras a orientar o comportamento das pessoas:

“We have developed the **practices and institutions** by building upon **habits and institutions** which have proved successful in their own sphere and which have in turn become the foundation of the civilization we have built up” (Hayek, 1945b, p. 528, grifos meus).

Note-se a relação que o autor estabelece entre práticas, hábitos e instituições. Hayek parece tratá-los quase como uma mesma categoria. Se for assim, instituições podem ser definidas como padrões de comportamento, as regras que dão as linhas gerais do comportamento das pessoas, e isso está de acordo com o exposto acima, de que as instituições da sociedade não são plenamente compreendidas, como veremos posteriormente.

O sistema de preços desempenha neste artigo de Hayek um importante papel

cognitivo e, mais especificamente, informativo. Por isso mesmo, ele ajuda a promover a coordenação entre os diversos agentes e, assim, a promover aquilo que será discutido mais adiante sob o rótulo de ordem⁵⁷. Vernon Smith comenta: “[o]ne of the most significant features he [Hayek] recognized was that the pricing system was an information system; that prices served to coordinate people’s choices over vast distances, people who do not know each other” (Smith, 2005, p. 137).

Nesse último sentido, o sistema de preços (o mecanismo de mercado num sentido estrito) desempenha um papel superficialmente semelhante ao que lhe é atribuído na teoria do equilíbrio geral. No entanto, há a esse respeito três diferenças cruciais entre Hayek e os teóricos do equilíbrio geral, contra vários dos quais, a propósito, Hayek se coloca neste texto de 1945.

Em primeiro lugar, Hayek trabalha com um conceito de incerteza procedimental, relacionado a uma quantidade enorme de informações dispersas, não quantificáveis e não tratáveis por um só indivíduo, e um conceito de conhecimento tácito, não facilmente transmissível de um agente a outro.

Em segundo lugar, para Hayek, o problema central do sistema econômico organizado segundo os princípios de mercado não é meramente alocativo, tampouco de geração de incentivos para que os indivíduos dêem a máxima contribuição ao produto total do grupo social, mas sim, como destaca Pondé (2004), de existência de uma plataforma institucional adequada que indique aos participantes do mercado a direção que suas ações devem tomar.

Em terceiro lugar, como nota Vaughn (1999), já em 1945 o sistema de preços é entendido como parte de uma classe mais ampla do que se pode chamar de instituições, como

⁵⁷ Comentando este texto de Hayek, Horwitz coloca que “the price system enables us to generate order spontaneously by providing us with an institutional process for overcoming the unavoidable dispersion, context specificity, and tacitness of our knowledge” (Horwitz, 2001, p. 88).

visto acima. Hayek ao final deste artigo já anuncia um ponto a ser desenvolvido detalhada e enfaticamente em trabalhos posteriores: outras instituições além do sistema de preços também têm uma importante função cognitiva, influenciando o comportamento de cada indivíduo e ajudando na coordenação entre os diversos agentes.

A esse respeito, Runde (1997) defende que instituições e regras de comportamento não diretamente ligadas ao sistema de preços exercem papel importante e complementar ao sistema de preços na coordenação dos diversos membros da sociedade e na aquisição e transmissão de conhecimento. Em suas palavras: “rules of conduct should be regarded as complementary to rather than a substitute for Hayek price signals” (Runde, 1997, p. 179)⁵⁸.

2.2. The Constitution of Liberty

No livro “The Constitution of Liberty”, o tratamento de Hayek às instituições como práticas e condutas possivelmente implícitas também transparece. De forma semelhante e complementar a seu artigo de 1945, nesta obra Hayek trata das instituições como parte integrante e fundamental da análise do processo de mercado. Segundo Caldwell, “[i]n *The Constitution of Liberty*, Hayek describes the complex set of institutions and beliefs that promote the discovery, transmission, and use of knowledge, those that allow individuals the best chance to make use of their own local knowledge in the pursuit of their goals” (Caldwell, 2004a, p. 290).

⁵⁸ Runde, ao enfatizar o papel complementar que o sistema de regras tem em relação ao sistema de preços, contesta a posição de Fleetwood (e.g. 1995, 1997) de que o sistema de regras de comportamento atua como substituidor do sistema de preços quando este não opera adequadamente ao transmitir corretamente informações e conhecimento aos agentes (“Rules (...) step in and facilitate the discovery, communication and storage of knowledge in situations when the telecom system cannot”, Fleetwood, 1995, p. 131). Vaughn também é crítica da posição de Fleetwood, que não vê a complementaridade entre sistemas de preços e de regras: “Hayek’s praise of the price system has also suggested to some that he regarded the price system alone is sufficient for communicating relevant information (...). However, to interpret Hayek as arguing that prices are the only source of information for bringing about the coordination of plans must de-emphasize (as Fleetwood does) both the context of the argument and several crucial qualifying statements included toward the end of the article” (Vaughn, 1999, p. 134).

Hayek lida com instituições ao lado de conceitos como *convenções* e *hábitos*. Mais do que isso, nesta obra o conceito de instituições como sistemas de regras de conduta e de comportamento socialmente aceitas e praticadas torna-se mais evidente, ainda que nem sempre de forma totalmente explícita.

Em *The Constitution of Liberty*, Hayek contrasta o que chama de tradições racionalista e evolucionária (ou racionalista construtivista e racionalista crítica)⁵⁹. Suas simpatias estão claramente com a segunda, que é baseada em “an interpretation of traditions and institutions which had spontaneously grown up and were but imperfectly understood” (Hayek, 1960, p. 54) e é originária do iluminismo escocês de David Hume, Adam Smith e Adam Ferguson e de seus contemporâneos ingleses como Edmund Burke (*idem*, p. 55). Assim, Hayek destaca a herança cultural que é resultado de um processo evolucionário de seleção das instituições, hábitos, etc:

“[I]n social evolution, the decisive factor is (...) the selection by imitation of successful institutions and habits. Though this operates also through the success of individuals and groups [como na evolução biológica], what emerges is not an inheritable attribute of individuals, but ideas and skills – in short, the whole cultural inheritance which is passed on by learning and imitation” (Hayek, 1960, p. 59).

As instituições aparecem neste livro como parte deste processo e tendo um importante papel cognitivo, por incorporar conhecimento:

“[C]ivilization was the accumulated hard-earned result of trial and error; (...) it was the sum of experience, in part handed from generation to generation as explicit knowledge, but to a larger extent embodied in tools and institutions which had proved themselves superior – institutions which we might discover by analysis but which will also serve men’s ends without men’s understanding them.

... [T]he evolutionary view is based on the insight that the result of experimentation of many generations

⁵⁹ Tal distinção será objeto de maior atenção no terceiro capítulo desta dissertação.

may embody more experience than any one man possesses' (Hayek, 1960, p. 60, 62).

As referências de Hayek a conhecimento explícito, de um lado, e a conhecimento incorporado e a habilidades (*skills*), de outro, indicam a importância de separar tipos diferentes de conhecimento. Andrade (2004), em sua discussão sobre Hayek, retoma a distinção feita por Gilbert Ryle e Michael Polanyi e destacada pelo autor austríaco, entre o conhecimento do tipo “knowing how” e aquele “knowing that”. Segundo Andrade, o primeiro conceito se refere à capacidade humana de executar certas tarefas de forma possivelmente rotineira, ao lado prático da realização de determinadas atividades segundo a adesão (possivelmente inconsciente) a regras de comportamento: “[t]he category ‘knowing how’ involves the practical execution of tasks, the process of doing something, the exercise of a skill, the capacity to perform an activity” (Andrade, 2004, p. 132). Já o conceito de “knowing that” diz respeito à capacidade humana de agir de forma deliberada e racionalizar a respeito desta ação, verbalizando-a e teorizando a respeito dela: “[t]he category ‘knowing that’ consists of the thought of what is being involved in ‘doing something’, the process by which we are capable of theorising about a performance. It relates to acquiring information for explanation, for conscious formulation” (Andrade, 2004, p. 132).

O que Hayek destacou foi o lado “knowing how” da ação humana. Isso vale em especial para sua discussão de regras de conduta. “[F]or Hayek there is a form of knowledge with a positive role. The idea of ‘tacit knowledge’ comes to the fore (...). This type of knowledge (how) is practical and specific; essentially, it is knowledge of social rules of conduct” (Andrade, 2004, p. 145). A adesão a regras evita que o ser humano reflita a cada instante sobre a causa de fazer algo de tal maneira, ou mesmo de procurar formular e teorizar a respeito de seus

atos, mas o impulsiona a atuar, inconscientemente, de uma maneira selecionada segundo um processo evolucionário. Andrade coloca que “[r]ules (and other types of socio-economic structures that govern human behaviour) avoid the necessity of knowing ‘that’” (Andrade, 2004, p. 134).

O processo evolucionário não apenas seleciona as regras que permitem aos indivíduos e sociedades que as adotam melhor sobreviverem, ele também cria novas regras ao longo do tempo.

Entre as regras de conduta, Hayek em *The Constitution of Liberty* refere-se em particular às convenções de comportamento no relacionamento interpessoal e, dentre elas, às regras morais. Ele afirma:

“We have already considered the various institutions and habits, tools and methods of doing things, which have emerged from this process [processo de seleção evolucionária] and constitute our inherited civilization. But we have yet to look at those rules of conduct which have grown as part of it, which are both a product and a condition of freedom. Of these conventions and customs of human intercourse, the moral rules are the most important but by no means the only significant ones” (Hayek, 1960, p. 62).

Hayek destaca o caráter inconsciente das convenções de comportamento social, que são seguidas sem que haja uma coerção externa⁶⁰. Para ele, tais convenções (novamente, regras morais em particular) são como que internalizadas pelos indivíduos, não requerendo uma pressão externa. Segundo Hayek, a coerção externa para que exista conformidade ao comportamento convencional em geral pode ser evitada por haver a adesão voluntária dos indivíduos: “[c]oercion, then, may sometimes be avoidable only because a high degree of voluntary

⁶⁰ Bruce Caldwell escreve a respeito desta obra de Hayek: “[r]ules in the form of habits and norms were the beginning of our laws, and we acted in accordance with them long before we were conscious of them” (Caldwell, 2004a, p. 292).

conformity exists” (Hayek, 1960, p. 62)⁶¹. Embora alguém possa pensar que, a rigor, a conformidade voluntária é possível seja graças à internalização e socialização, seja pelo interesse próprio, é a internalização que Hayek tem em mente ao falar aí da adesão voluntária. Hayek, citando Edmund Burke, dá a entender que a adesão ao comportamento moral convencional é criada pela “disposição” das pessoas de agir de determinada maneira: “[m]en are qualified for civil liberty, in exact proportion to their disposition to put moral chains upon their appetites” (Burke, *apud* Hayek, 1960, p. 435-36, n.36). Hayek refere-se também a um senso de moralidade (*idem, ibidem*):

“It is indeed a truth, which all the great apostles of freedom outside the rationalistic school have never tired of emphasizing, that freedom has never worked without **deeply ingrained moral beliefs** and that coercion can be reduced to a minimum only where individuals can be expected as a rule to conform voluntarily to certain principles” (Hayek, 1960, p. 62, grifo meu).

Tais padrões de comportamento não necessariamente são “racionais”, no sentido de que não são seguidos após cálculos utilitaristas de ganhos ou perdas advindos da adesão a tais regras, tanto pelo comportamento originado pela regra quanto pelas conseqüências, diante da sociedade, da (não) adesão às regras. As pessoas os seguem, em geral, simplesmente porque, por hábito, sempre fizeram isso: “though we do not know their significance and may not even be consciously aware of their existence” (Hayek, 1960, p. 62)⁶². Tanto que Hayek os classifica como hábitos e tradições firmemente estabelecidos:

“[M]ost of the time, members of our civilization conform to unconscious patterns of conduct, show a

⁶¹ Rothbard (1998, cap. 28) faz uma análise crítica de inspiração liberal do conceito de coerção utilizado por Hayek em *The Constitution of Liberty*. Segundo ele, o modo como Hayek (1960) trata coerção seria muito amplo e falho, não envolvendo apenas violência física.

⁶² Em texto posterior, Hayek afirma: “every man growing up in a given culture will find in himself rules, or may discover that he acts in accordance with rules – and will similarly recognize the actions of others as conforming to various rules” (Hayek, 1973, p. 19).

regularity in their actions that is not the result of commands or coercion, often not even of any conscious adherence to known rules, but of firmly established habits and traditions” (Hayek, 1960, p. 62).

Assim, as convenções são padrões recorrentes de comportamento socialmente compartilhados, que não necessariamente requerem algum tipo de pressão externa para serem seguidos⁶³, mas já estão, em muitos casos, internalizados pelas pessoas, que sequer percebem sua existência ou a influência que tais convenções exercem sobre si⁶⁴:

“[t]he general observance of these conventions [‘firmly and established habits and traditions’] is a necessary condition of the orderliness of the world in which we live, of our being able to find our way in it, though we do not know their significance and may not even be consciously aware of their existence” (Hayek, 1960, p. 62).

Apesar disso, Hayek não deixa de destacar que há, sim, uma espécie de coerção latente na sociedade contra as possíveis quebras das regras morais, e que as pessoas levam em consideração as possíveis retaliações sociais quando avaliam se é vantajoso quebrar as regras. Quando afirma que as regras morais são internalizadas pelos agentes, Hayek não descarta a possibilidade de que elas sejam quebradas, e daí a necessidade de que haja coerção externa como fator de desestímulo ao comportamento que viole tal sistema de regras.

Se a coerção externa e a internalização contribuem para o cumprimento e a estabilidade das regras morais e do comportamento convencional, o interesse próprio tem um papel crucial em sua violação. Os indivíduos transgridem o sistema de regras e comportamentos

⁶³ Dequech esclarece, ainda que não tratando especificamente sobre Hayek e usando termos distintos dos aqui utilizados, que coerção externa e internalização de regras e instituições não são incompatíveis: “[s]elf-enforceability does not necessarily mean that the threat of sanctions does not exist; it only means that this threat is not required for the existence of a given institution” (Dequech, 2006b, p. 8).

⁶⁴ “Hayek, again like Hume, is just recognizing that effective rules are written on the hearts and minds of men before they are ever written on parchment, and to the extent that they are no longer accepted in the hearts and minds, all the statements on parchment will prove ineffective in governing the behavior of men in relation to others” (Boettke, 2000, p. xxix).

vigente se acreditarem que o benefício advindo do novo comportamento será maior que a perda de bem-estar causada por atrair a antipatia dos outros membros do grupo⁶⁵. Hayek parece levar em conta aí o tipo de coerção “informal”, não aquela que vem com penas impostas pela lei, mas pela reação adversa dos pares daquele que quebra as regras, pelo ódio que atrai contra si. Além disso, essa ruptura pode ser benéfica:

“[I]t is, in fact, often desirable that rules should be observed only in most instances and that the individual should be able to transgress them when it seems to him worthwhile to incur the odium which this will cause. (...) [There exist] rules which, though (...) observed by the majority, can be broken by individuals who feel that they have strong enough reasons to brave the censure of their fellows” (Hayek, 1960, p. 62-63)⁶⁶.

A possibilidade de descumprimento dessas regras é fundamental na abordagem hayekiana às instituições. Isso porque é justamente este mecanismo que permite a Hayek aderir à teoria evolucionária de mudança institucional. Em meio às passagens recém-citadas acima, Hayek escreve:

“It is (...) important that the strength of the social pressure and of the force of habit which insures their observance is variable. It is this flexibility of voluntary rules which in the field of morals makes gradual evolution and spontaneous growth possible, which allows further experience to lead to modifications and improvements” (Hayek, 1960, p. 63).

Se as regras fossem internalizadas a tal ponto que os indivíduos fossem impedidos de tomar ou até imaginar comportamentos que as transgredissem, não haveria espaço para que

⁶⁵ A respeito deste ponto em Hayek, Andrade (1998) coloca que “rules can penalise if non-conventional behavior is attempted and it is not successful. Fear of punishment engenders conventionality in behavior. But hope of achievement may induce unconventionality. Economic systems are in many respects guided by the resulting balance of these antithetic forces” (Andrade, 1998, p. 129, n. 6).

⁶⁶ Note-se que Hayek, de forma semelhante a Schumpeter (1996), não parece levar em conta apenas um cálculo de ganhos e perdas de bem-estar feito por algum *homo economicus*, mas também a *sensação*, uma espécie de impulso à mudança e ao enfrentamento da repulsa pelos demais membros da sociedade.

novas formas de comportamento fossem tentadas, se mostrassem eficientes e fossem seguidas por um número cada vez maior de pessoas, até que o próprio conjunto de regras morais fosse mudado, ainda que na margem: “[u]nlike any deliberately imposed coercive rules, which can be changed only discontinuously and for all at the same time, rules of this kind allow for gradual and experimental change” (Hayek, 1960, p. 63).

Assim, podemos afirmar que, para Hayek, padrões convencionais de comportamento são aqueles sistemas de regras não construídas deliberadamente que guiam as ações dos indivíduos, de forma geral implicitamente, e que são seguidas, em primeiro lugar, por causa da internalização de tais regras pelas pessoas, ainda que não de forma absoluta e, em segundo lugar, pela coerção externa “informal”.

Mais adiante em “The Constitution of Liberty”, no capítulo 10 (“Law, Commands and Order”), Hayek passa a tratar sobre as características de uma sociedade livre⁶⁷.

Segundo ele, as regras, ao exercerem influência sobre o comportamento dos indivíduos, exercem papel fundamental para a própria existência da vida comunitária. Assim, a vida em grupo pressupõe a existência de um certo sistema de regras de comportamento a atuar sobre as pessoas: “[I]f life of man in society, or even of the social animals in groups, is made possible by the **individuals acting according to certain rules**” (Hayek, 1960, p. 148, grifo meu).

Essas regras segundo as quais os indivíduos agem são, num estágio inicial, hábitos inconscientes e não verbalizadas (ou seja, são tácitas); conforme o desenvolvimento da sociedade, tendem a ser explicitadas e gerais, sem se referirem especificamente a determinada

⁶⁷ “It will be the chief aim of this chapter to recover and make more precise the conception of the law on which the ideal of freedom under the law was built and which made it possible to speak of the law as ‘the science of liberty’” (Hayek, 1960, p. 148).

pessoa ou a determinada ação específica: “[w]ith the growth of intelligence, these rules tend to develop from unconscious habits into explicit and articulated statements and at the same time to become more abstract and general” (Hayek, 1960, p. 148).

Dessa forma, aqui Hayek mostra que as regras nem sempre são seguidas conscientemente; antes, a tendência com a evolução da civilização é que elas se tornem explícitas e mais abstratas⁶⁸. A abstração é uma característica das regras que não são passíveis de serem comunicadas e articuladas, e ocorre quando determinado comportamento é repetido diante de circunstâncias que são semelhantes, mas não idênticas: “[t]hat such abstract rules are regularly observed in action does not mean that they are known to the individual in the sense that it could communicate them. Abstraction occurs whenever an individual responds in the same manner to circumstances that have only some features in common” (Hayek, 1960, p. 149).

Para Hayek, numa sociedade livre as regras tornam-se abstratas a ponto de terem um novo *status*: elas são leis. Leis se opõem a comandos particulares e específicos na medida em que estes são criados por alguém para determinar as ações dos membros da sociedade de forma bem definida, como um manual de instruções, enquanto aquelas são gerais, abstratas, e não necessariamente têm um “criador”. Segundo ele, a verdadeira sociedade livre não vive sob o “*laissez faire, laissez passer*”, pois este conceito “[does not] provide us with an adequate criterion for distinguishing what is and what is not admissible in a free system” (Hayek, 1960, p. 231)⁶⁹.

Numa sociedade livre, as características fundamentais das leis são: não serem

⁶⁸ “Compared with the laws of a society that cultivates individual freedom, the rules of conduct of a primitive society are relatively concrete” (Hayek, 1960, p. 151).

⁶⁹ “Austrian economists have not always been defenders of *laissez-faire*, nor is it a prerequisite for the acceptance of Austrian insights on the nature and significance of economics to support the free-market or the principles of classical liberalism or radical libertarianism” (Boettke, 1989b, p. 190).

dirigidas a nenhuma pessoa específica, mas atuarem sobre todos os seus membros⁷⁰, e não serem destinadas a fins específicos, mas regerem os princípios gerais para o funcionamento da sociedade e a coordenação entre seus membros: “[t]he important difference between the two concepts lies in the fact that, as we move from commands to laws, the source of the decision on what particular action is to be taken shifts progressively from the issuer of the command or law to the acting person” (Hayek, 1960, p. 150); “[a] specific end, a concrete result to be achieved, can never be a law” (Hayek, 1960, p. 159). As leis não são feitas de forma casuística, atendendo a objetivos específicos ou particulares, mas possuem um caráter mais permanente e geral, traçando as diretrizes gerais de comportamento em determinada sociedade.

Ou seja, numa sociedade que não adota os princípios da organização pela liberdade, que não privilegia a liberdade entre seus valores, existe o reino do favorecimento de uns em detrimento de outros. Nestes casos, a legislação, por assim dizer, não é cega, não atua sobre todos os membros da sociedade de forma igual, mas busca favorecer alguns (aqueles que têm capacidade de influenciar a confecção da própria legislação): “[t]he true contrast to a reign of status is the reign of general and equal laws, of the rules which are the same for all, or, we might say, of the rule of *leges* in the original meaning of the Latin word for laws – *leges* that is, as opposes to the *privi-leges*” (Hayek, 1960, p. 154). Ou então a lei não serve aos objetivos mais permanentes do grupo, não apresenta uma estabilidade ao longo do tempo, sendo alterada ao gosto dos legisladores de plantão e ao vento de qualquer novo objetivo traçado ou problema posto à sociedade⁷¹.

⁷⁰ Numa sociedade livre, “by law we mean the general rules that apply equally to everybody” (Hayek, 1960, p. 153).

⁷¹ Para melhor entendimento da posição hayekiana, recorremos a Boettke e Oprea (2002), que caracterizam da seguinte maneira a “rule of law”, o sistema de regras e leis existente numa sociedade livre: “the rule of law says

Numa sociedade livre, a ação que será tomada diante de cada situação será decidida, na verdade, não pelo legislador, mas por cada indivíduo. Como consequência disso, os resultados da adesão às leis não podem ser perfeitamente antecipados: “[s]ince the laws determine only part of the conditions that the actions of the individual will have to satisfy, and apply to unknown people whenever certain conditions are present (...) the lawgiver cannot foresee what will be their effect on particular people” (Hayek, 1960, p. 152); “the lawgiver cannot foresee what use the persons affected will make of his rules” (Hayek, 1960, p. 158).

O sistema de regras de uma sociedade livre atua sobre o indivíduo como que delimitando o campo das ações que ele pode tomar; ele forma as restrições sobre seu comportamento. Por outro lado, os comandos, típicos de uma sociedade pouco evoluída, não apenas limitam o número de ações possíveis a um indivíduo numa determinada situação; eles determinam exatamente a ação que a pessoa deve tomar: “[t]hey [comandos da sociedade primitiva] not merely limit the range within which the individual can shape his own action but often prescribe specifically how he must proceed to achieve particular results, or what he must do at particular times and places” (Hayek, 1960, p. 151), enquanto que “[t]he rules [abstratas, numa sociedade evoluída] merely provide the framework within which the individual must move but within which the decisions are his” (Hayek, 1960, p. 152)⁷².

that the use of political and legal power must be applied, ahistorically, impersonally, and generally. It is these three features – impersonality, a historicity, and generality – that make up the norm as it is conventionally used. The rule of law first of all implies that law is applied impersonally. That is, the law is not created in order to satisfy the preferences of any individuals (...). This depersonalization is accomplished via the law’s fundamental a historicity and *ex ante* character. (...) [A] *historicity* can be read as a demand that law be independent of events in the world. That is, the rule of law is said to fulfill its *ex ante* character only if law is created without reference to or motivation from particular circumstances or individuals (...). [The] third feature of the rule of law has been called the generality norm. Because law must be developed without regard to particular events in the world, and applied without regard to the preferences of its appliers, it cannot apply discriminately” (Boettke & Oprea, 2002, p. 2-3).

⁷² “Rules are not commands; they are not issued by anyone in particular. Rather, they are norms that govern behavior. Also unlike commands, rules tend to have a general and abstract character; this permits people to

Isso permite que a sociedade livre maximize a utilização do conhecimento disperso entre seus membros, das condições particulares e locais de demanda e produção e do próprio conhecimento tácito dos indivíduos: “[t]he rationale of securing to each individual a known range within which he can decide on his actions is to enable him to make the fullest use of his knowledge, especially of his concrete and often unique knowledge of the particular circumstances of time and place” (Hayek, 1960, p. 156).

Como já vimos, em *The Constitution of Liberty* instituições outras além do sistema de preços e o papel cognitivo dessas outras instituições aparecem com muito mais clareza e ênfase que nos artigos econômicos anteriores de Hayek, em particular o de 1945. O mesmo vale para a contribuição das instituições em geral para a coordenação entre os agentes. Em *The Constitution of Liberty* a idéia de coordenação já aparece expressa em termos de ordem. Hayek destaca aí em particular o que ele chama (pela primeira vez, segundo Caldwell, 2004a, p. 294) de “ordem espontânea”. Essa idéia receberia destaque e novos desenvolvimentos em suas obras posteriores, como veremos em outra seção deste capítulo.

2.3. Law, Legislation and Liberty

Em obra posterior, *Law, Legislation and Liberty* (cujo primeiro volume data de 1973), Hayek novamente ressalta o caráter não planejado e evolucionário de muitas instituições importantes de uma sociedade:

“[T]hat orderliness of society which greatly increased the effectiveness of individual action was not due solely to institutions and practices which had been invented or designed for that purpose, but was largely due to a process described at first as ‘growth’ and later as ‘evolution’, a process in which practices which

respond in circumstances that differ in detail but are similar in general form” (Caldwell, 2004a, p. 293).

had first been adopted for other reasons, or even purely accidentally, were preserved because they enabled the group in which they had arisen to prevail over others” (Hayek, 1973, p. 9).

De fato, boa parte das práticas incorporada à rotina das pessoas é seguida sem que se tenha plena consciência dos fins a que serve: “[m]any of the institutions of society which are indispensable conditions for the successful pursuit of our conscious aims are in fact the result of customs, habits or practices which have been neither invented nor are observed with any such purpose in view” (Hayek, 1973, p. 11).

No trecho acima vemos Hayek estabelecendo uma relação entre instituições, costumes, hábitos e práticas de origem espontânea. Ele afirma que muitas das instituições são formadas a partir das três últimas categorias, destacando seu caráter não-planejado ou deliberado. Para Hayek, uma característica central das instituições é que elas não são seguidas, muitas vezes, para que se alcance certo objetivo; antes, os homens podem sequer notar a sua existência.

As instituições são aqueles elos indispensáveis entre a busca consciente de determinados fins e a ação em busca desses objetivos pelo indivíduo. Elas fornecem a plataforma para a ação, em meio a outros indivíduos, das pessoas em busca de seus objetivos. Moldam parte das ações das pessoas sem que elas, muitas vezes, se dêem conta disso.

Hayek destaca o papel que as regras exercem sobre as pessoas, ao enfatizar o comportamento humano não apenas em busca de determinados fins, mas como simplesmente seguidor de certas regras, ainda que não percebidas. Para Hayek, isso não implica qualquer tipo de irracionalidade por parte do indivíduo; antes, é parte crucial para que tenha sucesso na busca de seus objetivos:

“Man is as much a rule-following animal as a purpose-seeking one. And he is successful not because he knows why he ought to observe the rules which he does observe, or is even capable of stating all these rules

in words, but because his thinking and acting are governed by rules which have by a process of selection been evolved in the society in which he lives” (Hayek, 1973, p. 11, grifo meu).

Por isso, o estudo das regras de comportamento vigentes numa sociedade é ponto fundamental para a compreensão das decisões e ações dos indivíduos. Hayek coloca sempre que o agente não é racional no sentido de que conhece perfeitamente suas preferências, calcula as utilidades advindas de cada decisão sua e maximiza seu bem-estar a cada ação que toma. Ao contrário, boa parte das ações humanas não advém de qualquer cálculo de utilidade marginal ou da plena antecipação de suas conseqüências; elas acontecem simplesmente porque o comportamento humano é em boa medida determinado pelas regras vigentes na sociedade: “[*m*]an is a rule-following animal. His actions are not simply directed towards ends; they also conform to social standards and conventions, and unlike a calculating machine he acts because of his knowledge of rules and objectives” (R. S. Peters, *apud* Hayek, 1973, p. 147-148, n. 7).

Essa adesão das pessoas às regras e instituições que determinam boa parte do comportamento é fundamental para que haja o bom funcionamento da ordem de mercado. Ao permitir que os agentes possam prever da melhor maneira possível quais serão as reações e conseqüências de uma decisão tomada, a obediência geral a certas regularidades de ação faz com que os membros do mercado utilizem a informação disponível da melhor maneira possível, fazendo as decisões dos diversos indivíduos serem tão compatíveis quanto permitido pela existência da incerteza:

“We live in a society in which we can successfully orientate ourselves, and in which our actions have a good chance of achieving their aims, not only because our fellows are governed by known aims or known connections between means and ends, but because they are also **confined by rules** whose purpose or origin we often do not know and of whose very existence we are often not aware” (Hayek, 1973, p. 11, grifo

meu)⁷³.

Note-se que na passagem acima Hayek faz menção a regras como delimitadores do comportamento, como a fronteira do espaço das ações permitidas ao indivíduo. Tanto que Caldwell, comentando sobre Hayek, afirma que “rules are often simple and often take the form of prohibitions” (Caldwell, 2004a, p. 310). Nesse sentido, as regras, numa sociedade livre têm um caráter *negativo*, ou seja, elas restringem as alternativas para a ação consciente e deliberada dos indivíduos, ao invés de a prescreverem⁷⁴.

Por outro lado, contudo, podemos afirmar, dentro do paradigma hayekiano, que as regras nesse tipo de sociedade também possuem, em alguma medida, um caráter positivo, no sentido de que, ao exercerem um papel cognitivo sobre os indivíduos, determinam, ao menos em parte, não só as restrições ou limites dentro dos quais as pessoas podem agir, mas a própria ação em si. Hayek destacou em suas obras o caráter subjetivo do conhecimento detido pelas pessoas e da percepção que elas têm dos fenômenos que as rodeiam.

Como explica Gick (2007), Hayek procurou explicar a razão de pessoas diferentes responderem de maneiras diferentes aos mesmos estímulos, ou até de a mesma pessoa responder de forma distinta a estímulos iguais mas ocorridos em momentos diferentes, através do que ele chamou de “disposição”, uma inclinação do organismo a reagir de uma certa maneira quando

⁷³ Boettke e Oprea, sob uma inspiração hayekiana, destacam que no sistema jurídico da sociedade livre “the law is made to be ultimately predictable. Because the law does not change as quickly as the preferences of leaders, it is relatively consistent over time. (...) [I]ndividuals under a regime of rule of law can make social and economic plans under the assumption that the basic rules of social interaction are not subject to change. This stability allows individuals to, especially, make long term plans, whereas under discretionary law, long term planning is a risk and uncertain thing” (Boettke & Oprea, 2002, p. 4). “In Hayek’s thought the rule of law creates an atmosphere of predictability that allows long term economic plans to develop. Capital formation, trading conventions and extensive price system are impossible without a stable institutional environment to grow in” (Boettke & Oprea, 2002, p. 8).

⁷⁴ Em texto anterior, Hayek explica que “the rules which guide an individual’s action are better seen as determining what he will not do rather than what he will do” (Hayek, 1962, p. 57).

exposto a certo estímulo. Para o austríaco, as disposições são parcialmente determinadas de forma genética, em parte pela experiência pessoal e em parte pela experiência do grupo ao qual o indivíduo pertence, de uma maneira evolucionária. Por isso, as disposições, ou regras de interpretação do ambiente e resposta a ele, para Hayek, podem determinar de maneira positiva o comportamento individual, ao invés de apenas limitar o campo de ação possível.

A complexidade do mundo e a incapacidade humana em lidar perfeitamente com ela fazem com que o comportamento das pessoas seja em boa parte guiado por regras e instituições: “most of the rules of conduct which govern our actions, and most of the institutions which arise out of this regularity, are adaptations to the impossibility of anyone taking conscious account of all the particular facts which enter into the order of society” (Hayek, 1973, p. 13)⁷⁵.

No trecho acima, pela primeira vez em “Law, Legislation and Liberty” Hayek parece fazer uma importante distinção entre regras e instituições. Para ele as regras dão as diretrizes para o comportamento humano, determinam (ao menos em parte) as ações das pessoas, incapazes que são de lidar com a complexidade do mundo que as rodeia.

De forma complementar, as instituições resultam da emergência coletiva das regularidades de comportamento originadas pela adesão às regras. Assim, podemos dizer que as instituições são o estágio seguinte às regras, têm um caráter mais coletivo, socialmente

⁷⁵ “The examination of the function of institutions (...) as a guide to human action within a complex and uncertain world permeates the research program of interpretative economists, such as Mises and Hayek” (Boettke, 1990a, p. 39-40). “Economista interpretativo”, na definição de Boettke (1990a), é o estudioso da forma como se dá a coordenação entre os agentes de uma economia descentralizada e complexa, e de qual o papel das instituições, em particular do mercado e do sistema de preços, nesse processo; os “economistas interpretativos” usualmente associam-se ao programa de estudo que procura aplicar a hermenêutica (especialmente contemporânea, de Gadamer, por exemplo) aos estudos econômicos. Ver, por exemplo, Lavoie (1986) e Prychitko (org.)(1995). A “virada interpretativa” que tem sido levada a cabo por alguns economistas austríacos (como Lavoie e Prychitko, *op. cit.*), reinterpretando autores como Hayek e dando um novo enfoque a esta tradição de pesquisa e pensamento, tem gerado críticas de que Hayek e alguns de seus discípulos teriam flertado com o pós-modernismo e o relativismo (o que é negado por estes). Prado (2007) afirma que Burczak (1994) é um destes críticos (“Burczak encontra bons argumentos para afirmar que Hayek é um precursor do pós-modernismo”, Prado, 2007, p. 6). Para uma crítica de inspiração austríaca a essa nova abordagem, ver Rothbard (1989).

compartilhado e aceito.

Hayek destaca duas características definidoras das regras de comportamento. Em primeiro lugar, as regras marcam o comportamento humano com determinadas repetições de ações. Tais padrões repetitivos podem ser observados e descritos “externamente”, mas, ainda que possam ser destacados por outras pessoas, não é essa a causa de serem seguidos. O fato de serem reconhecidas e indicadas não as torna qualificadas para serem aderidas, mas sim a possibilidade de serem internalizadas pelos indivíduos. Sobre a teoria hayekiana das instituições (em geral e não apenas em *Law, Legislation and Liberty*), Caldwell escreve que

“[I]ndividuals (...) need not know that they are following rules, and, even if they do know that they are following rules, they need not be able to articulate those rules. (...) Individuals often cannot say why they are following the rules that they follow, nor can they see what the actual results of following the rules are”
(Caldwell, 2004a, p. 310).

Em segundo lugar, as regras de comportamento se caracterizam por melhorarem a adaptação do grupo que as seguem ao seu ambiente. Contudo, tal ampliação na capacidade de sobrevivência da sociedade não faz com que tais regras sejam deliberadamente seguidas, mas é justamente porque os grupos que adotam tais e tais regras conseguem melhor sobreviver que elas acabam sendo seguidas.

Nas palavras de Hayek:

“There are (...) two attributes of these rules that govern human conduct (...). The first of these attributes which most rules of conduct originally possessed is that they are observed in action without being known to the acting person in articulated (‘verbalized’ or explicit) form. They will manifest themselves in a regularity of action which can be explicitly described, but this regularity of action is not the result of the acting persons being capable of thus stating them. The second is that such rules come to be observed because in fact they give the group in which they are practised superior strength, and not because this effect is known

to those who are guided by them” (Hayek, 1973, p. 19).

A existência de padrões de comportamento determinados por regras está intimamente ligada à capacidade da mente humana de usar a *abstração*: “[t]he main purpose of our stress on the rules which govern our actions is to bring out the central importance of the abstract character of all mental process” (Hayek, 1973, p. 30).

Segundo Hayek, a abstração é característica presente, em diferentes graus, nos diversos processos mentais vividos pelos homens. Ela pode ser tida como fruto de um processo evolucionário, num mundo rodeado pela complexidade e onde a mente não pode lidar com todos os fatos da realidade: “[w]e never act, and could never act, in full consideration of all the facts of a particular situation, but always by singling out as relevant only some aspects of it” (Hayek, 1973, p. 30).

Dizemos que a abstração se faz presente quando um certo tipo de situação, com tais e tais características, com que se depara uma pessoa desperta nela uma certa propensão ou impulso (possivelmente inconsciente) a reagir e a se comportar (vagamente, não de forma “determinística”) de certa maneira: “[w]henever a *type* of situation evokes in an individual a *disposition* towards a certain *pattern* of response, that basic relation which is described as ‘abstract’ is present” (Hayek, 1973, p. 30).

“Abstraction”, explica Hayek (1973, p. 30), “is not (...) a product of the mind but rather what constitutes the mind”, e como tal faz com que a pessoa possa responder a certos estímulos apenas parcialmente semelhantes de determinada maneira⁷⁶. Assim, é peça fundamental ao homem no enfrentamento com o mundo complexo que o rodeia, na medida em

⁷⁶ Boettke, comentando a obra hayekiana, explicita a abstração característica da mente como relacionada a respostas segundo regras de comportamento: “[t]he mind, therefore, ought to be regarded ‘as a system of abstract rules of action’” (Boettke, 1990a, p. 40).

que o livra de (re)avaliar a cada vez todos os aspectos de certa situação em que se requer dele uma resposta ou um posicionamento: “[a]bstractness will here be regarded (...) as the basis of man’s capacity to move successfully in a world very imperfectly known to him – an adaptation to his ignorance of most of the particular facts of his surroundings” (Hayek, 1973, p. 30).

A relação entre abstração e regras de comportamento deve, então, estar clara: num mundo complexo e em boa medida desconhecido, ao perceber certas características gerais e vagamente semelhantes de uma situação, com algum padrão que tenha armazenado, a mente responde, segundo algumas regras, determinando certa resposta. Tal resposta, que forma de maneira bem geral o comportamento do indivíduo, ocorre de forma inconsciente por já fazer parte do próprio processo de raciocínio e interpretação das percepções transmitidas ao cérebro pelos diversos órgãos do corpo. Até por isso, boa parte de nossas ações pode parecer ser irracional ou despropositada, já que não passa pelo crivo da “razão consciente”.

Daí a visão hayekiana de que as regras exercem papel central no comportamento humano num mundo marcado pela complexidade⁷⁷. Na medida em que são incapazes de compreender plenamente e saber todas as informações do ambiente em que estão inseridos devido à limitada capacidade de suas mentes, os agentes seguem regras de comportamento que se mostraram eficientes na resolução de problemas no passado. Ao seguir certas regras, as pessoas fazem uso de conhecimento acumulado ao longo dos anos e décadas pela cultura a que pertencem, e liberam recursos mentais escassos para a resolução de outros problemas. Por isso Andrade coloca:

“[f]or Hayek, it is impossible for a single agent or a group of agents to know all the particular facts that

⁷⁷ Segundo Andrade, para Hayek “[c]omplexity entails that ignorance of many particular facts and its effects compels people to follow rules. Resort to social rules of conduct are the result of this irremediable ignorance” (Andrade, 1998, p. 127).

condition a given socio-economic order. Social rules of conduct (a form of knowledge) are the natural, evolutionary result of human action in a world of ignorance. They function as a method for dealing with our ‘incurable ignorance’” (Andrade, 2004, p. 144-145).

Para Hayek, a cultura de um povo é o conjunto de regras de comportamento de origem espontânea e selecionadas segundo um processo evolucionário, transmitido de geração a geração, e que, pela educação das crianças e sua exposição aos costumes da sociedade em que vivem, passa a ser incorporado às suas mentes e seus padrões de comportamento. A cultura, por assim dizer, é a “memória” da sociedade, contendo as informações que devem ser transmitidas através do tempo sobre como aquela sociedade resolveu os problemas e dificuldades com que se deparou: “[t]he cultural heritage into which man is born consists of a complex of practices or rules of conduct which have prevailed because they made a group of men successful but which were not adopted because it was known that they would bring about desired effects” (Hayek, 1973, p. 17)⁷⁸.

Como exposto anteriormente, num mundo marcado pela presença de complexidade e de incerteza fundamental nenhuma mente pode antecipar plenamente os resultados que determinada ação trará. Isso porque a resposta à regra depende das condições particulares vividas por cada indivíduo, e do tipo de reação que a sua mente produz diante de determinada interpretação dos estímulos: “[t]he more complex the order aimed at, the greater will be that part of the separate actions which will have to be determined by circumstances not known to those who direct the whole, and the more dependent control will be on rules rather than on specific commands” (Hayek, 1973, p. 50).

⁷⁸ Escrevendo sobre Hayek, Andrade coloca que “[s]ocial rules of conduct are the embodiment of social knowledge. They are the result of a long adaptive process by means of which individuals living in an evolving society produce and use information and are themselves shaped by a knowledge which has passed the test of history” (Andrade, 1998, p. 131).

Por isso, podemos dizer que a regra que atua sobre as pessoas é abstrata numa sociedade livre, e não um “comando”, determinando ações específicas. Nas palavras de Hayek,

“[I]t is possible that an order which would still have to be described as spontaneous rests on rules which are entirely the result of deliberate design (...). That even an order which rests on made rules may be spontaneous in character is shown by the fact that its particular manifestation will always depend on many circumstances which the designer of these rules did not and could not know” (Hayek, 1973, p. 46).

Em suma, na visão de Hayek as regras de comportamento existentes em uma ordem espontânea são essencialmente distintas das existentes numa organização ou numa ordem artificial. Tal diferença não reside tanto na origem de tais regras, mas na ausência *versus* presença de objetivos concretos em sua existência⁷⁹, no seu nível de abstração e no caráter negativo *versus* positivo de suas determinações. Nas palavras de Vanberg, “the rules of just conduct on which spontaneous orders rely have a number of characteristics that make them ‘logically distinct’ from rules of organization. (...) They are universal (...), they are negative (...), they only limit the range of action” (Vanberg, 1994, p. 115).

Numa sociedade livre, as regras de comportamento, que determinam as regularidades nas ações dos indivíduos⁸⁰, não necessariamente são conhecidas pelas pessoas que as seguem⁸¹. Isso implica que muitas dessas regras foram internalizadas pelos membros de tal sociedade, que

⁷⁹ Por isso Hayek se coloca, em princípio, contra políticas destinadas à redistribuição de renda pelo governo. Como bem coloca Caldwell, “any legislation that has a specific redistribution of income as its goal would be forbidden because it ignores the strictures that law be abstract, general, and impersonal, hence not aimed at any particular outcome” (Caldwell, 2004a, p. 290-291).

⁸⁰ Hayek neste ponto esclarece que as regularidades de comportamento surgem porque os indivíduos seguem as regras que mais ou menos determinam tal comportamento. Ou seja, as regras em si não são as tais regularidades, mas a forma como podem ser descritas: “we have occasionally spoken of ‘regularity’ rather than rules, but regularity, of course, means simply that the elements behave according to rules” (Hayek, 1973, p. 43).

⁸¹ Nas palavras de Vanberg, escrevendo sobre Hayek, “[t]o state that human behaviour is governed by certain rules is to say that individuals in their conduct exhibit certain patterns or regularities that can be described in terms of rules, whether or not the individuals are aware of these regularities and whether or not they have ever been explicitly stated as rules” (Vanberg, 1994, p. 79).

as seguem sem que necessariamente se dêem conta disso: “the rules which govern the actions of the elements of such spontaneous orders need not be rules which are ‘known’ to these elements; it is sufficient that the elements behave in a manner which can be described by such rules” (Hayek, 1973, p. 43).

2.4. Instituições em Hayek: uma breve tentativa de sistematização

Para melhor organização e entendimento, nesta seção procuraremos sistematizar as idéias expostas ao longo deste capítulo até aqui, nas três seções precedentes.

Como vimos ao longo dos textos aqui estudados, Hayek trata instituições como sistemas de regras de comportamento compartilhados pelas pessoas de um certo grupo social. Vale salientar que a atenção de Hayek recai sobre as regras de comportamento cuja transmissão se dá de forma cultural, pelo ensino e pela convivência num grupo, que ele distinguiu das regras genéticas. Além disso, sua preocupação recai sobretudo sobre as instituições características de uma sociedade livre.

Nestas sociedades, as regras de comportamento se propõem a fornecer os limites ao comportamento humano, a restringir o campo de ação das pessoas, ou seja, o sistema de regras possui um caráter negativo e exerce sobre o indivíduo um papel restritivo⁸². Outra característica das leis de uma sociedade livre é sua abstração, no sentido de que sua aplicação se dá a partir da existência, numa situação, de características gerais apenas semelhantes às previstas, e de não serem destinadas a nenhuma pessoa específica, mas a todos (ou a sub-grupos não nominais) da sociedade.

⁸² Isso não exclui o caráter positivo das regras que existem a partir de um processo evolucionário, por possuírem um importante papel cognitivo sobre os indivíduos.

Para ele, tais regras são seguidas, muitas vezes, sem que se tenha consciência de sua existência ou de possíveis objetivos ou benefícios trazidos pela adesão a elas.

A isso Hayek contrapõe os comandos, sistemas de regras típicos das sociedades totalitárias, que possuem um caráter positivo. Ao invés de delimitar o que o indivíduo **não** pode fazer, o comando determina o que ele **deve** fazer.

Hayek destaca também o papel cognitivo das instituições. Estas mudam através de um processo evolucionário, conforme será visto mais detalhadamente no próximo capítulo. Assim, segundo a visão do autor austríaco, as instituições funcionam como que “depósitos” de conhecimento, mostrando às gerações contemporâneas as maneiras com que aquele grupo social resolveu os problemas enfrentados no embate com ambiente em que estão inseridos. As instituições transmitem de geração a geração e de uma pessoa a outra o conhecimento prático de como lidar com determinados problemas e executar certas tarefas.

Em Hayek, o mercado é uma instituição de importância seminal para a coordenação das pessoas que vivem em um ambiente econômico complexo. Como visto, ele transmite informações sobre as condições particulares e locais de cada produto, de cada ramo de produção ou consumo, em quantidade e especificidade que jamais poderiam ser captadas e processadas por uma mente humana particular. O mercado é um grande transmissor de conhecimento e, nesse sentido, ocupa um lugar de destaque entre as instituições de uma sociedade livre.

2.5. Hayek e normas

Nesta seção iremos tratar de outro aspecto conceitual e teórico, qual seja, a relação entre instituições e normas para Hayek. Para discutir isso, serão utilizados o conceito de norma de decisão introduzido por Dequech (2006b) e a distinção estabelecida por esse autor entre esse

tipo de norma e as normas sociais.

Dequech trata normas sociais como um tipo especial de padrões comportamentais e de pensamento socialmente compartilhados, ou seja, de instituições. Justamente por serem *normas*, elas mostram o caminho (de ação ou pensamento) socialmente aceito que as pessoas devem tomar ao se depararem com determinada situação. Assim, normas sociais são, em alguma medida, impostas ao indivíduo: “[s]ocial norms are social standards of behaviour and/or thought that (a) indicate what people should or should not do or think under some circumstances and (b) are at least in part enforced upon individuals by external pressure” (Dequech, 2006b, p. 8-9).

Apesar de definir normas sociais como padrões ao menos parcialmente impostos aos indivíduos, Dequech (2006b) admite a possibilidade de que elas sejam internalizadas pelas pessoas: “[s]ome individuals may internalize the norm, that is, they may come to believe that following it is the right thing to do, regardless of the threat of external, social sanctions” (Dequech, 2006b, p. 9).

Ainda segundo esse autor, uma instituição, assim como qualquer padrão de comportamento ou pensamento, pode ser chamada de uma norma de decisão (ou uma norma da teoria de decisão) se, mesmo na ausência de pressão externa, é sempre do interesse de um indivíduo seguir aquela instituição, (ao menos) quando ele ou ela espera que (quase) todas as outras pessoas do grupo ou comunidade em questão farão o mesmo.

“In economics (...) the term ‘normative’ is often related to what an individual should do to promote his self-interest, as in normative decision theory. In order to contrast it with a social norm, I call a pattern of behaviour and/or thought that is normative in this sense a decision-theoretic norm” (Dequech, 2006b, p. 12).

Qual a relação entre normas sociais e normas de decisão? Segundo Dequech (2006b), enquanto norma social é a forma de comportamento ou pensamento socialmente esperado do (e

em certa medida imposto ao) indivíduo, norma de decisão é um padrão de comportamento ou de pensamento que um indivíduo deveria seguir em defesa de seu interesse próprio. Nesse sentido, uma norma de decisão é também uma prescrição para o comportamento ou o pensamento; a diferença crucial reside na razão de tal prescrição: nas normas sociais, é a pressão externa ou a internalização; nas normas de decisão, é o auto-interesse do indivíduo.

Dequech (2006b) coloca que uma norma de decisão não necessariamente será socialmente compartilhada, uma vez que pode dizer respeito ao interesse individual do agente em determinada situação. “Such a norm may be individual or shared (depending, for example, on whether it refers to a specific situation of an isolated individual)” (Dequech, 2006b, p. 12).

O pensamento de Hayek a respeito das regras de comportamento numa ordem pode, a nosso juízo, encaixar-se nestas categorias citadas por Dequech (2006b). Em “Law, Legislation and Liberty” (1973, p. 45), Hayek sistematiza três razões que fazem com que as pessoas sigam regras em suas rotinas numa sociedade livre.

As regras são seguidas, em primeiro lugar, porque as pessoas enxergam o mundo complexo que as rodeia de maneira semelhante. Isso as leva a responderem a essa complexidade de modo semelhante, agindo de determinada maneira.

Em segundo lugar, e intimamente relacionado ao motivo anterior, em Hayek (1973) as regras são seguidas por estarem inseridas na cultura de um povo. Através de um processo espontâneo e evolucionário de surgimento e mudança de regras, estas foram se tornando a “memória” do grupo, transmitindo às novas gerações as maneiras com que aquela sociedade enfrentou problemas vividos num determinado ambiente complexo. Essa espécie de “memória” de um povo forma a sua cultura, transmitida e seguida, em geral, de forma inconsciente.

Nas palavras de Hayek, “[s]ome such rules all individuals of a society will obey

because of the similar manner in which their environment represents itself to their minds. Others they will follow spontaneously because they will be part of their common cultural tradition” (Hayek, 1973, p. 45).

O terceiro motivo diz respeito mais diretamente à sobrevivência do grupo. Para Hayek, as regras são ao menos em parte seguidas porque há pressão externa para que as pessoas assim o façam, para que a ordem social em que o grupo vive possa existir de forma estável, permitindo a seus membros prever da melhor maneira possível o resultado que suas ações e decisões trarão, num mundo com incerteza: “there will be still others which they may have to be made to obey, since, although it would be in the interest of each to disregard them, the overall order on which the success of their actions depends will arise only if these rules are generally followed” (Hayek, 1973, p. 45).

Conforme visto na segunda seção deste capítulo, em “The Constitution of Liberty” Hayek (1960) coloca a complexidade que os indivíduos enfrentam e suas limitadas capacidades mentais como fatores para que ajam de acordo com sistemas de regras de comportamento. A adesão a regras (selecionadas segundo um processo evolucionário, incorporando conhecimento comum) permite às pessoas atuarem de acordo com a faceta “knowing how” do conhecimento, seu lado tácito, liberando recursos mentais escassos para outras atividades, e é condição necessária à formação de uma ordem espontânea.

Como discutido, Hayek (1960) destaca que nem sempre as pessoas internalizam as regras, sendo necessária uma forma de coerção, pressão social ou ameaça de sanção por parte do grupo àqueles que violam o sistema de regras. Dizer que normas relacionam-se a regras não internalizadas implica que necessariamente normas dizem respeito a regras articuladas e cuja adesão é voluntária, no sentido de que o indivíduo tem a capacidade de não segui-la. Nas

palavras de Hayek: “the specific character usually ascribed to ‘norms’ which makes them belong to a different realm of discourse from statements of facts, belongs only to articulated rules” (Hayek, 1973, p. 79).

Para Hayek (1960, 1973), a pressão existe porque as pessoas não internalizaram todas as regras benéficas à ordem, cabendo às normas sociais ditar o comportamento que devem ter. Por isso, distingue dois tipos de regras de comportamento não-articuladas: regras descritivas e normativas (Hayek, 1973, p. 79). Segundo ele, as regras do primeiro tipo apenas descrevem a ocorrência ordenada e repetitiva de certos fatos, e as regras do segundo tipo mostram que tais seqüências devem (precisam) acontecer: “[the] descriptive rules (...) assert the regular recurrence of certain sequences (including human action) and the normative rules (...) state that such sequences ‘ought’ to take place” (Hayek, 1973, p. 79).

Numa sociedade capitalista, o comportamento dos agentes pode ser caracterizado pela busca de um rendimento maior. Segundo Hayek, esse tipo de motivação e de ação é resultado da adesão a certas regras e padrões convencionais de comportamento. Nesse caso, tal regra de comportamento diz respeito não só ao melhor funcionamento da ordem formada pela convivência de diversas pessoas, mas apela ao próprio interesse do agente:

“In a modern society based on exchange, one of the chief regularities in individual behaviour will result from the similarity of situations in which most individuals find themselves in working to earn an income; which means that they will normally prefer a larger return from their efforts to a smaller one, and often that they will increase their efforts in a particular direction if the prospects of return improve” (Hayek, 1973, p. 45).

Como discutido anteriormente, em “The Constitution of Liberty” Hayek trata do comportamento segundo o interesse-próprio do indivíduo quando este avalia se deve ou não agir em desacordo com o sistema de regras adotado em seu grupo. Para Hayek, o indivíduo adota um

comportamento diferente do esperado quando julga que seu ganho de bem-estar será maior que o desconforto advindo do ódio, antipatia e repulsa de seus pares, pela pressão externa direcionada contra os que quebram as regras aceitas.

Assim, tanto em 1960 quanto em 1973, Hayek parece admitir a existência de normas de decisão, que são seguidas porque é do interesse da pessoa que assim o seja. A busca de maior rendimento é um comportamento socialmente compartilhado, que serve tanto ao bem-estar do grupo como, e aqui jaz sua principal característica, ao bem-estar do próprio indivíduo que assim age⁸³. Semelhantemente, o comportamento que se desvia do sistema de regras é admitido teoricamente quando é do interesse do indivíduo deliberadamente fazê-lo, se acreditar que seu estado final será melhor que o inicial.

2.6. O conceito de ordem em Hayek

Um conceito fundamental para Hayek é o de “ordem”⁸⁴, bem como a teoria de como ela surge, se de forma deliberada (quando ela é “feita” propositalmente por alguém) ou de forma espontânea (ela é “emergente”, surge sem que ninguém a tenha planejado). Nas palavras de Hayek, “[a] central concept (...) is that of order, and particularly the distinction between two kinds of order which we will provisionally call ‘made’ and ‘grown’ orders” (1973, p. 35)⁸⁵.

⁸³ Para que se evite confusão, cabe aqui a ressalva de que, como bem coloca Barry (1982), a emergência de uma ordem espontânea, segundo Hayek, não depende do postulado de que os indivíduos ajam sempre em busca de seu próprio interesse ou de forma egoísta. Afirmar que as pessoas compartilham um comportamento em busca do aumento de seu bem-estar, não significa dizer que a ação em busca do interesse-próprio é condição necessária à emergência de uma ordem espontânea: “the theory of spontaneous order does not necessarily depend on a self-interest axiom of human nature but only on the idea that aggregate and orderly social structures can be traced from the actions of individuals who had no intention of bringing them about” (Barry, 1982, p. 50).

⁸⁴ “Order is an indispensable concept for the discussion of all complex phenomena” (Hayek, 1973, p. 35).

⁸⁵ Cumpre ressaltar que, a rigor, uma ordem, regra ou instituição não pode ser puramente deliberada ou planejada. Como explicam Beaulier e Boettke comentando a obra de Hayek, “[t]he argument that no institution can possibly be of pure design could be offered by arguing that even the human mind is a spontaneous order in

Hayek afirma que sinônimos imperfeitos de ordem são palavras como “sistema”, “estrutura” e “padrão”⁸⁶, mas que uma correta definição do conceito deve estabelecer que uma ordem existe quando há uma coordenação entre as partes, ainda que esta ordem não seja planejada (“desenhada”) por ninguém⁸⁷. Alternativamente, há uma ordem se, com uma “amostra” dos indivíduos que a formam, é possível estabelecer ou prever, de forma razoavelmente correta, qual o comportamento dos outros elementos da ordem⁸⁸. Na definição do próprio Hayek,

“By ‘order’ we shall throughout describe a state of affairs in which a multiplicity of elements of various kinds are so related to each other that we may learn from our acquaintance with some spatial or temporal part of the whole to form correct expectations concerning the rest, or at least expectations concerning the rest, or at least expectations which have a good chance of proving correct” (Hayek, 1973, p. 36).

Vanberg (1994) argumenta que numa ordem as regras agem sobre indivíduos de forma que haja padrões recorrentes de comportamento (ainda que não sejam as mesmas regras a atuarem sobre todos os indivíduos):

“We perceive the complex configuration of societal phenomena as ordered or structured to the extent that we are able (...) to discern recurring patterns or regularities in the course of social events. Such regularities or patterns are to be understood as resulting from rules or regularities that govern the behaviour of the ‘elements’ of social order, that is, individual human beings” (Vanberg, 1994, p. 111).

which the plan constantly undergoes change over time by the simple changes occurring in the individual mind” (Beaulier & Boettke, 2001, p. 2, n. 4).

⁸⁶ “There is no adequate term other than ‘order’ by which we can describe it, although ‘system’, ‘structure’ or ‘pattern’ may occasionally serve instead” (Hayek, 1973, p. 35).

⁸⁷ Nas palavras de Caldwell, “[o]rders of various sorts exist in nature. An order occurs when the actions of various elements or members of a group are coordinated or brought into mutual adjustment” (2004a, p. 309).

⁸⁸ “When we know how a set of elements is ordered, we have a basis for inference” (L. S. Stebbing, *apud* Hayek, 1973, p. 155, n. 3). A propósito, é justamente a capacidade de predição do comportamento de seus membros que determina o grau de uma ordem: “order may be a matter of degree. How well ordered a set of objects or events is depends on how many of the attributes of (or the relations between) the elements we can learn to predict” (Hayek, 1973, p. 42).

É o fato dos indivíduos de um grupo agirem de acordo com um sistema de regras (não necessariamente único) ao se depararem com o ambiente complexo do mundo que os rodeia que permite a formação de ordens, e não a existência de uma ordem anterior que traz à existência um sistema de regras. Nas palavras de Hayek, “the formation of spontaneous orders is the result of their elements following certain rules in their responses to their immediate environment” (Hayek, 1973, p. 43)

Ao afirmar que numa ordem os elementos que a constituem seguem determinado padrão, e que uma amostra desses elementos oferece uma boa base para a previsão do comportamento dos demais, Hayek não pensa que todos agem sempre da mesma forma, ou que o grupo é homogêneo em suas ações, ou que, como dito acima, todos os indivíduos compartilhem as mesmas regras:

“[A] regular pattern will (...) form itself not only if the elements all obey the same rules and their different actions are determined only by the different positions of the several individuals relatively to each other, but also (...) if there are different kinds of elements which act in part according to different rules” (Hayek, 1973, p. 40).

Numa sociedade livre, as regras de comportamento se resumem a dar as características gerais das ações dos indivíduos ou a reduzir a gama de respostas possíveis diante de certos ambientes com que o agente se depara. Afirmar que as pessoas agem de acordo com certas regras “need not mean that the different persons will in similar circumstances do precisely the same thing (...). In other words, the responses of the individuals to the events in their environment need be similar only in certain abstract aspects” (Hayek, 1973, p. 44).

Por isso, a rigor, é um exagero afirmar que as regras determinam o comportamento humano. Na verdade, elas criam no indivíduo uma *propensão* a agir de determinada maneira

quando confrontado com um ambiente que apresente certas características gerais e abstratas. Assim, num certo tipo de ordem (*kosmos*) a obediência a certas regras de comportamento significa uma “propensity to obey certain rules of conduct on which the order of action of the group as a whole rests” (Hayek, 1973, p. 44).

Hayek está particularmente interessado na distinção entre os diferentes tipos de ordem considerados pelos estudiosos e em qual deles é compatível com uma sociedade livre. Os dois tipos de ordem que ele classifica são chamadas de *taxis* e *kosmos*, utilizando termos da Grécia Clássica.

Taxis é a ordem “artificial”, feita deliberadamente por alguém, uma autoridade “exógena”. Aqueles que entendem a sociedade como uma ordem construída deliberadamente enxergam como uma organização hierárquica, baseada em relações de comando e obediência. Em última instância, a estabilidade social, a possibilidade de convivência harmoniosa das pessoas em grupo, reside na força e no comando de todos por um só (ou de um grupo restrito), que determinaria qual o papel de cada um na sociedade. Sob este ponto de vista, não pode haver um equilíbrio social endógeno, intrínseco à sociedade, que surge espontaneamente dela: “[a]ccording to this interpretation order in society must rest on a relation of command and obedience (...). This authoritarian connotation of the concept of order derives (...) entirely from the belief that order can be created only by forces outside the system (or ‘exogenously’)” (Hayek, 1973, p. 36).

Este tipo de ordem também é chamado por Hayek de organização, e aqui pode surgir a analogia entre uma empresa e a sociedade. Numa organização as regras “internas”, aquelas às quais os seus membros devem seguir, são as do tipo “positivo”, ou seja, são “comandos”, e

buscam determinar (e não necessariamente, ou não só, restringir) as ações dos agentes⁸⁹. As organizações também são sujeitas às regras “externas”, no sentido de que, se estiverem inseridas numa ordem espontânea, deverão seguir regras abstratas e de caráter negativo tanto quanto os outros membros da sociedade⁹⁰.

Isso porque Hayek (1973) coloca que a existência da *kosmos* não exclui a possibilidade de que, dentro dela, haja diversas organizações, tais como a família, empresas, etc; a questão é que tais organizações se comportam “externamente” seguindo as regras de uma ordem espontânea: “[w]hat in fact we find in all free societies is that, although groups of men will join in organizations for the achievement of some particular ends, the co-ordination of the activities of all these separate individuals, is brought about by the forces making for a spontaneous order” (Hayek, 1973, p. 46).

Em particular, o governo é uma organização extremamente comum e importante (ainda que nem sempre fundamental⁹¹) numa ordem espontânea. Hayek compara o papel do governo na imposição das regras de comportamento à organização dos trabalhadores em uma fábrica: os responsáveis pela organização de uma fábrica não produzem um bem diretamente consumível, mas permitem que a produção corra da melhor maneira possível, determinando as diretrizes gerais, deixando ao empregado, conhecedor das particularidades de sua função, a

⁸⁹ Ainda que, como colocado anteriormente, mesmo numa ordem espontânea as regras de origem evolucionária, por terem um importante papel cognitivo, possuem, nesse sentido, um caráter positivo.

⁹⁰ Vanberg comenta, inspirado por Hayek, que “organizations are ‘subject’ to rules in two different regards. There are, first, the rules which co-ordinate the activities of the several members of an organization and, thus, constitute the organization as an operating unit. (...) [I]n addition, organizations are subject to ‘rules of conduct’ which apply to their ‘external behaviour’ as operating units or legal entities, in essentially the same sense in which individuals (natural persons) are subject to rules of conduct in their behaviour toward others” (Vanberg, 1994, p. 115).

⁹¹ “[I]t’s conceivable that the spontaneous order which we call society may exist without government” (Hayek, 1973, p. 47).

decisão dos detalhes de seu trabalho (“every organization must rely also on rules and not only on specific commands”, Hayek, 1973, p. 48)⁹². Semelhantemente, ao forçar o cumprimento das regras típicas de uma sociedade livre, o governo permite que a decisão final sobre as ações específicas seja tomada pelo próprio indivíduo, que assim pode utilizar seu conhecimento tácito e das condições particulares de cada mercado.

Em contraste, a ordem espontânea, ou *kosmos*, é fruto da ação humana, mas não do desejo ou do planejamento de ninguém em particular. Esse tipo de ordem surge, digamos, de geração espontânea, é auto-organizado. Sob este ponto de vista, para que seja ordenada, uma estrutura não requer pressão externa, no sentido de que sua estabilidade seja intrínseca à sua existência, que, por sua vez, surge espontaneamente do relacionamento social entre os indivíduos e da sua adesão a certas regras de comportamento. Em sua definição, Hayek fala de ordens espontâneas como “orderly structures which are the product of the action of many men but are not the result of human design” (Hayek, 1973, p. 37). Nas palavras de Caldwell, “sometimes orders occur without anyone consciously designing them. Such spontaneous orders come into being as the result of the individual elements following rules, rules that do not aim at creating the resulting order as a goal” (Caldwell, 2004a, p. 309)⁹³.

⁹² “[B]y guiding the actions of individuals by rules rather than specific commands it is possible to make use of knowledge which nobody possesses as a whole. Every organization in which the members are not mere tools of the organizer will determine by commands only the function to be performed by each member, the purposes to be achieved, and certain general aspects of the methods to be employed, and will leave the detail to be decided by the individuals on the basis of their respective knowledge and skills” (Hayek, 1973, p. 49).

⁹³ De acordo com Mazzina (2007), para Hayek a dinâmica de geração de uma ordem espontânea se dá a partir de um processo de retroalimentação, em que o ajuste dos diversos planos individuais (de pessoas que possuem apenas fragmentos do conhecimento social total) aos novos dados (como mudança nos preços, por exemplo) que surgem com a passagem do tempo gera, ele mesmo, novos dados, que por sua vez trarão à tona novas mudanças e ajustes nos planos, e assim por diante. A ação de cada indivíduo se dá num sistema de tentativa e erro, alterando permanentemente seus planos e suas formas de atuação como consequência deste processo, limitada por um certo conjunto de regras compartilhado pelo grupo.

Hayek coloca a distinção entre *taxis* e *kosmos* da seguinte maneira:

“The made order which we have already referred to as an exogenous order or an arrangement may again be described as a construction, an artificial order or, especially where we have to deal with a directed social order, as an *organization*. The grown order, on the other hand, which we have referred to as a self-generating or endogenous order, is in English most conveniently described as a *spontaneous order*” (Hayek, 1973, p. 37).

Além disso, uma ordem espontânea não é facilmente percebida, mas tem que ser reconstruída mentalmente, abstraindo-se dela certos padrões e certas regularidades de comportamento de seus participantes. Segundo Hayek, a *taxis*, ao contrário, é uma ordem “concreta”: “[w]e cannot see, or otherwise intuitively perceive, this order of meaningful actions [*kosmos*], but are only able mentally to reconstruct it by tracing the relations that exist between the elements. We shall describe this feature by saying that it is an abstract and not a concrete order” (Hayek, 1973, p. 38).

A *taxis* é concreta em relação à *kosmos* no sentido de sua existência pode ser claramente percebida por nossos sentidos, sem a necessidade de se abstrair dela algumas características. Isso porque uma ordem feita de forma deliberada necessariamente é uma ordem simples, não complexa, e com um propósito definido, ou seja, ela existe e se reproduz ao longo do tempo seguindo um determinado objetivo, com relações entre seus membros e entre causas e efeitos bem definidas: “[s]uch orders are relatively *simple* (...); they are usually *concrete*, in the sense (...) that their existence can be intuitively perceived by inspection; and, finally, having been made deliberately, they invariably do or at one time did *serve a purpose* of the maker” (Hayek, 1973, p. 38).

Já a *kosmos* pode ser complexa, por não ser fruto da mente humana, incapaz de lidar perfeitamente com esse tipo de ambiente.

Uma ordem complexa só pode ser assim definida, só pode ser formada por inúmeras relações entre seus membros e inúmeros fatos particulares se surgir de forma espontânea, pois a mente humana não pode criar ou lidar com essas características. Tanto que, para Hayek, “the order (...) will always be an adaptation to a large number of particular facts which will not be known in their totality to anyone” (Hayek, 1973, p. 40).

A abstração que uma ordem espontânea pode apresentar manifesta-se através da maneira com que se dão as relações entre indivíduos. Isso significa que os padrões de relacionamento se mantêm, em suas formas gerais, independentes do número de elementos que a ordem abarca e da particularidade de cada elemento. Segundo Hayek, “[t]he significance of the abstract character of such orders rests on the fact that they may persist while all the particular elements they comprise, and even the number of such elements, change” (Hayek, 1973, p. 39).

Outra marca distintiva da *kosmos* em relação à *taxis* é a falta de um propósito definido, um fim claro e único que dê sentido à sua existência. Essa é uma consequência do fato de este tipo de ordem não ser deliberadamente criado por nenhuma mente externa a ela que poderia lhe imputar algum destino ou objetivo, mas ser auto-construída, a partir de certos padrões de comportamento adquiridos por aqueles que lhe formam. Isso não significa que a ordem não possa servir a seus membros na busca por seus objetivos particulares; mas não é o desejo de se atingir tais fins que dá sentido à sua existência.

Hayek assim fala sobre as características da *kosmos*:

“Its degree of complexity is not limited to what a human mind can master. Its existence need not manifest itself to our senses but may be based on purely *abstract* relations which we can only mentally reconstruct. And not having been made it *cannot* legitimately be said to *have a particular purpose*, although our awareness of its existence may be extremely important for our successful pursuit of a great variety of different purposes” (Hayek, 1973, p. 38).

Além de serem desconhecidas, Hayek destaca que as regras da *kosmos* podem ser de origem espontânea ou, ao contrário da ordem resultante, de origem deliberada: “our concern must be to make clear that while the rules on which a spontaneous order rests may also be of spontaneous origin, this need not always be the case” (Hayek, 1973, p. 45)⁹⁴. Para ele, o ponto central que determina se uma ordem é espontânea (ou não), mais do que a forma de surgimento das regras, é a não-intencionalidade dos resultados obtidos pela existência de tal ordem e de suas regras, e a generalidade destas últimas, no sentido de que as regras não podem ser feitas em benefício ou detrimento de uma pessoa específica, ou um sub-grupo reduzido da sociedade, mas devem se direcionar para uma parcela razoável e não específica das pessoas que compõem a ordem: “the rules governing a spontaneous order must be independent of purpose and be the same, if not necessarily for all members, at least for whole classes of members not individually designated by name” (Hayek, 1973, p. 50).

Por fim, podemos falar dos exemplos de cada tipo de ordem que Hayek coloca. Segundo ele (1973, p. 39-40), no mundo físico há diversas manifestações de ordem espontânea complexa, como a organização dos átomos ao formarem, por exemplo, um cristal. O homem pode produzir artificialmente um cristal, não rearranjando todos os átomos em seus devidos lugares, mas sim reproduzindo as condições que proporcionem a eles se organizarem de maneira que produzam aquele objeto. Mesmo assim não poderemos determinar a posição de cada elemento formador ou cada detalhe do cristal, apenas as características gerais e abstratas desta manifestação.

Também há manifestações sociais de ordem espontânea. Além do idioma de um povo, a mais evidente é a “catalaxia”. Hayek dedica um capítulo de seu *Law, Legislation and*

⁹⁴ Segundo Beaulier e Boettke, “Hayek’s argument is that there are limitations to our critical abilities, but we

Liberty especificamente para o estudo da ordem de mercado (Hayek, 1976b, cap. 10). A seu ver, a “catalaxia” emerge espontaneamente, como consequência não-intencional da ação e contínuo ajustamento de vários indivíduos atuando no mercado de acordo com certas regras de comportamento: “[a] catallaxy is thus the special kind of spontaneous order produced by the market through people acting within the rules of the law of property, tort and contract” (Hayek, 1976b, p. 109). John Gray (*apud* Mazzina, 2007, p. 355) cita o trabalho de Hayek ao falar da moeda, do direito, da moral e do conhecimento tecnológico, além do mercado e da linguagem, como alguns dos abundantes exemplos de ordens espontâneas.

Como exemplo de ordem deliberadamente construída, Hayek (1973, p. 37) recorre aos gregos clássicos, que costumavam falar de uma ordem de batalha, onde cada soldado tem sua função previamente estabelecida por um superior hierárquico, como uma *taxis*.

should continually question all traditions and values” (Beaulier & Boettke, 2001, p. 3, n. 3).

CAPÍTULO 3

RACIONALISMO CRÍTICO E MUDANÇA INSTITUCIONAL EM HAYEK

Como temos visto ao longo desta dissertação, a análise institucional promovida por F. A. Hayek busca compreender de que maneira se dá a ação humana e a coordenação entre os diversos indivíduos num mundo complexo e permeado pela incerteza, onde o conhecimento detido por cada pessoa é incompleto e não totalmente passível de ser transmitido ou verbalizado. Nesse tipo de ambiente, o aparato institucional possui um importante papel ao condicionar, ao menos parcialmente, o comportamento dos membros de uma ordem social, ordem que surge de maneira espontânea e se caracteriza exatamente por ser formada por membros que agem de uma maneira de possa ser descrita por regras.

O passo seguinte na análise da contribuição de Hayek ao estudo das instituições no tipo de ambiente acima descrito, sem o qual um estudo desse tipo a respeito do autor austríaco ficaria muito incompleto, é a maneira segundo a qual ele defende que as instituições características de uma sociedade surgem, consolidam-se e mudam ao longo do tempo. É isso que procuraremos abordar neste capítulo.

Veremos que a escola austríaca de economia, à qual pertence Hayek, encaixa-se na tradição do **racionalismo evolutivo** (ou **racionalismo crítico**), em contraposição ao **racionalismo construtivista** (ou **racionalismo cartesiano**).

Os seguidores do racionalismo crítico defendem que certos eventos ou instituições surgem como produto de alguma atividade ou ato do homem, ainda que tais resultados não fossem desejados ou planejados quando tal ação foi tomada. Tal tradição acolhe, entre outros,

David Hume, Bernard Mandeville, Adam Smith, Carl Menger⁹⁵ e, a partir dele, toda a Escola Austríaca (Hayek, 1967c, p. 98-99; 1965, p. 84)⁹⁶.

De outro lado, existe o chamado pensamento construtivista. Vinda de Platão, René Descartes e Francis Bacon, tal tradição ganhou força especialmente com Hegel, Marx e Comte, dentre outros. Para eles, todas as instituições e todos os resultados da ação humana seriam frutos da *vontade* humana. Não haveria, ou não deveriam haver, resultados não intencionais, não oriundos do exposto desejo do homem. Tal maneira de pensar gerou a crença de que o homem poderia construir, ou reconstruir, a sociedade e suas instituições, regras e tradições através da razão, negando a possibilidade de uma ordem espontânea estável (Hayek, 1970, p. 3; 1965, p. 85).

Hayek é também fortemente devedor dos iluministas escoceses, acima citados, na questão da mudança institucional. Sua abordagem é **evolucionária**. Segundo Vanberg (1994, p. 77), Hayek fala genericamente de processo evolucionário (de regras de comportamento) como “evolução cultural”.

Como veremos, se um grupo possui regras de comportamento, instituições, tradições, padrões éticos ou mesmo estéticos que lhe permita ser melhor adaptado a seu ambiente que outro grupo (possivelmente concorrente), de forma que ele se torne mais próspero, poderoso e possa sobreviver, que as ações de seus membros sejam melhor coordenadas (Hayek, 1967c, p. 101), enquanto outros se enfraquecem ou desaparecem, seu padrão de regras e instituições sobreviverá.

⁹⁵ Menger classifica instituições que surgem espontaneamente como “instituições orgânicas” e as planejadas como “instituições pragmáticas” (Cf. Vanberg, 1994, p. 146).

⁹⁶ Weimer (1982) elogia a qualidade de Hayek de buscar sempre as raízes históricas do pensamento que procura defender, cobrindo uma vasta gama de áreas do conhecimento, da Economia à Psicologia. Por isso, nomes como David Hume e John Stuart Mill são freqüentes ao longo dos trabalhos do austríaco, a partir de um tratamento interdisciplinar de suas obras.

Regras de conduta que são selecionadas são aquelas que permitem aos seres humanos, ou melhor, às ordens espontâneas que elas geraram, melhor interagirem com o ambiente. Instituições, regras, cultura, etc mudam (evoluem) por um processo em três estágios: variedade, transmissão e seleção (Ebner, 2005, p. 143).

A analogia com a evolução biológica de Darwin é inevitável. Hayek procura esclarecer várias vezes que a abordagem evolucionária surgiu entre filósofos desde a Grécia Antiga, passando pelo escolasticismo medieval até chegar aos iluministas escoceses, “darwinistas antes de Darwin”. Uma questão importante que deverá ser respondida durante o capítulo é a distinção entre abordagem evolucionária e alguma espécie de “Darwinismo Social”, uma idéia repudiada por Hayek. Deverá ficar claro que uma correta interpretação do princípio evolucionário aplicado às questões sociais precisa se concentrar na seleção de regras, instituições e cultura, ao invés de indivíduos e características inatas/genéticas dos povos.

Segundo a abordagem hayekiana, o desencadeamento do processo de mudança do arcabouço institucional parte do indivíduo quando este busca se adaptar melhor a seu ambiente. Caso obtenha sucesso (aplicando uma tecnologia, por exemplo, que lhe permita obter maior lucro) será imitado por outros de seu grupo. A mudança parte do indivíduo “inovador”, que vislumbra uma melhor maneira de agir e tem a ousadia de levá-la adiante. Depois, tendo sucesso, é imitado (Birner & Ege, 1999, p. 766).

Cumprido esclarecer que o processo a ser explicado, objeto de maior atenção ao longo do capítulo, é aquele que acontece numa “ordem espontânea”, um “processo espontâneo”, em contraposição ao “processo político” (Vanberg, 1994, p. 80)⁹⁷. Ou seja, há uma distinção entre

⁹⁷ Garrison e Kirzner (1987), escrevendo a respeito de Hayek, defendem que a própria profissão de economista só faz sentido como estudo de um mundo em que exista a emergência de uma ordem espontânea (como o mercado). Semelhantemente, Boettke (1989a) coloca que o papel da Ciência Econômica é buscar entender as instituições de emergência espontânea existentes na sociedade.

duas formas de surgimento e mudança de regras: espontânea e política. Mudanças espontâneas são fruto da ação de indivíduos separados buscando fins privados, e que acabam gerando resultados não pretendidos (no caso, novas regras ou práticas), enquanto processos políticos são aqueles em que regras são explicitamente escolhidas para que se atinjam determinados fins (Hayek, 1973, cap. 4; Vanberg, 1994, p. 80)⁹⁸.

3.1. Racionalismo crítico *versus* racionalismo construtivista

Hayek, ao longo de sua obra (e.g. 1965, 1970, 1973, 1988), argumenta que através da história das idéias tem havido, grosso modo, duas formas de se olhar para as sociedades humanas e as maneiras pelas quais elas se organizam, mudam e se propagam no tempo: o racionalismo crítico e o racionalismo construtivista.

Segundo ele, o **racionalismo construtivista** é uma espécie tola e inocente de pensamento (Hayek, 1965, p. 85). Isso porque os seguidores de tal doutrina não vêem limites para a capacidade da mente humana de compreensão e criação das características de um mundo complexo a nos rodear. Sob a ótica construtivista, “all the useful human institutions **were and ought to be** deliberate creation of conscious reason” (Hayek, 1965, p. 85, grifo meu).

Esta crença quase ilimitada no poder da razão humana é, sob a perspectiva hayekiana, uma “Arrogância Fatal” (Hayek, 1988), presente em muitas teorias sociais; ao invés de ser racional, tal crença, na realidade, representa o próprio “abuso da razão”⁹⁹. Ela busca encontrar

⁹⁸ Coyne e Boettke (2006) criticam os programas internacionais de desenvolvimento e aceleração do crescimento de países periféricos, em voga especialmente a partir da década de 1950, marcados pela implantação e imposição de instituições e práticas típicas de capitalismo avançados. Segundo os autores, a falha destes programas se dá justamente por ignorarem (ou, no mínimo, subestimarem) a existência de instituições tradicionais e espontâneas diferentes daquelas onde os programas são planejados e de onde parte o seu financiamento.

⁹⁹ “It seems (...) that this desire to make everything subject to rational control, far from achieving the maximal use

bases racionais que justifiquem a existência das regras de comportamento, das leis que regem um grupo social, das tradições culturais, etc. Dessa forma, as instituições existentes numa sociedade só poderiam ser benéficas aos homens se fossem “artificiais”, no sentido de serem planejadas e trazidas à existência pelo expresse desejo e ação deliberada das pessoas. Mais do que isso, a criação proposital de instituições, regras de comportamento, etc, deve ser feita com vistas ao alcance de certos fins específicos almejados pelo grupo que as criou: “[this] view holds that human institutions will serve human purposes only if they have been deliberately designed for these purposes, often also that the fact that an institution exists is evidence of its having been created for a purpose” (Hayek, 1973, p. 8).

Segundo Hayek, o fundamento do racionalismo construtivista é a adoção de um tipo de pensamento por ele classificado como “antropomórfico”, uma visão de mundo que vê um sentido intencionalista, que busca um sentido na história como se, ainda que seus seguidores não notem, ele fosse dado por um fator “externo” ao próprio mundo. Isso porque seus adeptos enxergam o funcionamento da sociedade como se esta fosse comandada por uma mente semelhante à humana, ou se ela mesmo tivesse uma mente capaz de coordenar as ações de seus membros e determinar a maneira segundo a qual eles agem, as relações sociais ou de poder. Por isso é uma visão de mundo precária e primitiva, quase animista: “[t]his view [rationalist constructivism] is a deeply ingrained propensity of primitive thought to interpret all regularity to be found in phenomena anthropomorphically, as the result of the design of a thinking mind” (Hayek, 1973, p. 9).

Este tipo de pensamento construtivista encontra suas origens na Grécia Clássica (Hayek, 1965, p. 84), especialmente em Platão, e passa a ganhar força a partir do pensamento do

of reason, is rather an abuse of reason, based on a misconception of its powers” (Hayek, 1965, p. 93).

filósofo francês René Descartes¹⁰⁰ e o papel central que a valorização da razão humana, a “luz natural” disponível a todos os homens, ocupa em sua obra, como guia para o alcance da verdade através do raciocínio dedutivo, a partir de axiomas: “[r]eason was for the rationalist no longer a capacity to recognise the truth when he found it expressed, but a capacity to arrive at truth by deductive reasoning from explicit premises” (Hayek, 1963, p. 102).

Contudo, a rigor, Descartes não estava particular e primariamente preocupado com a aplicação do método correto de investigação, centrado na razão, a aspectos sociais. Seu foco estava sobre uma forma de se estabelecer uma metodologia correta, fundamentos seguros para a descoberta da verdade e para a investigação científica¹⁰¹.

O estabelecimento da dúvida metodológica, o questionamento e rejeição de tudo (inclusive – e principalmente - de nossas sensações¹⁰²) que não se demonstre verdadeiro a partir de axiomas, premissas inegavelmente verdadeiras, claras e distintas de suas conclusões, e da aplicação do raciocínio dedutivo típico da geometria¹⁰³, levou os discípulos de Descartes a tacharem como irracionais as regras e instituições que não podiam claramente ser justificadas de modo dedutivo como sendo úteis à sociedade, rejeitando a adesão a elas por pessoas supostamente esclarecidas e libertas do espírito supersticioso tipicamente medieval. Os padrões

¹⁰⁰ “The great thinker from whom the basic ideas of what we shall call constructivist rationalism received their most complete expression was René Descartes” (Hayek, 1973, p. 9).

¹⁰¹ “The process of doubt, it should be clear, is a means. The establishment of a secure foundation for the science is the end” (Yates, 2002, p. 1).

¹⁰² “We describe Descartes as a classical rationalist because he relies on pure reasoning to recover a basis for whatever trust we place in our senses; he does not rely on the testimony of the error-prone senses by themselves” (Yates, 2002, p. 2)

¹⁰³ “The basic idea behind Cartesian methodological doubt is: set aside all that can be regarded as dubious in any way. Strip away the layers of mere habitual belief in order to lay bare whatever can be known for certain – that which cannot possibly be doubted. Only the latter is suitable as a foundation for knowledge” (Yates, 2002, p. 1). Hayek assim descreve o *esprit géométrique* cartesiano: “a capacity of the mind to arrive at the truth by a

morais, as regras de comportamento tradicionais, passaram a ser simples questão de “gosto pessoal”, sem qualquer fundamento ou argumento aceitável em sua defesa. Segundo Hayek, “[t]he rejection as ‘mere opinion’ of all that could not be demonstrated to be true by his [Descartes’s] criteria became the dominant characteristic of the movement which he started” (Hayek, 1973, p. 10).

O padrão moral passa a ser desprezado, e a decisão de qual a melhor atitude deve ser tomada com vistas apenas ao atendimento de determinados objetivos, ao alcance de certos fins, sem um padrão exteriormente determinado de comportamento: “this kind of rationalism must lead to the destruction of all moral values and to the belief that the individual should be guided only by his personal evaluation of the particular ends he pursues, and that it tends to justify all means by the ends pursued” (Hayek, 1965, p. 89).

Assim, com a extensão da dúvida metodológica cartesiana às instituições e práticas comportamentais socialmente compartilhadas, estas só poderiam ser úteis às pessoas por mero acaso, se coincidissem com aquelas que poderiam ser criadas e planejadas pela mente humana: “[i]nstitutions and practices which have not been designed in this manner can be beneficial only by accident” (Hayek, 1973, p. 10).

Da mesma forma, o comportamento humano passou a ser tido como “irracional” se não seguisse estritamente objetivos definidos segundo maneiras explícitas e logicamente deduzidas, ou se fosse determinado de alguma forma que não exclusivamente pela razão humana: “[s]ince for Descartes reason was defined as logical deduction from explicit premises,

deductive process from a few obvious and undoubtable premises” (Hayek, 1965, p. 85).

rational action also came to mean only such actions as was determined entirely by known and demonstrable truth” (Hayek, 1973, p. 10)¹⁰⁴.

A partir daí difundiu-se a crença na capacidade humana de recriar as instituições sociais, como a linguagem, as regras morais, a cultura e o direito de forma deliberada, de maneira que estas atendessem aos objetivos explícitos da sociedade.

“Rationalism in this sense is the doctrine which assumes that all institutions which benefit humanity have in the past and ought in the future to be invented in clear awareness of the desirable effects that they produce; that they are to be approved and respected only to the extent that we can show that the particular effects they will produce in any given situation are preferable to the effects another arrangement would produce; that we have in our power so to shape our institutions that of all possible sets of results that which we prefer to all others will be realized” (Hayek, 1965, p. 85).

Esta visão antropomórfica de mundo e do caráter pretensamente intencionalista das instituições atingiu seu ápice, segundo Hayek, com Hobbes e Rousseau e a teoria do contrato social enquanto explicação da fundação do Estado¹⁰⁵, quando os indivíduos no “estado natural” deliberadamente teriam aberto mão de seus direitos em troca da segurança fornecida pelo soberano¹⁰⁶ no “estado civil” (Hayek, 1973, p. 10). Nesse sentido, o entendimento de um Estado

¹⁰⁴ Diamond (1980) vê três campos que definem as características centrais do construtivismo como exposto por Hayek: a epistemologia, a ética e a política. Na epistemologia, o racionalismo construtivista caracteriza-se por um otimismo quanto aos poderes da razão humana e a adesão ao método dedutivo de Descartes. Na ética, o construtivismo se caracteriza pela teoria do contrato social e pelo utilitarismo, que vê a justificação das atitudes dos homens em cálculos de ganhos de prazer e dor. Na prática política, o construtivismo identifica-se com o socialismo e o planejamento central.

¹⁰⁵ Veja-se, por exemplo, as seguintes passagens de Rousseau: “[u]m povo, diz Grotius, pode entregar-se a um rei. Segundo Grotius, um povo é, pois, um povo antes de se entregar a um rei. Essa própria entrega é um ato civil e a supõe como uma deliberação pública (...). Com efeito, se não houvesse em absoluto convenção anterior, onde estaria, a menos que a eleição fosse unânime, a obrigação por parte do pequeno número de submeter-se à escolha do grande número?” (Rousseau, 2005, p. 24-25); “[s]e, portanto, for afastado do pacto social aquilo que não constitui sua essência, acharemos que possa ser reduzido aos seguintes termos: ‘cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob o supremo comando da vontade geral e haverá de receber ainda cada membro como parte indivisível do todo’” (Rousseau, 2005, p. 27).

¹⁰⁶ Ainda que os seguidores de tal pensamento ressalvassem não o caráter histórico-factual de suas explicações, mas sim como modelo mental de explicação do fenômeno estudado.

criado deliberadamente para servir os interesses de uma minoria privilegiada contra a maioria oprimida, de uma classe contra outra, encaixa-se na mesma corrente de pensamento, como um caso particular.

Esta tradição do racionalismo social está na base de movimentos como o socialismo e o nazismo, em sua ânsia por controlar os fatos particulares da economia e da sociedade e sua crença na substituição de instituições tradicionais por outras erigidas racionalmente, com vistas ao atendimento de certos planos e objetivos nacionais (Hayek, 1965, p. 85)¹⁰⁷.

Segundo Hayek, a concepção errada da sociedade humana aqui apresentada reside, em última instância, numa visão imprecisa e incompleta sobre a natureza dos fenômenos recorrentes vivenciados pelos homens, pela ordem presente no dia-a-dia das pessoas.

Os seguidores do racionalismo construtivista enxergam um dualismo no mundo entre eventos naturais, no sentido de que são absolutamente independentes da ação humana (*physei*), e os eventos artificiais (*nomos*), frutos da *ação e do planejamento* humano, uma convenção social deliberadamente construída. Sob este ponto de vista, em última instância, só pode existir ordem se, anteriormente, existir o planejamento, a organização e a execução da vontade expressa dos homens: “Cartesian rationalism and all its descendents assume (that) human civilization is the product of human reason” (Hayek, 1965, p. 86).

¹⁰⁷ Em seu livro mais popular, “The Road to Serfdom”, Hayek (1945a) dedica um capítulo à análise das semelhanças jurídicas, ideológicas e econômicas entre o nazismo e o comunismo (ver Hayek, 1945a, cap. 12): “[i]t is a common mistake to regard National Socialism as an (...) irrational movement without intellectual background (...). The doctrines of National Socialism are the culmination of a long evolution of thought, a process in which thinkers who have had great influence far beyond the confine of Germany have taken part (...). It was not merely the defeat, the suffering, and the wave of nationalism which led to their success. Still less was the cause, as so many people wish to believe, a capitalist reaction against the advance of socialism. On the contrary, the support which brought these ideas to power came precisely from the socialist camp (...). It was the union of the anticapitalistic forces of the Right and of the Left, the fusion of radical and conservative socialism, which drove out from Germany everything that was liberal” (Hayek, 1945a, p. 167-168).

Hayek, porém, defende a adoção de uma terceira categoria que seja intermediária entre *physei* e *nomo*¹⁰⁸: o reconhecimento da existência de instituições e ordens originadas a partir da ação humana, mas que não sejam fruto da vontade expressa e do planejamento das pessoas. Isso se encaixa numa “distinct third class of phenomena, (...) described by Adam Ferguson as ‘the result of human action but not of human design’” (Hayek, 1973, p. 20).

Hayek procura seguir a tradição iluminista escocesa, que através de pensadores como Bernard Mandeville¹⁰⁹, David Hume¹¹⁰ e Adam Smith¹¹¹ buscou estudar como poderiam ser benéficos à sociedade resultados não-intencionais de atitudes tomadas pelos seus membros: “[i]t was finally in reaction to (...) Cartesian rationalism that the British moral philosophers of the eighteenth century (...) built up a social theory which made the undesigned results of individual action its central object” (Hayek, 1967c, p. 98-99). Além disso, Hayek esclarece que o não-planejamento segundo critérios supostamente racionais de ordens ou instituições não implica que aqueles que aderem a estas sejam “irracionais”. Citando Karl Popper, ele escreve que “undesigned social institutions may emerge as *unintended consequences of rational actions*” (Hayek, 1967c, p. 100, n. 12).

¹⁰⁸ “[W]hat was really required was a three-fold division which inserted between the phenomena which were natural in the sense that they were wholly independent of human action, and those which were artificial or conventional in the sense that they were the product of human design, a distinct middle category...” (Hayek, 1967c, p. 97).

¹⁰⁹ “Perhaps in no case did he [Mandeville] precisely show *how* an order formed itself without design, but he made it abundantly clear that it *did*, and thereby raised the questions to which theoretical analysis, first in the social sciences and later in biology, could address itself” (Hayek, 1966, p. 251).

¹¹⁰ “Hume gives us probably the only comprehensive statement of the legal and political philosophy which later became known as liberalism” (Hayek, 1963, p. 105).

¹¹¹ “The recognition that a man’s efforts will benefit more people, and on the whole satisfy greater needs, when he lets himself be guided by the abstract signals of prices rather than by perceived needs, and that by this method we can best overcome our constitutional ignorance of most of the particular facts, and can make the fullest use of the knowledge of concrete circumstances widely dispersed among millions of individuals, is the great achievement of Adam Smith” (Hayek, 1976a, p. 269).

Segundo Hayek, esta tradição do “racionalismo crítico” teve início, assim como o racionalismo construtivista, na Grécia Antiga, especialmente com Aristóteles, passando pelo pensamento tomista medieval¹¹² até desaguar nos iluministas escoceses e nos liberais dos séculos XVIII e XIX, como Kant e Tocqueville.

Tal linha filosófica reconhece a existência de limites à capacidade da razão humana de compreender plenamente todas as facetas do complexo mundo em que vivemos, e vê como racional, na verdade, o reconhecimento de que a própria razão não é ilimitada¹¹³ em sua capacidade de compreender e melhorar a sociedade¹¹⁴. Para ela, a mente e a razão humanas são frutos (e, em alguma medida, transformadoras) da civilização e de suas instituições, e não o contrário, como pregam os racionalistas construtivistas: “[m]ind is as much the product of the social environment in which it has grown up and which it has not made as something that has in turn acted upon and altered these institutions” (Hayek, 1973, p. 17); “man’s mind is itself a product of the civilization in which he has grown up” (Hayek, 1960, p. 24). Reconhece que o

¹¹² O papel central que a tradição e uma possível semelhança com uma abordagem evolucionária e de ordem espontânea de suas crenças, ao lado da revelação bíblica, ocupa na doutrina da igreja católica, pode levar à compreensão de por que Hayek fala do catolicismo como religião mais atrativa e razoável que o protestantismo e sua ênfase na exclusividade da revelação divina através da Bíblia como fundamento de suas doutrinas (apesar do próprio Hayek declarar-se agnóstico, cf. Hayek, 1988, p. 139-140): “I felt that if somebody really wanted religion, he had better stick to what seemed to me the ‘true article’, that is, Roman Catholicism. (...) [I]f one must have a religion, Catholicism seemed to me more consistent” (Hayek, 1994, p. 41).

¹¹³ Prado (1994) contrapõe a teoria neoclássica, representada por Frank Hahn, à teoria austríaca, representada por Hayek, no sentido de que aquela se liga à tradição cartesiana, enquanto a última se contrapõe a tal legado. O autor elenca seis pontos de frontal oposição entre ambas as escolas com relação ao pensamento cartesiano; em particular, a teoria neoclássica se funda nas noções de equilíbrio e razão absoluta dos indivíduos, aspectos que, segundo ele, seriam rejeitados pelos (neo-)austríacos, como Hayek. A respeito da crítica de Hayek ao conceito de equilíbrio na teoria econômica, ver Soromenho (1994). Sobre o debate interno à escola Austríaca (em especial entre Lachmann e Kirzner, a partir do legado de Hayek) acerca das tendências equilibradoras do mercado, ver Barbieri, 2001, cap. 4.

¹¹⁴ “True rational insight into the role of conscious seems indeed to indicate that one of the most important uses is the recognition of the proper limits of rational control” (Hayek, 1965, p. 93). Segundo Barry, “[t]he whole of his [Hayek’s] social philosophy may be described as an assault on the exaggerated claims made for ‘reason’ and a justification for the view that we must adopt an attitude of humility towards natural processes” (Barry, 1982, p. 76).

homem não é onisciente, e por isso adere a um sistema de regras gerais, abstratas e não (necessariamente) planejadas que moldam, ao menos parcialmente, seu comportamento, como visto no capítulo anterior.

Contudo, como defende Weimer (1982), a crítica de Hayek aos racionalistas construtivistas não o faz, em sentido algum, um defensor da “irracionalidade”. Antes, seu objetivo é mostrar o correto sentido de “razão” e seu melhor uso, algo que havia sido deixado de lado pelos seguidores daquele tipo de pensamento. Isso faz de Hayek um promotor da razão e um crítico do **abuso** da razão.

O racionalismo crítico defende que, por causa das limitações mentais das pessoas, a existência de instituições não deliberadamente criadas ou seguidas para o alcance de certos objetivos, ou mesmo que não tenham uma função reconhecida para a coesão social, podem ser benéficas para o grupo que as adota. Hayek coloca que “[m]any of the institutions of society which are indispensable conditions for the successful pursuit of our conscious aims are in fact the result of customs, habits or practices which have been neither invented nor are observed with any such purpose in view” (Hayek, 1973, p. 11).

O racionalismo crítico destaca as conseqüências não-intencionais da ação humana. Segundo esta tradição de pensamento, o próprio agir do homem cria conseqüências que não estavam (e nem poderiam ser) previstas por ele. Até por isso, cada pessoa agindo de acordo com seu próprio plano e interesse, utilizando seu conhecimento único, apenas restringida por certas regras de conduta, pode proporcionar a existência de uma ordem espontânea que é de interesse e benefício geral, o que não era plano de nenhum membro da sociedade. Daí a máxima de Adam Smith, de que cada indivíduo,

“[O]rientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas a seu

próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções (...). Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo” (Smith, 1996, p. 438)¹¹⁵.

Assim, para Hayek, a emergência de uma ordem pode (e deve) ser espontânea, no sentido de que não seja fruto da ação deliberada ou do planejamento de ninguém, mas sim do fato de os membros de um certo grupo agirem em busca de seu próprio interesse, regidos por um padrão institucional comum, e não do desejo explícito ou ação proposital de nenhum deles. Vernon Smith, comentando a tradição racionalista crítica a que pertence Hayek, bem coloca que “the key proposition articulated by the Scottish philosophers [is]: to do good for others, does not require deliberate action to further the perceived interest of others” (Smith, 2002, p. 503)¹¹⁶.

A adesão ao racionalismo crítico, em oposição ao racionalismo construtivista, não faz com que Hayek procure justificar a utilidade das regras morais ou das instituições de uma ordem espontânea. Sob sua visão, não se deve nem tentar buscar qualquer fundamentação racional para elas ou para a de qualquer sistema social: “no matter what rules we follow, we will not be able to justify them as demanded; so no argument about morals – or science, or law, or language – can legitimately turn on the issue of justification” (Hayek, 1988, p. 68). Segundo ele, se o homem agisse apenas de acordo com o que sua razão aprova ou recomenda, ou passasse a buscar as bases racionais de cada ação sua, teria a própria sobrevivência impossibilitada, até pela limitação

¹¹⁵ A respeito da contribuição de Adam Smith, Hayek escreve: “[t]he great society (...) became possible by the individual directing his own efforts not towards visible wants but towards what the signals of the market represented as the likely gain of receipts over outlay. The practices by which the great commercial centres had become rich were shown to enable the individual to do much more good and to serve much greater needs than if he let himself be guided by the observed needs and capacities of his neighbours” (Hayek, 1976a, p. 268).

¹¹⁶ Tanto que a frase tipicamente associada à “Fabula das Abelhas”, de Bernard Mandeville, outra fonte de onde Hayek bebe, é “The worst of all the multitude, Did something for the common good” (Mandeville, 2005, p. 69).

de sua capacidade mental, como discutido anteriormente nesta dissertação: “[i]f we stopped doing everything for which we do not know the reason, or for which we cannot provide a justification in the sense demanded, we would probably very soon be dead” (Hayek, 1988, p. 68)¹¹⁷.

3.2. A abordagem evolucionária da mudança institucional

Como vimos, a tradição de pensamento do racionalismo construtivista, ao afirmar que as instituições são e devem ser fruto da vontade expressa e do planejamento do homem, leva diretamente à conclusão de que as instituições existentes numa sociedade devem ser modificadas e transformadas de acordo com o desejo e a ação deliberada das pessoas: “[t]he basic conception of (...) constructivism can (...) be expressed in the simplest manner by the (...) formula that, since man has himself created the institutions of society and civilisation, he must also be able to alter them at will so as to satisfy his desires or wishes” (Hayek, 1970, p. 3).

Em outras palavras, cria-se a ficção de que cumpre aos homens, e de que eles são absolutamente capazes de fazê-lo plena e satisfatoriamente, “reorganizarem a sociedade” (Comte, 2005), desenhando e criando leis, regras morais e instituições de acordo com objetivos previamente estabelecidos, para o alcance de certos fins estabelecidos racionalmente. Segundo tal visão, o conjunto das instituições que caracterizam certa sociedade muda ao longo do tempo segundo os desígnios da razão humana, de forma deliberada.

¹¹⁷ A respeito deste ponto em Hayek, Vernon Smith esclarece que “human activity is diffused and dominated by unconscious, autonomic, neuropsychological systems that enable people to function effectively without always calling upon the brain’s scarcest resource— attentional and reasoning circuitry. This is an important economizing property of how the brain works. If it were otherwise, no one could get through the day under the burden of the selfconscious monitoring and planning of every trivial action in detail” (Smith, 2002, p. 507).

Por outro lado, a linha de pensamento do racionalismo crítico, à qual Hayek adere, vê as instituições, as regras de comportamento, a cultura existentes numa sociedade como fruto de um processo evolucionário¹¹⁸. Que quer dizer isso? Segundo ele, o sistema institucional (*lato sensu*) vigente em uma ordem espontânea permite a ela ser melhor ou pior adaptada ao ambiente em que vive em relação a seus potenciais rivais:

“[m]ost of [the] steps in the evolution of culture were made possible by some individuals breaking some traditional rules and practicing new forms of conduct – not because they understood them to be better, but because the groups which acted on them prospered more than others and grew” (Hayek, 1979, p. 161).

Para Hayek o processo de seleção das instituições surge como consequência dos indivíduos buscando se adaptar ao ambiente complexo em que vivem e em grande medida não compreensível tanto em seu estado presente quanto ao que o futuro trará.

Os grupos sociais que possuem o sistema de regras, os padrões estéticos e éticos e o sistema jurídico que lhes permitam se adaptar melhor ao ambiente que os grupos rivais, serem mais fortes e resistentes, propagar-se-ão no tempo com maior facilidade, o que permitirá que o arcabouço institucional “eficiente” continue a existir e seja transmitido a novas gerações do grupo sobrevivente ou que detenha mais poder: “the present order of society has largely arisen, not by design, but by the prevailing of the more effective institutions in a process of competition” (Hayek, 1979, p. 154-155).

Assim, a concorrência permanente é um conceito fundamental para a abordagem de Hayek à mudança institucional, como destaca Ebner (2005). Nas palavras de Hayek, “[n]ot only

¹¹⁸ Segundo Caldwell (2004b), a abordagem evolucionária às instituições aparece nos trabalhos de Hayek a partir da década de 1950, e de forma mais consistente e explícita em “The Constitution of Liberty” (Hayek, 1960).

does all evolution rest on competition; continuing competition is necessary even to preserve existing achievements” (Hayek, 1988, p. 26)¹¹⁹.

A combinação das idéias de emergência de resultados não intencionais a partir da ação humana e de concorrência como processo de seleção de instituições mais bem adaptadas faz Lavoie (1986) defender que, sob a abordagem evolucionária hayekiana, o processo evolucionário apresenta uma espécie de racionalidade, no sentido de que promove o melhor ajustamento do grupo social ao ambiente em que se encontra. Lavoie então se coloca em oposição à abordagem neoclássica, que exacerba a crença na capacidade racional dos agentes de conhecerem perfeitamente a realidade e saberem antecipar os cenários futuros e os resultados de suas ações, colocando a racionalidade totalmente nos indivíduos e entendendo a razão e o conhecimento da sociedade apenas como soma das partes individuais.

Sob a visão de Hayek, o que permite que determinado grupo seja mais bem adaptado ao ambiente em que vive, e assim possa sobreviver e propagar as suas próprias instituições, é a existência, dentro de si, de indivíduos que ajam de uma maneira que possa ser descrita como regras. Se um indivíduo agindo de acordo com certas regras de comportamento tiver sucesso dentro do grupo, se se mostrar apto a sobreviver da melhor maneira possível no ambiente complexo e concorrencial em que vive, possivelmente será seguido por outros em sua forma de viver e se comportar.

Nesse sentido, a abordagem evolucionária hayekiana reserva papel central à ação individual e ao interesse-próprio enquanto iniciadores da mudança institucional e “avalizadores” das novas práticas. Uma pessoa passa a agir de determinada maneira em busca de algum

¹¹⁹ Dentro do paradigma hayekiano, Lavoie deixa clara a permanente e constante competição e seleção das instituições melhor adaptadas, em particular, da tecnologia: “[p]roduction methods are not so much known as simply practiced, revised and occasionally abandoned in a **continuously changing flux of competitive activity**” (Lavoie, 1986, p. 225, grifo meu).

propósito e em resposta à contínua mudança dos dados por ela percebidos, à incerteza inerente ao mundo em que vive e à concorrência contínua que enfrenta¹²⁰, e essa nova forma de ação pode lhe ser mais bem sucedida em determinado ramo de atividade, ou aos olhos de um determinado grupo social, de forma que ela se destaque positivamente em relação a seus pares. Estes, então, em busca do mesmo sucesso, passam a imitar aquele indivíduo (não necessariamente de forma deliberada ou intencional), e assim uma nova forma de comportamento vai se espalhando pela ordem, ainda que esta não fosse a intenção do “indivíduo inovador”. Dessa forma, Hayek enfatiza os resultados não-intencionais da ação humana em busca de um certo objetivo:

“the law breakers, who were to be path-breakers, certainly did not introduce the new rules because they recognized that they were beneficial to the community, but they simply started some practices advantageous to them which then did prove beneficial to the group in which they prevailed” (Hayek, 1979, p. 161)

Segundo Feldmann (2005), em Hayek a abordagem institucional acontece em dois níveis, quais sejam, o do indivíduo, cujo comportamento é ao menos parcialmente segundo regras, e o coletivo, que emerge dos indivíduos agirem de uma forma que possa ser descrita por aquele sistema de regras (ou seja, formando uma ordem). Semelhantemente, o processo evolucionário de mudança institucional se inicia no nível individual, com as pessoas buscando se adaptar às novas condições e informações sobre o ambiente permeado pela incerteza e concorrência em que vivem, adotando novas rotinas, tecnologias, etc, e alcança o nível coletivo, na medida em que tal nova forma de ação seja eficiente àqueles que a adotam e torna-se cada vez mais comum, alterando as práticas e rotinas de uma parcela cada vez maior do grupo social; além

¹²⁰ “Despite [the] differences, all evolution, cultural as well as biological, is a process of continuous adaptation to unforeseeable events, to contingent circumstances which could not have been forecast” (Hayek, 1988, p. 25).

disso, no nível coletivo se dá também a concorrência entre grupos, o que proporciona a seleção das melhores regras que permitem ao grupo que as adota ter mais bem estar, mais riqueza, mais poder, etc.

Feldmann (2005) defende que a abordagem evolucionária de Hayek, apesar de lidar com o aspecto coletivo da mudança institucional, não é incoerente com o individualismo metodológico característico da escola austríaca, na medida em que se fundamenta sempre, em última instância, no comportamento dos indivíduos, ainda que, como nota Caldwell (2004a, p. 315), o correto entendimento da posição de Hayek acerca da evolução institucional não pode se restringir à análise apenas individual; antes, como tem sido exposto neste capítulo, deve-se buscar compreender o papel crucial da seleção dos **grupos** numa teoria evolucionária. Por outro lado, de acordo com Christainsen (1994), a coerência entre individualismo metodológico e a abordagem evolucionária da mudança institucional de Hayek permanece um ponto controverso entre os adeptos da escola Austríaca¹²¹.

Sob uma perspectiva hayekiana, Beaulier e Boettke (2002) bem colocam que a desconfiança do liberal, diferentemente do conservador, não está sobre as mudanças pelas quais passa uma sociedade, mas sobre o abuso da crença na capacidade da razão humana entender plenamente a utilidade e reconstruir as instituições de um certo grupo social. Isso não significa, como destaca Caldwell (2004a, p. 295), que para Hayek os resultados do processo de mudança institucional sejam sempre bons, justos, ou moralmente superiores: as instituições que emergem do processo são apenas o resultado do processo, e Hayek não lhes imputa nenhum juízo de valor¹²².

¹²¹ Este tópico, porém, está além do escopo desta dissertação.

¹²² A propósito, parece que o eminente economista Austríaco contemporâneo Peter Boettke (1998), um herdeiro intelectual de Hayek, parece ter algo semelhante em mente ao criticar a visão daqueles que pensam que a escola

Para Hayek e os seguidores da mesma filosofia liberal, os membros da ordem espontânea não devem se submeter de forma cega, absoluta e inquestionável às instituições tradicionais; antes, precisam avaliá-las de forma crítica e racional e buscar aperfeiçoá-las. A respeito da pesquisa evolucionária de mudança institucional de Hayek, Boettke coloca que “[t]he role of economics as a theoretical science is seen to be primarily to understand the evolved institutions in contemporary society, to rationally diagnose their fallings, and to offer positive suggestions for their revision” (Boettke, 1989a, p. 75). É preciso, porém, que os indivíduos reconheçam suas capacidades limitadas de compreensão e alteração simultânea de todo o arcabouço institucional: “although we must always strive to improve our institutions, we can never aim to remake them as a whole and, in our efforts to improve them, we must take for granted much that we do not understand” (Hayek, 1960, p. 63).

Por isso, a rigor, numa sociedade livre a mudança institucional não se dá exclusivamente de forma espontânea e evolucionária, mas, em alguma medida, também de forma deliberada. A questão é que aí se reconhece a incapacidade humana de compreender e reconstruir as instituições como um todo, levando as pessoas a abordarem com cautela e humildade a possibilidade de intervenção deliberada no sistema institucional¹²³. Hayek defende que numa sociedade livre haja espaço para mudanças propositais do aparato institucional (em particular as que possam ampliar o aspecto concorrencial e de rivalidade da ordem catalítica) e

austríaca de economia, ao ter ficado de fora do *mainstream*, não sobreviveu ao “teste de mercado” após as contribuições de Hayek e Mises e que, portanto, pouco teria a oferecer ao avanço da teoria econômica atualmente. Boettke responde que “academic test is not a true ‘market’ test (...). [P]rogress in science cannot be reduced to a popularity contest, or a counting-head theory of truth” (Boettke, 1998, p. 1) e, portanto, a escola austríaca pode contribuir ainda hoje para a Economia e tem, sim, seu “nicho de mercado”.

¹²³ “The recognition of the insuperable limits to his knowledge ought indeed to teach the student of society a lesson of humility which should guard him against becoming an accomplice in men's fatal striving to control society - a striving which makes him not only a tyrant over his fellows, but which may well make him the destroyer of a civilization which no brain has designed but which has grown from the free efforts of millions of individuals” (Hayek, 1974, p. 34).

que o governo possui um papel fundamental na observação do sistema legal e na punição dos transgressores: “I am not an anarchist. I do not suggest that a competitive system can work without an effectively enforced and intelligently drawn up legal system” (Hayek, 1994, p. 114-115). Em uma entrevista sobre quais atividades governamentais ele **não** ataca, Hayek fala sobre “the whole design of the legal framework within which competition works – the law of contract, the law of property, the general provisions to prevent fraud and deception. All these are entirely desirable activities” (Hayek, 1994, p. 112)¹²⁴.

Em suma, seguimos Ebner (2005) quando sistematiza a abordagem de Hayek à mudança institucional espontânea em três momentos: variação, transmissão e seleção. Por variação entendemos a mudança, nem sempre explícita ou deliberada (vale dizer, comumente aleatória), de hábitos, rotinas e tecnologia por parte de indivíduos que buscam atingir determinados objetivos em um mundo permeado pela incerteza e num ambiente concorrencial. Tal mudança pressupõe a existência de uma plataforma institucional ou jurídica de caráter negativo, ou seja, que permita à ação humana ser livre dentro de certos limites, ao invés de definir precisamente os passos exatos que a ação terá¹²⁵ e que tenha alguma tolerância para

¹²⁴ “The question whether the state should or should not “act” or “interfere” poses an altogether false alternative, and the term “laissez faire” is a highly ambiguous and misleading description of the principles on which a liberal policy is based. Of course, every state must act and every action of the state interferes with something or other” (Hayek, 1945a, p. 80-81). Em particular, vemos a posição não-dogmática de Hayek quando admite que o governo possa, com cuidado e bom senso, legislar sobre a jornada máxima dos trabalhadores. Perguntado se o estabelecimento legal de um limite à jornada de trabalho diária é compatível com seu pensamento a respeito do correto papel do governo no mercado, Hayek responde que “[y]es, if it is not carried too far. It is one of these regulations which creates equal conditions throughout the system. But, of course, if it goes beyond the point where it accords with the general situation of the country, it may indeed interfere very much” (Hayek, 1994, p. 112).

¹²⁵ É importante que se tenha em mente que, como destacado no capítulo anterior, para que os indivíduos possam agir de uma maneira nova é preciso que o sistema de regras seja do tipo negativo. Com isso, garante-se que as regras dirão o comportamento que **não** é permitido. Esta é uma qualidade crucial que permite que numa ordem espontânea exista a evolução institucional. Isso não exclui, como também colocado no capítulo anterior, que, em certo sentido, as regras tenham um caráter positivo, na medida em que possuam um importante papel cognitivo.

aqueles que quebrem o sistema de regras. Birner e Ege (1999) notam que, para Hayek, a ordem de mercado (“catalaxia”) é esta plataforma onde os indivíduos podem buscar seus próprios interesses e divergir do comportamento esperado¹²⁶.

Um indivíduo que tenha sucesso em sua atividade ao adotar novos procedimentos, rotinas, etc, pode ser seguido em sua forma de ação por outros, até que, possivelmente, tais transformações se difundam pelo grupo social, a tal ponto que possa suplantar outras rotinas ou formas de ação e comportamento (que gerem resultados menos satisfatórios), além de serem transmitidas às novas gerações pela educação (formal ou não) das crianças. Por fim, a competição entre diferentes grupos sociais, caracterizados por diferentes instituições, leva à seleção das que proporcionarem ao grupo que as adota se adaptar melhor ao ambiente¹²⁷.

3.3. “Darwinianos antes de Darwin”

O estudo da abordagem evolucionária da mudança institucional leva naturalmente à analogia com a famosa teoria de Charles Darwin acerca da evolução das espécies. Hayek não foi alheio ao impacto causado pelas idéias do naturalista inglês. Isso porque, de acordo com Ebenstein (2003, p. 1-2), seu pai (semelhantemente a seu avô) era um importante e respeitado botânico do Império Austro-Húngaro, com diversas obras de impacto sobre o assunto e uma cadeira na Universidade de Viena. Na época (final do século XIX e início do século XX) as

¹²⁶ Em particular, a ordem de mercado permite a busca da melhor tecnologia de produção, diferente da convencional: “[e]ven more important (...) than the information about wants that may be satisfied and for whose satisfaction an attractive price is offered, is the information about the possibility of doing so by a smaller outlay than is currently incurred of resources which are needed also elsewhere. And it is not merely (...) the fact that prices will spread the knowledge that some technical possibilities exist to produce a commodity more efficiently, but above all the indication which of the available technical methods is the most economical in the given circumstances” (Hayek, 1976b, p. 117).

¹²⁷ Mazzina (2007), em seu trabalho, deixa clara a íntima relação entre o processo evolucionário de mudança institucional e o surgimento de ordens espontâneas, para Hayek.

teorias de Darwin começavam a varrer as mentes da intelectualidade européia, e o senhor August von Hayek e seu círculo de amizade aderiram a estas idéias. Segundo Ebenstein, “a very crude understanding of evolutionary selection came into being. ‘Survival of the fittest’ became the general idea of Darwinian evolutionary selection that filtered through to the majority of people” (Ebenstein, 2003, p. 4).

As primeiras pesquisas científicas do jovem “Fritz” aconteceram ao lado do pai: “[m]y first scientific interest was, following my father, in botany. (...) I had much opportunity to help him, first as a collector and later as a photographer” (Hayek, 1994, p. 42-43). Os irmãos de Hayek seguiram o caminho das ciências naturais. Segundo ele, seu interesse na juventude rapidamente progrediu até a teoria da evolução: “[s]ystematic botany with its puzzle of the existence of clearly defined classes proved a useful education. But my interest gradually shifted from botany to paleontology and the theory of evolution” (Hayek, 1994, p. 43). Assim, podemos acreditar que Hayek deva ter sido também profundamente influenciado pelas idéias darwinianas antes de entrar definitivamente nos debates nas ciências sociais.

Apesar de ter travado contato antes com as idéias de Darwin e ter sido possivelmente muito influenciado por elas, Hayek, em diversos pontos de suas obras (e.g. 1960, 1973, 1988), insiste em que as idéias evolucionárias surgiram no estudo das questões sociais muito antes que nas ciências naturais, desde a Grécia Clássica até os iluministas escoceses:

“Since the emphasis we shall have to place on the role that selection plays in this process of social evolution today is likely to create the impression that we are borrowing the idea from biology, it is worth stressing that it was, in fact, the other way round: there can be little doubt that it was from the theories of social evolution that Darwin and his contemporaries derived the suggestion for their theories” (Hayek, 1960, p. 59).

“[Darwin’s] painstaking efforts to illustrate how the process of evolution operated in living organisms convinced the scientific community of what had long been commonplace in the humanities. (...) Darwin got the basic ideas from economics. As we learn from his notebooks, Darwin was reading Adam Smith just when, in 1838, he was formulating his own theory” (Hayek, 1988, p. 23-24).

Por isso Hayek insiste que os seguidores do “racionalismo crítico”, na verdade, foram “Darwinians before Darwin” (Hayek, 1973, p. 23). Contudo, a analogia não é perfeita, porque apesar de serem semelhantes, o método de inspiração evolucionária típico das ciências naturais não permitiria, de maneira nenhuma, sua aplicação direta, sem quaisquer mediações, aos campos dos estudos humanísticos: “[o]f course the theory of cultural evolution (...) and the theory of biological evolution are, although analogous in some important ways, hardly identical” (Hayek, 1988, p. 25).

Para Hayek, o problema era que a teoria evolucionária havia feito o caminho de volta, migrando de Darwin para as ciências sociais e trazendo perigosas transformações. Era o surgimento do chamado “Darwinismo Social”, personificado em nomes como o de Auguste Comte, não por coincidência grande representante do “racionalismo construtivista”:

“A nineteenth-century social theorist who needed Darwin to teach him the idea of evolution was not worth his salt. Unfortunately some did, and produced views which under the name of ‘Social Darwinism’ have since been responsible for the distrust with which the concept of evolution has been regarded by social scientists” (Hayek, 1973, p. 23).

Assim, Hayek insiste que defender uma abordagem evolucionária não implica, em sentido algum, adotar ou corroborar as idéias ou método de Charles Darwin: “Social Darwinism, in particular, proceeded from the assumption that any investigator into the evolution of human culture has to go to school with Darwin. This is mistaken” (Hayek, 1988, p. 23).

Cumprido, então, buscar distinguir a teoria evolucionária de Hayek, aplicada ao estudo

social e de mudança das instituições transmitidas culturalmente, da teoria Darwiniana sobre a origem das espécies, com características transmitidas geneticamente, e sua aplicação direta pelos adeptos do racionalismo construtivista¹²⁸. Podemos sintetizar as críticas de Hayek, segundo sua própria sugestão (1973, p. 23-24), em dois pontos fundamentais.

Em primeiro lugar, o Darwinismo Social preocupa-se com a seleção dos indivíduos melhor adaptados, mais fortes, capazes ou inteligentes, ou seja, preocupa-se com as **qualidades inatas dos indivíduos**, e busca entender a evolução das sociedades a partir da seleção dos indivíduos que as formam, de acordo com suas qualidades genéticas.

Já o racionalismo crítico, ao contrário, firma sua análise no processo de evolução institucional, instituições estas transmitidas pelo ensino e pela vivência no grupo. A seleção aqui não é de indivíduo por indivíduo, mas sim por grupos sociais, ou melhor, pelo **arcabouço institucional que caracteriza cada grupo**. Nas palavras de Hayek, “[t]he error of ‘Social Darwinism’ was that it concentrated on the selection of individuals rather than on that of institutions and practices, and on the selection of innate rather than on culturally transmitted capacities of the individuals” (Hayek, 1973, p. 23). Segundo ele (1988, p. 25), não é consenso entre os estudiosos se a seleção por grupo ocorre também na evolução biológica.

Em segundo lugar, para Hayek a correta aplicação do princípio evolucionário não pode admitir a existência de qualquer tipo de determinismo no resultado a que o processo levará ou nos estágios pelos quais passará. Como dito anteriormente nesta dissertação, **o processo evolucionário de mudança institucional não é teleológico**, não permite fazer qualquer previsão acerca de quais passos tomará ou qual será precisamente seu resultado, e isso tanto por causa das

¹²⁸ De acordo com Corazza e Fracalanza (2004), muitos dos principais adeptos da escola neo-Schumpeteriana também têm buscado afastar sua abordagem econômica evolucionária das analogias com a evolução biológica de Darwin. Segundo os autores, o próprio Schumpeter era contrário a tais comparações.

limitações mentais dos homens¹²⁹, quanto, e principalmente, porque não há nenhum determinante do processo de evolução, não há nada que o faça tomar este ou aquele caminho; ele é, digamos, aberto ao curso da história, e isso o faz absolutamente incapaz de ser plenamente antecipado. Segundo Hayek, a correta abordagem evolucionária permite ao estudioso antecipar apenas alguns aspectos gerais que o processo terá:

“The theory of evolution proper provides no more than an account of a process the outcome of which will depend on a very large number of particular facts, far too numerous for us to know in their entirety, and therefore does not lead to predictions about the future. We are in consequence confined to ‘explanations of the principle’ or to predictions merely of the abstract pattern the process will follow” (Hayek, 1973, p. 24).

O racionalismo construtivista e o Darwinismo Social, porém, enxergam um caráter etapista na história, ao defenderem que a sociedade organizada com tais e tais características passou, ou terá que passar, por determinadas fases de sua organização econômica ou social, momentos necessários a seu amadurecimento rumo a uma outra realidade inexorável. Nesse sentido, vêem um fatalismo, um determinismo na história que Hayek enxerga como absolutamente despropositado. Tal visão pensa a evolução institucional dos grupos sociais como seguindo uma espécie de lei geral, a que todos devem obedecer. Hayek caracteriza esta visão da seguinte maneira:

“The pretended laws of overall evolution supposedly derived from observation have in fact nothing to do with the legitimate theory of evolution which accounts for the process. They derive from the altogether different conceptions of the historicism of Comte, Hegel and Marx (...) and assert a purely mystical necessity that evolution must run a certain predetermined course” (Hayek, 1973, p. 24).

Hayek não defende que existam leis que determinem o rumo da evolução biológica; antes, segundo ele, essa é uma aplicação equivocada daqueles que buscam usar a teoria de

¹²⁹ O que se encaixa na visão de complexidade de Hayek, conforme vimos no capítulo 1 desta dissertação.

Darwin ao campo social.

Além destas características distintas, Hayek (1988, p. 25) vê outras diferenças entre o método correto utilizado no estudo da evolução cultural e aquele próprio para a investigação acerca da evolução biológica. Aquela é muito mais rápida do que esta, por ser transmitida via aprendizado e não geneticamente. Além disso, a transmissão de regras inatas se dá exclusiva e diretamente de pais para filhos, enquanto as regras culturais, ao acumularem conhecimento e serem transmitidas pelo próprio convívio social, permitem que sejam herdadas de muitos outros membros do grupo.

Kresge (1994) propõe que a análise hayekiana implicitamente defende que o verdadeiro “teste” de ajustamento de alguma característica num processo evolucionário é a sua sobrevivência. Porém, usando-se o método de Darwin, próprio ao estudo das ciências naturais, o não ajustamento de determinadas regras genéticas implica a morte – física – dos indivíduos que possuírem aquelas características inatas.

Se corretamente aplicada às questões sociais, contudo, a abordagem evolucionária mostrará que o não ajustamento diz respeito a regras de comportamento, transmitidas culturalmente e não geneticamente. A morte por “ineficiência”, então, diz respeito ao sistema de regras, e não (ou não necessariamente) aos próprios seres vivos. Simetricamente, a sobrevivência dos bem adaptados diz respeito ao sistema de regras e ao arcabouço institucional, e não aos indivíduos “fisicamente”.

Por fim, cumpre notar que a crítica que Hayek faz ao Darwinismo Social e a proposta de uma verdadeira abordagem evolucionária às instituições não são isentas de polêmica nos círculos acadêmicos, mesmo os próximos do autor austríaco. Viner (1961), ao resenhar “The

Constitution of Liberty”, por exemplo, diz que não consegue distinguir a doutrina defendida por Hayek daquela que ele tanto critica; para ele, uma é essencialmente igual à outra. Diamond (1980), por sua vez, procura mostrar que os argumentos hayekianos, na verdade, podem levá-lo até a ser considerado como utilitarista, adepto do contrato social, relativista e Darwinista Social, ou seja, Hayek seria inconsistente e incoerente, criticando aquela que, em última instância, seria sua própria postura.

Segundo Whitman (1998), muitas das críticas dirigidas à análise evolucionária das instituições de Hayek, como as dos laureados com o Prêmio Nobel James Buchanan e Joseph Stiglitz, devem-se, na verdade, a um mal-entendido. Autores que acusaram Hayek de irrealismo por defender nenhuma intervenção do governo na sociedade – o que Whitman chama de “Panglossianismo”, numa alusão ao personagem de Voltaire – não o compreenderam corretamente. Como vimos neste capítulo, esta não é a posição de Hayek. Whitman sustenta que o mal-entendido se deve ao fato destes críticos, conscientemente ou não, fazerem uma analogia indevida entre a abordagem hayekiana e a darwiniana, que supostamente leva sempre aos melhores resultados possíveis nas ciências naturais. Daí a suprema importância do processo de “des-homogeneização” entre Hayek e Darwin.

CONCLUSÃO

A dissertação procurou mostrar que, ao longo de seu trabalho, F. A. Hayek tratou as instituições como parte fundamental da análise dos processos econômicos e sociais. A sua adesão a uma abordagem que privilegie os aspectos institucionais e cognitivos faz dele um autor mais rico e instigante do que a imagem usualmente transmitida a seu respeito.

Vimos, no primeiro capítulo, que o conceito de incerteza que Hayek deixou transparecer ao longo de sua obra pode ser compatibilizado com o que Dequech (2006a, 2004) classifica como variedades de incerteza não associadas à economia neoclássica, as do tipo procedimental e fundamental.

A incerteza procedimental diz respeito a situações em que há limitação da capacidade mental/computacional dos agentes em lidar com a realidade complexa com os rodeia. Isso envolve tanto a impossibilidade de coletar todos os dados quanto a de processá-los. O que Hayek escreveu sobre complexidade (e.g. 1964, 1974) foi relacionado a esse tipo de incerteza. Para ele, a característica subjetiva dos dados possuídos pelos indivíduos, a dispersão entre os diversos agentes do conhecimento existente na sociedade e sua dificuldade de ser verbalizado, além do número muito grande de variáveis a determinar a realidade econômica, são a causa da permanente existência de complexidade no mundo e, acrescentamos, de incerteza procedimental.

A existência de incerteza fundamental (em relação ao futuro) significa que a lista de possíveis eventos não está pré-determinada, e o futuro não se permite ser conhecido porque ainda está para ser criado, o que significa que os indivíduos não podem agir a partir de uma distribuição de probabilidade verdadeira e confiável. Esse tipo de incerteza comporta a possibilidade de mudança estrutural do ambiente econômico e de criatividade dos agentes, no

sentido de que suas ações podem alterar o ambiente futuro. É natural pensar que esse tipo de incerteza é especialmente caro a economistas como J. A. Schumpeter e J. M. Keynes, e seus discípulos. Como buscamos mostrar no capítulo 1, Hayek também parece ter admitido a possibilidade de existência desse tipo de incerteza.

Para o austríaco, o processo de mercado é marcado pela ignorância dos agentes. Nele acontecem a criação e a descoberta de conhecimento novo, não necessariamente passível de verbalização, pela própria inserção dos indivíduos no processo. Os permanentes desequilíbrios causados pela ação humana mudam constantemente o ambiente, (re)construindo a cada instante o futuro.

Além disso, a discussão realizada no capítulo 3 também permitiu-nos inferir que Hayek adota uma posição de aceitação da incerteza fundamental. Como vimos, ele adere à corrente de pensamento chamada de racionalismo crítico, que defende que as instituições sociais existentes são resultados não-intencionais da ação humana. Ou seja, são criadas pelo homem, mas não são por ele nem planejadas nem deliberadamente trazidas à existência. Elas mudam por um processo evolucionário, o que significa que aqueles arcabouços institucionais que permitirem aos grupos que os adotem serem mais bem adaptados à concorrência com grupos rivais se perpetuarão no tempo com maior facilidade. Logicamente antes, porém, da seleção ocorrer no nível das diferentes sociedades, ela acontece dentro de cada grupo social, com a seleção das práticas que permitam aos indivíduos que as adotem se sobressaírem em relação a seus concorrentes. O que Hayek destaca é que esse processo evolucionário, sob a perspectiva do racionalismo crítico, não possui um destino certo, não atinge nenhum fim pré-determinado, mas seu resultado final é construído a cada momento do processo. Isso porque não é dirigido por nenhuma mente como a humana e nem segue alguma espécie de “razão” que utiliza certos meios

em busca de determinados objetivos.

Ora, podemos pensar que a adesão de Hayek a um tipo de incerteza fundamental, aproxima-o, neste aspecto, de correntes de pensamento heterodoxo em Economia, como, em particular os círculos pós-keynesianos. De fato, Dequech (2000) coloca que precursores e expoentes da escola pós-keynesiana, como G. L. S. Shackle (ex-orientando de Hayek na *London School of Economics*), Sheila Dow e Paul Davidson, trabalham em suas obras com o conceito de incerteza fundamental. Se for assim, Hayek e os pós-keynesianos podem se encontrar do mesmo lado da “trincheira” contra a economia neoclássica, que não pode aceitar aquele tipo de incerteza mais forte em sua construção teórica centrada no equilíbrio geral.

Como vimos no capítulo 2, se o conhecimento detido pelas pessoas é caracterizado por ser disperso e incompleto, e se há incerteza de tipos mais fortes, o aparato institucional possui um importante papel ao determinar, ao menos parcialmente, o comportamento dos membros de uma ordem social, ordem que surge de maneira espontânea e se caracteriza exatamente por ser formada por membros que agem de uma maneira que possa ser descrita por regras. Para Hayek, o tipo de ordem que proporciona a maior utilização possível do conhecimento existente na sociedade é a baseada no mercado, e não na organização hierárquica fundada no Estado. Naquela, o sistema de regras de comportamento têm um caráter majoritariamente negativo (mas também positivo em certo sentido, como vimos); nesta, as regras são comandos, sobressai um caráter positivo.

Afirmar que as pessoas adotam práticas e agem segundo rotinas, e que as instituições sociais mudam segundo um processo evolucionário, torna natural a aproximação entre Hayek e J. A. Schumpeter e a tradição teórica que descende dele. A nosso ver, pode ser promissora a

tentativa de aproximação entre a abordagem schumpeteriana e a hayekiana. Autores como Witt (1995) têm trabalhado nesse sentido¹³⁰.

Um fator adicional que pode aproximar as duas correntes de pensamento é a tentativa de livrar sua abordagem evolucionária de comparações espúrias com a teoria desenvolvida por Charles Darwin. Corazza e Fracalanza (2004) expõem a tentativa neo-schumpeteriana nesse sentido, enquanto, como esclarecido no capítulo 3, Hayek explicitou a mesma preocupação.

Outra aproximação entre Hayek e uma corrente de pensamento heterodoxa a partir do entendimento do conhecimento humano como incompleto e disperso se dá com a chamada Economia Experimental, que busca dar maior realismo às teorias do comportamento econômico. As conexões entre as contribuições do austríaco e as dessa corrente de pesquisa econômica, porém, parecem estar bem mais claras e desenvolvidas que as anteriores. Veja-se, por exemplo, o texto de Vernon Smith (2005), pai da Economia Experimental, acerca da importância de Hayek.

De fato, a aproximação com outras escolas alternativas ao *mainstream* tem sido buscada por boa parte dos seguidores de Hayek. Roger Koppl (2006), por exemplo, em sua palestra por ocasião da reunião anual da Sociedade para o Desenvolvimento da Economia Austríaca (SDAE, da qual era presidente), clama por uma abertura por parte dos Austríacos a temas tradicionalmente tratados por escolas como a pós-keynesiana e a nova economia institucional. Koppl argumenta que há uma espécie de nova ortodoxia emergente (ou *mainstream* heterodoxo) marcada pela aceitação de cinco características no estudo da economia:

¹³⁰ O argumento de Witt (1995) é que o tratamento dado por Schumpeter ao problema do desenvolvimento econômico, explicado a partir da atuação do empresário inovador, é prejudicado pela não adesão, por parte deste autor, ao subjetivismo como considerado por Hayek. Por outro lado, a abordagem de Schumpeter e de seus seguidores à questão do espraiamento do comportamento inovador, da emergência de ordens espontâneas e da atuação do empresário num ambiente com regras de conduta e instituições estabelecidas, podem enriquecer bastante a análise hayekiana. Segundo ele, a corrente dominante hoje entre os seguidores de Hayek, especialmente derivada dos trabalhos de Israel Kirzner, não consegue abordar esse tópico de forma satisfatória.

racionalidade limitada, seguimento de regras, instituições, cognição e evolução¹³¹, em oposição ao que ele chama de “santíssima trindade” ortodoxa: racionalidade, egoísmo e equilíbrio.

Segundo ele, os seguidores do paradigma Austríaco encontram-se diante de uma encruzilhada: podem ler, estudar e buscar incorporar e contribuir em diversos tópicos do contemporâneo *mainstream* heterodoxo, tentar compreender seus dilemas e progressos, e buscar comunicar a eles as especificidades da Escola Austríaca. Este é o caminho que Koppl (2006) chama de “engajamento”. Ele seria fundamental para a própria sobrevivência da tradição Austríaca e para que suas idéias ocupem algum espaço relevante no *mainstream* de amanhã.

Por outro lado, os Austríacos podem ignorar a emergência dessa nova ortodoxia, seja por motivos metodológicos ou ideológicos, fechando-se em seu próprio mundo, sua própria linguagem e sua própria e exclusiva agenda de pesquisa. Essa opção pelo “desengajamento”, contudo, faria a tradição cair de vez no obscurantismo e na irrelevância.

Essa dissertação buscou, de alguma maneira, encaixar-se na primeira opção. Não é seu objetivo primordial compreender o pensamento da linha mais dogmática da Escola Austríaca. Antes, buscou-se recuperar o pensamento de um expoente do Austrianismo, Hayek, sobre temas recorrentemente tratados por escolas alternativas ao *mainstream* hoje reinante na academia. A nosso juízo, as contribuições de Hayek podem ser úteis a essas linhas de pesquisa. Além disso, cumpre aos simpatizantes da tradição que descende de Menger, Mises e Hayek, estabelecer pontes com outras escolas de pensamento, no espírito da proposta de Koppl (2006).

Hayek sempre enfatizou a emergência de conseqüências não-intencionais da ação humana. Parece que a associação de seu nome exclusivamente com a corrente ortodoxa de

¹³¹ O que, em inglês, forma o acrônimo BRICE (bounded rationality, rule following, institutions, cognition, evolution).

pensamento econômico ou ao panfletismo político conservador faz da vida intelectual do prêmio Nobel de 1974 um irônico exemplo do que tanto quis ensinar, como bem coloca Fonseca (1992). Ao advogar a superioridade do mercado como instrumento para a transformação social em detrimento do Estado, o austríaco viu seu nome e seus textos ligados a posições políticas conservadoras ou “reacionárias”, como que as justificando. Mesmo defendendo uma abordagem mais rica e realista para a teoria econômica e criticando a sua excessiva matematização e o abuso na crença sobre os métodos econométricos, ele tem seu nome usualmente tratado como pai da atual Escola de Chicago, por ter defendido posições políticas parecidas com as advogadas pelos economistas daquele lugar, e por lá ter lecionado durante alguns anos. Ainda que não tendo utilizado a abordagem do equilíbrio geral, ele é tido como um bastião da economia neoclássica contemporânea.

Fato é que Hayek tornou-se muito mais famoso pelo que escreveram a seu respeito, usando seu nome como um “boneco” para defender ou criticar certas posições que nem sempre eram suas, do que pelo que de fato disse ou deixou escrito. Por isso, é preciso resgatar o verdadeiro Hayek, crítico de posturas científicas e políticas dogmáticas ou conservadoras, bem como suas contribuições a uma teoria econômica de cunho mais heterodoxo.

BIBLIOGRAFIA

- Andrade, R. P. (1998), *Dynamics of Conventions: A Post-Classical Analysis*, Department of Economics, University College London, Ph.D. Thesis.
- Andrade, R. P. (2004), “On fallible knowledge”, *Nova Economia*, 14 (1): 123-149.
- Arrow, K. J. (1972), “General Economic Equilibrium: Purpose, Analytic Techniques, Collective Choice”, in Lindbeck, A. (org.)(1992).
- Backhaus, J. G. (org.)(2005), *Entrepreneurship, Money and Coordination: Hayek’s Theory of Cultural Evolution*, Cheltenham, Edward Elgar.
- Barbieri, F. (2001), *O Processo de Mercado na Escola Austríaca Moderna*, Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado.
- Barbieri, F. (2006), “Filosofia da ciência como ferramenta microeconômica”, *Nova Economia*, 16(3): 507-534.
- Barry, N. P. (1982), “The Tradition of Spontaneous Order”, *Literature of Liberty*, 5(2): 7-58.
- Bartley, W. W., Kresge, S. (orgs.)(1991), *The Trend of Economic Thinking: Essays on Political and Economic History*, London, Routledge, “The Collected Works of F. A. Hayek, vol. III”.
- Batamarco, R. J. (1994), “Austrian business cycle theory”, in Boettke, P. J. (org.)(1994).
- Beaulier, S., Boettke, P. J. (2001), “Of Norms, Rules, and Markets: A Comment on Samuels”, Department of Economics, George Mason University, Working Paper.
- Belluzzo, L. G. M. (2000), “Prefácio”, in Braga, J. C. S. (2000), *Temporalidade da Riqueza: Teoria da Dinâmica e Financeirização do Capitalismo*, Campinas, IE-Unicamp, “Coleção Teses”.
- Birner, J., Ege, R. (1999), “Two Views on Social Stability: An Unsettled Question”, *American Journal of Economics and Sociology*, 58(4): 749-780.
- Boettke, P. J. (1989a), “Evolution and Economics: Austrian as Institutionalists”, *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, 6: 73-89.
- Boettke, P. J. (1989b), “Austrian Institutionalism: a Reply”, *Research in the History of Economic Thought and Methodology*, 6: 181-202.
- Boettke, P. J. (1990a), “Interpretative Reasoning and The Study of Social Life”, *Methodus: Bulletin of the International Network for Economic Method*, 2(2): 35-45.
- Boettke, P. J. (1990b), “The Theory of Spontaneous Order and Cultural Evolution in the Social Theory of F. A. Hayek”, *Cultural Dynamics*, 3(1): 61-83.
- Boettke, P. J. (org.)(1994), *The Elgar Companion to Austrian Economics*, Aldershot, Edward Elgar.
- Boettke, P. J. (1998), “Is There an Intellectual Market Niche for Austrian Economics?”, *Review of Austrian Economics*, 11(1): 1-4.

- Boettke, P. J. (2000), "Which Enlightenment, Whose Liberalism? Hayek's Research Program for Understanding the Liberal Society", in Boettke, P. (org.)(2000), *The Legacy of Friedrich von Hayek*, vol 1: "Politics", Cheltenham, Edward Elgar.
- Boettke, P. J. (2002), "Information and Knowledge: Austrian Economics in Search of its Uniqueness", *Review of Austrian Economics*, 15(4): 263-74.
- Boettke, P. J. (2004), "Hayek and Market Socialism: Science, Ideology and Public Policy", London School of Economics, Hayek Memorial Lecture.
- Boettke, P. J., Oprea, R. (2002), "Rule of Law", Department of Economics, George Mason University, Working Paper.
- Burczak, T. A. (1994), "The Postmodern Moments of F. A. Hayek's Economics", *Economics and Philosophy*, 10: 31-58.
- Butos, W. N. (1985), "Hayek and General Equilibrium Analysis", *Southern Economic Journal*, 52(2): 332-343.
- Caldwell, B. J. (1988), "Hayek's transformation", *History of Political Economy*, 20(4): 513-541.
- Caldwell, B. J. (org.)(1995), *Contra Keynes and Cambridge: Essays, Correspondence*, London, Routledge, "The collected works of F. A. Hayek, vol. IX".
- Caldwell, B. J. (2004a), *Hayek's Challenge*, Chicago, University of Chicago Press.
- Caldwell, B. J. (2004b), "Hayekian evolution reconsidered: a reply to Hodgson", *Cambridge Journal of Economics*, 28(2): 301-305.
- Carvalho, A. R. (2007), *Equilíbrio, coordenação e conhecimento: um estudo sobre a questão monetária em Hayek*, Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Dissertação de Mestrado.
- Christainsen, G. B. (1994), "Methodological individualism", in Boettke, P. J. (org.)(1994).
- Comte, A. (2005), *Reorganizar a Sociedade*, São Paulo, Escala, "Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal".
- Corazza, R. I., Fracalanza, P. S. (2004), "Caminhos do pensamento neo-schumpeteriano: para além das analogias biológicas", *Nova Economia*, 14(2): 127-155.
- Coyne, C. J., Boettke, P. J. (2006), "The Role of the Economist in Economic Development", *The Quarterly Journal of Austrian Economics*, 9(2): 47-68.
- Dempster, G. M. (1999), "Austrians and Post Keynesians: The Questions of Ignorance and Uncertainty", *The Quarterly Journal of Austrian Economics*, 2(4): 73-81.
- Dequech, D. (1997), "Uncertainty in a Strong Sense: Meaning and Sources", *Economic Issues*, 2(2): 221-43.
- Dequech, D. (1999), "Expectations and confidence under uncertainty", *Journal of Post Keynesian Economics*, 21(3): 415-430.
- Dequech, D. (2000), "Fundamental Uncertainty and Ambiguity", *Eastern Economic Journal*, 26(1): 41-60.
- Dequech, D. (2004), "Uncertainty: Individuals, Institutions and Technology", *Cambridge*

- Journal of Economics*, 28(3): 365-78.
- Dequech, D. (2006a), "The New Institutional Economics and the Theory of Behaviour under Uncertainty", *Journal of Economic Behavior & Organization*, 59(1): 109-131.
- Dequech, D. (2006b), "Institutions, social norms, and decision-theoretic norms", mimeo.
- Diamond, A. M. (1980), "F. A. Hayek on Constructivism and Ethics", *The Journal of Libertarian Studies*, 4(4): 353-365.
- Ebenstein, A. (2003), *Hayek's Journey: The Mind of Friedrich Hayek*, New York, Palgrave Macmillan.
- Ebner, A. (2005), "Hayek on entrepreneurship: competition, market process and cultural evolution", in Backhaus, J. G. (2005)(org.).
- Ellsberg, D. (1961), "Risk, Ambiguity and the Savage Axioms", *The Quarterly Journal of Economics*, 75(4): 643-669.
- Feldmann, H. (2005), "Hayek's theory of cultural evolution: a critique of the critiques" in Backhaus, J. G. (2005)(org.).
- Fleetwood, S. (1995), *Hayek's Political Economy: The Socio-Economics of Order*, London, Routledge.
- Fleetwood, S. (1997), "Hayek III: The Necessity of Social Rules of Conduct", in Frowen, S. F. (org.)(1997).
- Fonseca, E. G. (1992), "Hayek e o novo liberalismo", *Conjuntura Econômica*, 46(4): 37-40.
- Frowen, S. F. (org.)(1997), *Hayek the Economist and Social Philosopher: a Critical Retrospective*, London, Macmillan.
- Garrison, R., Kirzner, I. (1987), "Friedrich August von Hayek", in Eatwell, J., Milgate, M. & Newman, P. (orgs.)(1987), *The New Palgrave: A Dictionary of Economics*, vol. 2, London, Macmillan Press.
- Gick, E. (2007), "Morality and Cognition: a Hayekian Perspective", Department of Economics, George Mason University, Workshop in Philosophy, Politics and Economics.
- Hayek, F. A. (1937), "Economics and Knowledge", *Economica*, 4(13): 33-54.
- Hayek, F. A. (1944), "On being an economist", in Bartley, W. W., Kresge, S. (orgs.)(1991).
- Hayek, F. A. (1945a), *The Road to Serfdom*, Chicago, University of Chicago Press.
- Hayek, F. A. (1945b), "The use of knowledge in society", *The American Economic Review*, 35(4): 519-530.
- Hayek, F. A. (1952), *The counter-revolution of science: studies on the abuse of reason*, Glencoe, Free Press.
- Hayek, F. A. (1960). *The Constitution of Liberty*. South Bend, Gateway Editions.
- Hayek, F. A. (1962), "Rules, Perception and Intelligibility", in Hayek, F. A. (1967b).
- Hayek, F. A. (1963), "The Legal and Political Philosophy of David Hume", in Bartley, W. W., Kresge, S. (orgs.)(1991).

- Hayek, F. A. (1964), “The Theory of Complex Phenomena”, in Hayek, F. A. (1967b).
- Hayek, F. A. (1965), “Kinds of Rationalism”, in Hayek, F. A. (1967b).
- Hayek, F. A. (1966), “Dr. Bernard Mandeville”, in Hayek, F. A. (1978).
- Hayek, F. A. (1967a), “Notes on the Evolution of Systems of Rules of Conduct”, in Hayek, F. A. (1967b).
- Hayek, F. A. (1967b), *Studies in Philosophy, Politics and Economics*, Chicago, University of Chicago Press.
- Hayek, F. A. (1967c), “The Results of Human Action but not of Human Design”, in Hayek, F. A. (1967b).
- Hayek, F. A. (1968), “Competition as a discovery procedure”, in Hayek, F. A. (1978). Reimpresso em *The Quarterly Journal of Austrian Economics*, 5(3): 9-23, Fall 2002.
- Hayek, F. A. (1970), “The Errors of Constructivism”, in Hayek, F. A. (1978).
- Hayek, F. A. (1973), *Law, Legislation and Liberty: A New Statement of the Liberal Principles of Justice and Political Economy*, vol. 1: “Rules and Order”, London, Routledge.
- Hayek, F. A. (1974), “The Pretence of Knowledge”, in Hayek, F. A. (1978).
- Hayek, F. A. (1976a), “Adam Smith’s Message in Today’s Language”, in Hayek, F. A. (1978).
- Hayek, F. A. (1976b), *Law, Legislation and Liberty: A New Statement of the Liberal Principles of Justice and Political Economy*, vol. 2: “The Mirage of Social Justice”, London, Routledge.
- Hayek, F. A. (1978), *New Studies in Philosophy, Politics, Economics and the History of Ideas*, London & Melbourne, Routledge & Kegan Paul.
- Hayek, F. A. (1979), *Law, Legislation and Liberty: A New Statement of the Liberal Principles of Justice and Political Economy*, vol. 3: “The Political Order of a Free People”, London, Routledge.
- Hayek, F. A. (1983), “The Keynes Centenary: the Austrian Critique”, in Caldwell, B. (org.)(1995).
- Hayek, F. A. (1988), *The Fatal Conceit: The Errors of Socialism*, London, Routledge.
- Hayek, F. A. (1994), *Hayek on Hayek: An Autobiographical Dialogue*, London, Routledge.
- Horwitz, S. (2001), “From Smith to Menger to Hayek: Liberalism in the Spontaneous-Order Tradition”, *The Independent Review*, 6(1): 81–97.
- Iorio, U. J. (1997), *Economia e Liberdade: a Escola Austríaca e a Economia Brasileira*, Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- Kirzner, I. M. (1992), *The Meaning of Market Process: Essays in the Development of Modern Austrian Economics*, London, Routledge.
- Kirzner, I. M. (1994), “Entrepreneurship”, in Boettke, P. J. (org.)(1994).
- Knight, F. H. (1957), *Risk, Uncertainty and Profit*, New York, Harper & Row.
- Koppl, R. (2006), “Austrian economics at the cutting edge”, *Review of Austrian Economics*,

- 19(4): 231-241.
- Kreps, D. M. (1990), *A Course in Microeconomic Theory*, Princeton, Princeton University Press.
- Kresge, S. (1994), “Preface”, in Hayek, F. A. (1994).
- Lachmann, L. M. (1986), *The Market as an Economic Process*, Oxford, Basil Blackwell.
- Lavoie, D. (1986), “The market as a procedure for discovery and conveyance of inarticulate knowledge”, *Comparative Economic Studies*, 28(1): 1-19. Reimpresso em Wood, J. C. e Wood, R. (orgs.)(1991), *Friedrich A. Hayek: Critical assessments*, vol. 4, London, Routledge.
- Lewin, P. (1994), “Capital theory”, in Boettke, P. J. (org.)(1994).
- Lindbeck, A. (org.)(1992), *Nobel Prize Lectures in Economic Sciences: 1969-1980*, Singapore, World Scientific Publishing.
- Lucas, R. E., Jr. (1977), “Understanding Business Cycles”, in Lucas, R. E., Jr. (1983), *Studies in Business-Cycle Theory*, Cambridge, MIT Press.
- Lucas, R. E., Jr. (1995), “Monetary Neutrality”, in Persson, T. (org.)(1997), *Nobel Lectures, Economics: 1991-1995*, Singapore, World Scientific Publishing.
- Mandeville, B. (2005), *The Fable of the Bees*, vol. 1, The Online Library of Liberty.
- Mazzina, C. (2007), “Una Breve Visita a los Conceptos Hayekianos Fundamentales”, *Revista de Análisis Institucional*, 1(1): 349-364.
- Menger, C. (1988), *Princípios de Economia Política*, São Paulo, Nova Cultural, “Coleção Os Economistas”.
- Nelson, R. R., Sampat, B. N. (2001), “Making sense of institutions as a factor shaping economic performance”, *Journal of Economic Behavior and Organization*, 44: 31-54.
- O’Driscoll, G. P., Rizzo, M. (1996), *The Economics of Time and Ignorance*, London, Routledge.
- Pondé, J. L. (2004), “A coordenação como um processo adaptativo: influências de Hayek na construção do conceito de custo de transação”, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Série Seminários de Pesquisa.
- Prado, E. F. S. (1994), “A Teoria Neoclássica (Pura) e a Teoria Neo-Austríaca Frente ao Legado Cartesiano”, *Análise Econômica*, 12(21-22): 5-23.
- Prado, E. F. S. (2007), “Complexidade: Hayek e Marx”, Instituto de Pesquisas Econômicas, Universidade de São Paulo, Programa de Seminários Economia e Complexidade.
- Prychitko, D. L. (org.)(1995), *Individuals, institutions, interpretations: Hermeneutics applied to economics*, Aldershot, Avebury.
- Rizzo, M. (1995), “Time and Ignorance After Ten Years”, C. V. Starr Center for Applied Economics, Department of Economics, New York University, Economic Research Reports.
- Rothbard, M. N. (1989), “The Hermeneutical Invasion of Philosophy and Economics”, *Review of Austrian Economics*, 3(1): 45-59.
- Rothbard, M. N. (1998), *The Ethics of Liberty*, New York, New York University Press.

- Rousseau, J. J. (2005), *O Contrato Social*, São Paulo, Escala, “Coleção Grandes Obras do Pensamento Universal”.
- Runde, J. (1997), “Comment: Rules for Prices?”, in Frowen, S. F. (org.)(1997).
- Runde, J. (1998), “Clarifying Frank Knight's discussion of the meaning of risk and uncertainty”, *Cambridge Journal of Economics*, 22(5): 539-546.
- Sabooglu, M., Langlois, R. (1995), “Knowledge and Meliorism in the Evolutionary Theory of F. A. Hayek”, Department of Economics, University of Connecticut, Working Paper.
- Santos, F. J. O. P. (1996), *A Escola Austríaca de Economia: Trajetória Intelectual e Contribuições para o Pensamento Econômico*, Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Dissertação de Mestrado.
- Schumpeter, J. A. (1996), *Teoria do Desenvolvimento Econômico*, São Paulo, Nova Cultural, “Coleção Os Economistas”.
- Simon, H. A. (1978), “Rational Decision-Making in Business Organizations”, in Lindbeck, A. (org.)(1992).
- Smith, A. (1996), *A Riqueza das Nações: Investigação Sobre sua Natureza e suas Causas*, vol. 1, São Paulo, Nova Cultural, “Coleção Os Economistas”.
- Smith, V. L. (2002), “Constructivist and Ecological Rationality in Economics”, in Frängsmyr, T. (org.)(2003), *The Nobel Prizes 2002*, Stockholm, Nobel Foundation.
- Smith, V. L. (2005), “Hayek and Experimental Economics”, *Review of Austrian Economics*, 18(2): 135-144.
- Soromenho, J. E. C. (1994), *Um Estudo Sobre as Origens da Crítica de Hayek ao Conceito de Equilíbrio*, Departamento de Economia, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado.
- Soromenho, J. E. C. (1998), “Os novos-clássicos e a teoria dos ciclos de Hayek”, *Revista de Economia Política*, 18(3): 38-54.
- Vanberg, V. (1994), *Rules and Choice in Economics*, London, Routledge.
- Varian, H. R. (2000), *Microeconomia: Princípios Básicos*, Rio de Janeiro, Campus.
- Vaughn, K. I., Poulsen, J. L. (1998), “Is Hayek’s Social Theory an Example of Complexity Theory?”, Department of Economics, George Mason University, Working Paper.
- Vaughn, K. I. (1998), *Austrian Economics in America: The Migration of a Tradition*. Cambridge, Cambridge University Press.
- Vaughn, K. I. (1999), “Hayek’s Implicit Economics: Rules and the Problem of Order”, *Review of Austrian Economics*, 11(1-2): 129-44.
- Viner, J. (1961), “Hayek on Freedom and Coercion”, *Southern Economic Journal*, 27(3): 230-236.
- Weimer, W. B. (1982), “Hayek’s Approach to the Problems of Complex Phenomena: An Introduction to the Theoretical Psychology of The Sensory Order”, in Weimer, W. B.,

- Palermo, D. S. (orgs.)(1982), *Cognition and the Symbolic Processes*, vol. 2, Hillsdale, Lawrence Erlbaum Associates.
- Whitman, D. G. (1998), “Hayek contra Pangloss on Evolutionary System”, *Constitutional Political Economy*, 9(1): 45-66.
- Witt, U. (1995), “Schumpeter vs. Hayek: Two Approaches to Evolutionary Economics”, in Meijer, G. (org.)(1995), *New Perspectives on Austrian Economics*, London, Routledge.
- Yates, S. (2002), “Descartes and Methodological Doubt: Was the Cogito Necessary?”, Ludwig von Mises Institute, Working Paper.